

MEDIA EFFECTS

Gilson Pôrto Jr.
Nelson Russo de Moraes
Vilso Junior Santi
Leila Adriana Baptaglin (Orgs.)

Ensaio sobre teorias da
Comunicação e do Jornalismo

Vol. 8: Estudos gerais, narrativas e transdisciplinaridade



O livro que o leitor tem em mãos é um esforço coletivo empreendido por vários pesquisadores do campo comunicacional de pelo menos quatro importantes instituições de ensino superior: a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal de Roraima (UFRR). Essa diversidade, além de ampliar as reflexões aqui expostas a partir da experiência de seus diferentes autores, é uma importante ação que visa divulgar e popularizar – no seio acadêmico e universitário –, reflexões teóricas sobre a temática. Deste modo, a partir da diversidade dos estudos abordados e seu valor teórico-metodológico, os leitores que aqui estão poderão ampliar seus conhecimentos sobre os estudos ora apresentados, guiados, como vimos, por diferentes pesquisadores, todos unidos na busca pela consolidação e ampliação dos estudos do campo comunicacional.

Lucas Milhomens



Media Effects

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Reitor

José Geraldo Ticianeli

Vice-Reitor

Silvestre Lopes da Nóbrega

Editora da UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

Conselho Editorial

Alexander Sibajev

Cássio Sanguini Sérgio

Edlauva Oliveira dos Santos

Guido Nunes Lopes

Gustavo Vargas Cohen

Lourival Novais Néto

Luis Felipe Paes de Almeida

Madalena V. M. do C. Borges

Marisa Barbosa Araújo

Rileuda de Sena Rebouças

Silvana Túlio Fortes

Teresa Cristina E. dos Anjos

Wagner da Silva Dias



Editora da Universidade Federal de Roraima

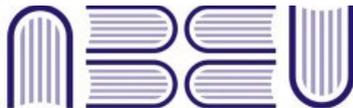
Campus Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413

Aeroporto – CEP 69310-000. Boa Vista – RR – Brasil

e-mail: editora@ufrr.br / editoraufrr@gmail.com

Fone: +55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Associação Brasileira de Editoras Universitárias



Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

MEDIA EFFECTS

Ensaaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo

Vol. 8

Estudos gerais, narrativas e transdisciplinaridade

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Nelson Russo de Moraes

Vilso Junior Santi

Leila Adriana Baptaglin



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Arte de capa: Penguin Kao - www.behance.net/penguinkao

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 36

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PÔRTO JR., Gilson et al (Orgs.)

Media Effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo, Vol. 8: Estudos gerais, narrativas e transdisciplinaridade [recurso eletrônico] / Gilson Pôrto Jr. et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi/Boa Vista: EDUFRR, 2020.

169 p.

ISBN - 978-85-5696-761-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ensaios. 2. Jornalismo. 3. Ética. 4. Comunicação. 5. Cultura. I. Título. II. Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagner da Silva Soares
CUIO & MNEVÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Sumário

Prefácio	11
Lucas Milhomens	
Capítulo 1	14
Da agulha hipodérmica ao líquido: imagens de um saber em formação	
Marcio da Silva Granez	
Capítulo 2	31
Histórias de vida de trabalho: uma proposta teórico-metodológica para o campo da comunicação	
Naiana Rodrigues da Silva	
Capítulo 3	52
Efeitos de terceira pessoa: os impactos das mensagens vazadas sobre a Lava Jato no Maranhão e Tocantins	
Lidiane Moreira	
Marcus Elicius dos Santos Garcez	
Amanda Maurício Pereira Leite	
Capítulo 4	74
TV ALE-RR: análise do jornal assembleia informa a partir das reflexões dos estudos culturais no contexto da produção de sentidos cotidianos e culturais	
Sonia Lucia Nunes Pinto	
Vângela Maria Isidoro de Morais	
Capítulo 5	91
PRIMING: percepção e comportamento do indivíduo exposto a notícias de fuga de presos no Tocantins	
Isadora Fontes	
Giliarde Ribeiro do Nascimento	
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior	

Capítulo 6.....	113
A construção dos estereótipos indígenas por meio da aplicabilidade do efeito priming	
Débora dos Santos Gomes	
Kamily Glória Pantoja	
Capítulo 7.....	133
Política e memória pós 1988: a chamadas de capa dos jornais impressos do estado de Roraima	
Cyneida Menezes Correia	
Luís Francisco Munaro	
Capítulo 8.....	147
Arte urbana e os processos educomunicacionais: o estado do conhecimento das produções acadêmico-científicas no período de 2010 a 2019	
Leila Adriana Baptaglin	
Rafaella Luiza Antunes da Silva	

Prefácio

*Lucas Milhomens*¹

O livro que o leitor tem em mãos é um esforço coletivo empreendido por vários pesquisadores do campo comunicacional de pelo menos quatro importantes instituições de ensino superior: a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal de Roraima (UFRR). Essa diversidade, além de ampliar as reflexões aqui expostas a partir da experiência de seus diferentes autores, é uma importante ação que visa divulgar e popularizar – no seio acadêmico e universitário –, reflexões teóricas sobre a temática.

O primeiro capítulo começa com o artigo “Da agulha Hipodérmica ao líquido: imagens de um saber em formação”, do autor Márcio Granez, que abordou a iconografia das teorias de comunicação verificando os sentidos produzidos pelas imagens associadas as principais conceituações do campo comunicacional. Um exercício teórico que identificou os limites e possibilidades da representação imagética das teorias da comunicação.

O segundo capítulo foi escrito por Naiana Silva, sob o título de “Histórias de vida de trabalho: uma proposta teórico-metodológica para o campo da comunicação”, onde a autora visa apresentar uma proposta da história de vida de trabalho como uma categoria de pesquisa de natureza qualitativa, dentro do campo de estudos de ‘comunicação e trabalho’. Para isso a pesquisadora retoma discussões que foram influenciadas por

¹ Professor-pesquisador do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Doutor em Educação pela Universidade do Estado de São Paulo – Unicamp. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

importantes correntes teóricas como a etnosociologia, a psicologia social, a história oral e a educação.

No terceiro capítulo temos o trabalho dos pesquisadores Lidiane Silva, Marcus Garcez e Amanda Leite, sob o título de “Efeitos de terceira pessoa: os impactos das mensagens vazadas sobre a Lava Jato no Maranhão e Tocantins”. Seus autores analisaram o conteúdo das mensagens vazadas (e o comportamento de seus principais agentes, como o ex-juiz e atual ministro da Justiça Sérgio Moro) da principal operação de combate a corrupção no Brasil dos últimos anos, a famigerada Operação Lava Jato e seus efeitos perceptivos para as populações de São Luís (MA) e Palmas (TO), sob a égide teórica do ‘efeito de terceira pessoa’.

Temos no quarto capítulo, de autoria de Sônia Pinto e Vângela Isidoro, intitulado “TV Ale-RR: análise do jornal assembleia informa a partir das reflexões dos estudos culturais no contexto da produção de sentidos cotidianos e culturais”, uma reflexão sobre as práticas comunicativas da TV Assembleia Legislativa de Roraima, por meio das produções do jornal Assembleia Informa e sua abordagem sobre práticas cotidianas e culturais. Para isso os pesquisadores utilizaram como marco teórico os ‘estudos culturais’ de Raymond Williams e sua abordagem sobre o ‘tecido social’.

No quinto capítulo temos o trabalho “Priming: percepção e comportamento do indivíduo exposto a notícias de fuga de presos no Tocantins”. Seus autores, Isadora Fontes, Giliarde Nascimento e Gilson Pôrto utilizam os estudos sobre “prime ou priming” para compreender a ‘pré-ativação’ e os efeitos causados pela influência que os indivíduos sofrem após a exposição de um determinado estímulo noticioso e suas possíveis consequências sociais.

O sexto capítulo tem o nome de “A construção dos estereótipos indígenas por meio da aplicabilidade do efeito priming”, das autoras Débora Gomes e Kamily Pantoja. Que ao longo do trabalho desenvolveram um estudo que visa analisar como o feito priming é utilizado para aferir a representação imagética dos povos indígenas, sobretudo na construção de seus estereótipos que prevalecem para grande parte da sociedade.

O sétimo capítulo, dos autores Cyneida Correia e Luís Munaro, sob o título “Política e memória: as chamadas de capa dos jornais impressos do estado de Roraima”, aborda, a partir de uma compilação desse periódico impresso, uma análise histórica dos principais acontecimentos relacionados ao poder político e sua influência na construção da memória social do estado de Roraima.

O oitavo e último capítulo, denominado “Arte urbana e os processos educacionais: o estado do conhecimento das produções acadêmico-científicas no período de 2010 a 2019”, das autoras Rhafaella Silva e Leila Baptagli, realizou um estudo sobre o conhecimento da arte urbana e suas diferentes formas de expressões. Identificando as produções relacionadas aos processos educacionais vivenciados no ambiente escolar, tendo como palavras-chave termos como: arte urbana, o grafite (grafitti) e muralismo. Identificando, por exemplo, uma escassa produção referente ao tema estudado na região Norte do país e, também, em um âmbito mais geral, limitações investigativas no que se refere aos processos educacionais e a interlocução com o ambiente escolar.

Deste modo, a partir da diversidade dos estudos abordados e seu valor teórico-metodológico, os leitores que aqui estão poderão ampliar seus conhecimentos sobre os estudos ora apresentados, guiados, como vimos, por diferentes pesquisadores, todos unidos na busca pela consolidação e ampliação dos estudos do campo comunicacional. Boa leitura.

Capítulo 1

Da agulha hipodérmica ao líquido: imagens de um saber em formação ¹

Marcio da Silva Granez ²

1 Primeiras Palavras

Desde que a comunicação social surgiu como área de conhecimento, o que decorreu diretamente da eclosão dos meios de comunicação de massa, no início do século XX, são muitas as definições da comunicação.

Ainda que se mantenha ao longo desses quase cem anos uma discussão acadêmica sobre a existência autônoma da comunicação como área do saber ou do conhecimento (SODRÉ, 2014), há de se considerar que o campo floresce em múltiplas escolas e variadas ferramentas conceituais. A utilização desses conceitos por outras ciências e mesmo pelo senso comum é um indício do quão profícuas são as contribuições da área para o entendimento do homem, da sociedade e do homem em sociedade.

Ao longo desse percurso, não foram poucas as imagens e esquemas visuais que se somaram aos estudos: agulha hipodérmica, espiral do silêncio, tecido, organismo, campo, rede...

O artigo consiste numa investigação sobre o uso dos esquemas ou representações visuais na definição do conceito e do processo de comunicação. Partimos da hipótese de que as teorias da comunicação

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria, pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, bolsista CAPES/PNPD; e-mail: marcio.granez@hotmail.com.

repousam sobre esquemas conceituais que, traduzidos em imagens ou representações visuais (como, por exemplo, tecido, rede, campo, sistema), ganham autonomia explicativa. A intenção é refletir acerca da influência dos esquemas visuais sobre as teorias, demonstrando os vieses conceituais e operacionais que os esquemas exercem sobre os modelos explicativos.

Para concretizar nossa investigação, realizamos uma revisão conceitual das principais escolas teóricas da comunicação. Nesse ponto, uma breve digressão histórica, com base em clássicos da área (BELTRÃO, 1983; MARCONDES FILHO, 2002; MARTINO, 2014), permite situar o fenômeno, enfatizando por necessidade de delimitação a contribuição de Mauro Wolf (1984). Na sequência, apresentamos os esquemas visuais construídos pelas principais escolas teóricas e autores representativos do campo. Em cada uma dessas contribuições, procuramos indicar qual o esquema visual preponderante, demonstrando as implicações operacionais e conceituais da imagem adotada. Quando não explicitamente adotadas por determinada escola ou autor, as imagens que ilustram o artigo foram trazidas como ferramenta heurística, a fim de explicitar a relação entre a teoria ou conceito e o esquema visual correspondente.

Em seguida, reunimos as escolas em torno dos esquemas visuais propostos, destacando os pontos comuns que nos permitem reuni-las. Para finalizar, propomos uma síntese a partir da exposição realizada previamente e deixamos algumas questões para aprofundamento com base nos conceitos da semiótica peirceana.

Trata-se de um trabalho de cunho teórico, sem verificação empírica, e que busca contribuir para a clareza e vigilância epistemológica na área da comunicação.

2 Imagens, Esquemas e Conceitos

Da teoria hipodérmica (WOLF, 1984) até a noção de campo da mídia (BOURDIEU, 2012), passando pelo conceito de sistema (LUHMANN, 2005), e pelas contribuições da Ecologia da Mídia, as metáforas que

descrevem o processo de comunicação foram múltiplas: agulha hipodérmica, rede, tecido, sistema, campo, extensões, ambiente, e muitas outras.

As contribuições das teorias podem ser sintetizadas na maior parte dos casos em um esquema ou representação visual, pelo qual muitas delas tornam-se familiares. Por esquema ou representação visual entendemos os construtos não-verbais que representam conceitos, como diagramas, imagens e outras formas gráficas de representação.

Os esquemas visuais implicam vieses de interpretação bastante precisos: assim, por exemplo, quando se concebia a comunicação como um processo vertical e de um para muitos, a teoria Hipodérmica se baseou na imagem da “agulha hipodérmica” (WOLF, 1984).

Ao se complexificar, a teoria da comunicação ganhou novos modelos, que se traduziram em esquemas visuais mais elaborados. É o caso, por exemplo, da noção de *feedback*, que foi agregada ao modelo tradicional na medida em que a audiência ganhava importância. Visualmente, a mão única representada pela agulha hipodérmica já não era uma solução possível.

Nos dias atuais, fala-se, por exemplo, em ‘líquido’ (BAUMAN, 2001) e ‘rede’ (TRIVINHO, 1998; CASTELLS, 1999) para explicar a maneira como a comunicação e o jornalismo operam na sociedade.

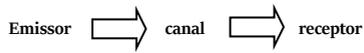
Em nossa perspectiva, tais esquemas visuais servem de referência e fundamento para as diferentes abordagens, na medida em que expressam perspectivas epistemológicas diversas: uma imagem de rede ou de líquido traz vieses de interpretação. Daí a importância de nos determos sobre sua análise. Uma realidade mais complexa implica representações mais elaboradas para sua descrição. Mas as representações têm sua própria lógica de funcionamento, que nem sempre acompanha as implicações conceituais das teorias.

Em sua obra “Teorias da Comunicação”, Mauro Wolf (1984) sintetiza a história das principais teorias, conceitos e hipóteses que foram elaboradas ao longo do século XX. Também dá especial atenção ao modelo

comunicacional subjacente às teorias. O autor mostra que passamos de um modelo de comunicação linear e hierárquico para outros, mais complexos.

A representação básica do modelo de comunicação deriva do clássico esquema abaixo:

Figura 1 - Modelo básico do processo de comunicação



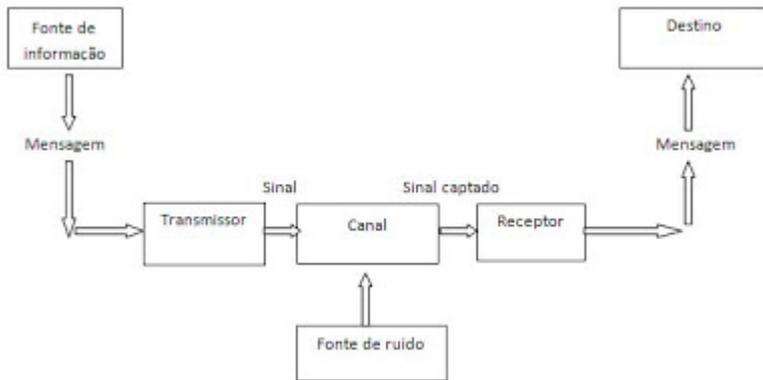
Fonte: Elaborado pelo autor

Trata-se de um esquema que implica a percepção de uma informação linear que vai de um ponto de origem a um ponto de recepção. Essa representação visual foi impulsionada pela teoria matemática da informação e se prestou de forma conveniente para representar a nascente comunicação de massa. Aqui a experiência do totalitarismo da primeira metade do séc. XX é um importante elemento a considerar, já que influenciou a percepção dos teóricos sobre o poder de manipulação e influência da mídia, sobre o caráter hierárquico, de cima para baixo, da comunicação de massa, e sobre a influência que a mídia exercia sobre o receptor.

Avançando, quando consideramos a Escola de Frankfurt, o modelo básico permanece o mesmo. A comunicação de um para muitos é denunciada pelo pensamento crítico no que implica de subordinação à ordem política e econômica. Mas o modelo continua o mesmo, como demonstra Mauro Wolf (1984). E isso vale para muitas das outras escolas que surgiram em paralelo ou na sequência.

A representação abaixo mostra que, apesar da crescente sofisticação conceitual, que agregou elementos ao esquema primitivo, a ideia de hierarquia e fluxo unidirecional permanece no modelo de Shannon e Weaver, no qual se basearam algumas teorias da comunicação na primeira metade do século XX.

Figura 2 - Modelo de Shannon e Weaver

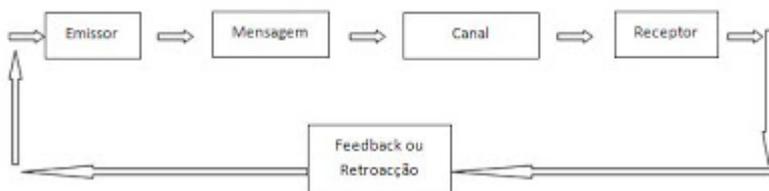


Fonte: <http://helenosca.blogspot.com.br/2009/02/modelos-de-comunicacao.html>

Ao considerarmos os elementos que se agregaram no esquema acima, é como se o olhar do pesquisador ganhasse mais acurácia: as partes que compõem o processo de comunicação contêm especificidades. É necessário considerá-las para entender como se dá o processo. Mas o diagrama básico ainda funciona em termos visuais como se o processo fosse apenas do emissor ao receptor.

O mesmo se pode dizer da noção de *feedback*. Apesar de implicar a percepção de uma audiência mais ativa, a noção de *feedback* se traduz visualmente no idêntico traço linear que reinicia o ciclo unidirecional e hierárquico.

Figura 3 - Modelos de base cibernética ou circulares



Fonte: <http://helenosca.blogspot.com.br/2009/02/modelos-de-comunicacao.html>

A persistência do modelo tradicional da comunicação ao longo da história das teorias expostas por Mauro Wolf parece derivar da lógica visual relativamente simples e familiar daquele modelo, de rápida compreensão.

Trata-se de um modelo visual que permite adaptação mesmo para representações mais complexas. A Teoria Funcionalista, por exemplo.

A noção de funcionamento da comunicação como parte do organismo social, cara ao funcionalismo, implica uma gama de outras representações possíveis do processo de comunicação. Uma das imagens que surgiu nesse período foi a da sociedade como um grande organismo vivo. Herdeira do positivismo, essa ideia produziu imagens de grande impacto na ciência e na literatura ainda no século XIX.

Mas ainda aqui, quando falamos em termos de comunicação, permanece o modelo tradicional. Seguindo os passos de Wolf, pode-se perceber a persistência da representação esquemática primitiva, na qual um passa para outro(s) uma informação.

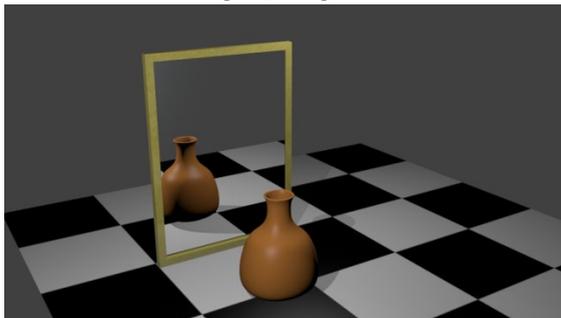
3 Esquemas e Imagens Incidentais

Ao longo da história das teorias, em que pese a persistência do modelo básico de comunicação a fundamentá-las, outros esquemas e imagens foram surgindo. Nem sempre vinculados explicitamente a uma escola de pensamento da área da comunicação, esses esquemas foram contudo se agregando à percepção dos teóricos e estudiosos da área. Espelho, campo, extensões, sistema. Examinemos esses, a fim de avançarmos na compreensão do poder explicativo dos esquemas visuais.

A metáfora do espelho tem sido utilizada sobretudo na percepção do jornalismo. Na obra de Ciro Marcondes Filho (2002), ela ganha destaque como um dos polos em que tem oscilado a compreensão sobre a comunicação. No outro polo, o autor coloca a máscara. De um lado, a ideia de que a comunicação e o jornalismo apenas informam, duplicando a realidade num espelho perfeitamente simétrico, ideia essa herdeira da visão positivista. De outro, a concepção da distorção e do falseamento da realidade operado pela comunicação, que conduz à ideia de uma máscara, tributária de uma visão fenomenológica. Espelho e máscara como possíveis

metáforas para o processo de comunicação. As imagens abaixo ajudam a visualizar essas ideias.

Figura 4 - O espelho



Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

Figura 5 - A máscara



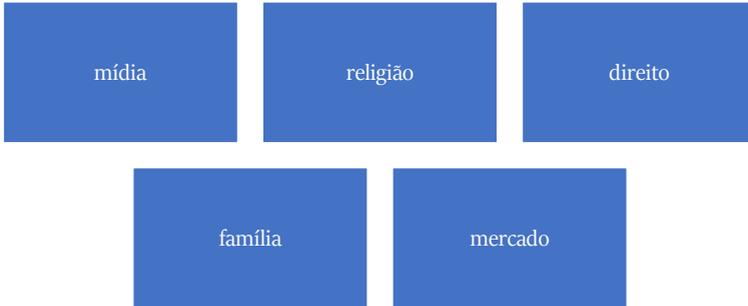
Fonte: <https://www.estudopratico.com.br>

Aqui sobressai a percepção da representação, do caráter de segunda realidade como próprio da comunicação. O que está em questão nessa imagem dupla é o jogo entre real e imaginário, natureza e cultura, verdade e falsidade. São termos familiares a todos os que discutem o poder da mídia ou do jornalismo.

A noção de campo da mídia (BOURDIEU, 2012), ancorada na sociologia, é a segunda grande metáfora sobre a qual nos detemos neste segmento. Nela pode-se perceber em termos visuais a concepção segundo a qual a comunicação é uma parte do todo social, uma parte com

características próprias, como um grande bloco dos que compõem o edifício social.

Figura 6 – Campo da Mídia e outros campos sociais



Fonte: SmartArt, do Windows, e autor

Nesse esquema, sobressai a natureza compósita do campo, seu caráter relacional. Como tijolo de um edifício, o campo da mídia sustenta e também pode comprometer o edifício. O que parece mais presente na imagem do campo, todavia, são suas origens sociológicas: a sociedade vista como estratos de forças que se relacionam, grupos que formam unidades coesas: um todo em que os grupos, cada um com sua unidade, operam trocas – econômicas, simbólicas.

Um pensamento distinto emerge da concepção da comunicação como ‘extensão’. Tomaremos como seu principal representante Marshall McLuhan (1979). Sua ideia de que a mídia funciona como extensão do corpo humano teve grande impacto sobre a teoria da comunicação, se não no âmbito acadêmico, ao menos na disseminação da área para o grande público. As imagens construídas por McLuhan, como a da aldeia global ou a noção de meios frios e quentes, disseminaram-se a ponto de virarem expressões correntes no mundo contemporâneo. Mas o que salientamos aqui é a concepção de meio como extensão, talvez a mais rica das contribuições conceituais do autor, ilustrada aqui pela imagem a seguir.

Figura 7 - Olho e câmara



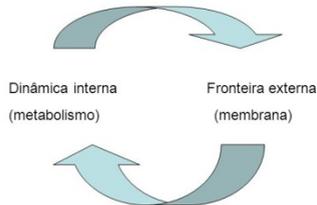
Fonte: <http://publicdomainvectors.org/>

Ela implica conceber a natureza da comunicação de massa de forma intrínseca ao funcionamento do organismo humano. De certa forma, é como se o corpo em interação com a natureza fosse o microcosmo do que ocorre na mídia de massa em interação com a sociedade. Assim como, antes da mídia, temos a perna, a extensão representada pela roda implicou um aumento da mobilidade, expandindo o espaço para o homem. Também da mesma forma, antes da mídia de massa, temos o olho, para o qual a palavra, primeiro falada, depois escrita, representou a expansão no tempo e no espaço. No corpo humano está, em potencial, todo o resto. A saturação e especialização dos sentidos é nada mais do que a história da própria humanidade em sua interação com o meio ambiente. São ideias que apontam tanto para a noção posterior de midiaticização como para a noção de ecologia midiática. Sobre a midiaticização, incide sobre a concepção, adotada por Eliseo Verón (2014), de que a mídia já estava ontologicamente implicada no homem primitivo. Sobre a ecologia da mídia, na vertente representada por Hjarvard (2012), está presente como pano de fundo da concepção de organismo biológico em processo de interação com o meio ambiente.

São concepções que retomam visões da biologia e da teoria dos sistemas. Tais visões também trouxeram a contribuição de Niklas Luhmann para o centro das metáforas visuais, a partir da proposta de ‘sistema’. Olhemos um pouco para ela.

Figura 8 - Representação do sistema

O ser vivo como sistema autopoietico



Fonte: <http://slideplayer.com.br/slide/1355562/>

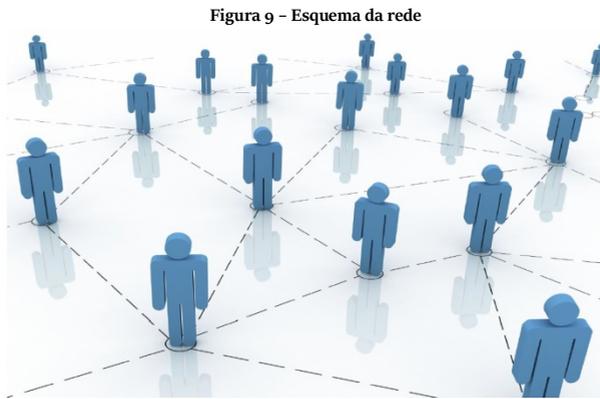
Concebido como uma espécie de organismo vivo, o sistema dos meios de comunicação tem lógica própria e, tal como os demais organismos, se autogera. A autopoiesis é a capacidade de se autoproduzir que encontramos nos seres da natureza. A autorreferencialidade e a heterorreferencialidade representam, respectivamente, a relação do organismo consigo mesmo e com o meio ambiente, limites internos e externos que geram os contornos do organismo.

Em termos abstratos, o conceito que se extrai da noção de sistema remete à noção de campo de Bourdieu: tijolo entre tijolos de uma parede como células entre células de um organismo. Em ambas parecem ressoar ainda as noções sociológicas de base: sociedade composta por partes que se relacionam, sendo uma delas a parte da mídia. Sociedade que funciona a partir da relação entre as partes, sendo a parte da mídia aquela que conecta as demais.

Ao chegarmos aos dias atuais, talvez pela onipresença da comunicação em rede, via internet, novas imagens ganharam consistência, não necessariamente vinculadas a uma escola ou teoria específica, mas como a concretização de *insights* teóricos dos estudiosos. Vejamos algumas delas.

4 A Rede: Neurônio, Tecido, Líquido

A natureza polimorfa e inconstante do processo de comunicação, tal como percebida e teorizada pelo pensamento mais recente da área, certamente foi inspirada na grande metáfora da rede, que ganhou força com o advento da Wide World Web, a internet. Ao trazer para o primeiro plano a natureza relacional, horizontal e em fluxo contínuo, a imagem da rede traduziu em nova metáfora a velha questão da comunicação, num esquema que pode ser ilustrado pela imagem abaixo.



Fonte: <https://ricardocampos.files.wordpress.com/2011/11/rede.jpg>

Aqui, tal como no líquido, os fluxos são multidirecionais, não há hierarquia, há nós que relacionam determinados pontos, num esquema em que a horizontalidade está em primeiro plano. A noção de que hoje todos podem ser produtores de informação, todos podem se integrar à rede, mudou a ênfase no fluxo: além de vir de todos os lados, ele não é preponderantemente de cima para baixo.

O modelo tradicional foi revisto. As redes sociais têm por certo influência nessa percepção de um fluxo horizontal e não hierárquico. De qualquer forma, a imagem da rede está impregnada de outras que vêm sendo igualmente utilizadas: o neurônio, o tecido, o fluido.

Há semelhança entre a imagem da rede e a noção mcluhiana de rede neural: a percepção de que os neurônios estão em destaque, sendo o

computador a extensão do cérebro. Há também aproximações possíveis com a ideia de um tecido, de Verón (2004), na medida em que se enfatiza a natureza relacional, ‘multitudinal’, da comunicação.

A noção de que a comunicação tem uma natureza que transcende os blocos sociais, é algo impalpável mas tão ou mais real do que os tijolos e células, ganhou talvez sua melhor tradução na noção de ‘líquido’ de Zygmunt Bauman (2001). Essa noção foi já estendida ao jornalismo na visão de Rublescki (2013).

Assim como a sociedade percebida pelo filósofo polonês, também o jornalismo seria hoje de natureza líquida, na medida em que não teria mais as fronteiras bem delimitadas que caracterizaram a era da comunicação de massa. Tudo está em suspenso: a relação com as fontes, os critérios de noticiabilidade, o *gatekeeper* – todos os conceitos que, ao longo de quase cem anos de teoria da comunicação e do jornalismo, moldaram o campo ou o sistema da mídia. Indo de Bourdieu e Luhmann a Baumann, é como se aquela casca ou linha delimitadora da célula que dava autorreferencialidade ao sistema se dissolvesse no todo do meio ambiente. A imagem abaixo ilustra esse novo conceito.

Figura 10 – Imagem de líquido



Fonte: https://miro.medium.com/max/700/1*EgoSR7z782QJ3AsYF8_USQ.jpeg

Aqui os fluxos são em todas as direções, não há paradigma nem porto seguro nem referência básica, advinda da cultura e da sociedade. A

imagem do líquido remete pelo senso comum a imagens arquetípicas de dissolução, dilúvio, caos. As águas representam tradicionalmente na cultura ocidental o início do mundo, o oceano primordial de onde nasceu a cultura. Também sinalizam a renovação, impregnada no rito do batismo, de onde o ser é apresentado ao mundo na tradição cristã e católica.

5 Muitos Esquemas, Alguns Conceitos

Poderíamos nos indagar nesse momento sobre a variedade de imagens utilizadas para a representação conceitual da comunicação: seria o caos e o mero exercício retórico?

Acreditamos que não.

Na linha proposta originariamente por Mauro Wolf (1984), pode-se perceber, em meio à grande variedade de formas externas, um modelo relativamente estável em boa parte das imagens aqui colhidas. É o modelo tradicional do processo de comunicação, no qual emissor informa, por um meio, o receptor.

Todavia, esse modelo básico recebeu de fato algumas contribuições bastante originais, que o alteraram ou simplesmente ignoraram. Parece haver nessas contribuições a influência de teorias e disciplinas que atravessam a área da comunicação.

A imagem do grande organismo, trazida da biologia, por exemplo. Adotada pela sociologia, em autores como Luhmann, trouxe contribuições relevantes para se pensar no processo de comunicação como organismo ou sistema vivo, para além do esquema tradicional. O mesmo se pode dizer do conceito de campo, bastante próximo da noção sociológica de sistema. Como hipótese, talvez se deva considerar que a contribuição das demais ciências para a área da comunicação tem na imagética um dos pontos mais relevantes de diálogo.

Os esquemas representativos talvez sejam o caminho mais rico para entender a comunicação. Dependendo da corrente de pensamento e das

influências que as escolas sofrem, temos imagens e símbolos próprios, marcados, sutil ou fortemente, pela ideologia reinante naquela área.

É possível reunir essas escolas teóricas e perspectivas conceituais em um esquema classificatório?

Creemos que sim.

O esquema linear parece estar presente nas investigações que partem da observação do processo de interação homem/meio ambiente ou homem/homem. Nele parecem predominar as concepções calcadas na observação empírica do ato comunicativo, com ênfase na interação mediada ou imediata. Sobressai aqui o processo linear porque é dessa maneira linear, seja de cima para baixo ou eventualmente de forma não hierárquica, que se produz a especificidade da comunicação, tomada como relação de um com outro. Sempre que se consideram os polos do processo de comunicação, a ênfase recai sobre elementos como emissor, mensagem, código, audiência, recepção.

Mesmo quando se fala em uma nova hierarquia, é para ressaltar a inversão dos polos, não necessariamente o fim de um processo linear e o fim mesmo da hierarquia. Trata-se do fio comum que liga concepções tão díspares como a Teoria Hipodérmica e a Teoria dos Sistemas: ainda que o modelo tenha sido repensado e apresente roupagem diversa, ele se detém sobre o processo de comunicação.

O esquema não linear, de outro modo, predomina nas contribuições que situam a comunicação como parte de um todo maior, no qual estão em primeiro plano as manifestações da sociedade ou da cultura, tomadas como base para a comunicação. A ênfase na cultura e na sociedade, em primeiro plano, anula a ênfase sobre a linearidade do modelo tradicional. Surgem imagens em que emissor, meio e receptor simplesmente não estão visíveis, como o tecido, o líquido e o neurônio.

Em algumas outras, esses elementos aparecem de forma sutil, como nos nós da rede, que remetem a vestígios do emissor, embora sem o mesmo caráter hierárquico e unidirecional do modelo linear. A multiplicidade, a aleatoriedade e até mesmo o caos estão em primeiro plano. É o que

permite reunir por exemplo as contribuições de Baumann e as da McLuhan e Verón.

6 Síntese Final: Representações como *Icebergs* Conceituais

Vimos na breve síntese acima que as representações visuais do processo de comunicação oferecem uma gama variada de sugestões conceituais. Ao percorrer brevemente algumas dessas contribuições, verificamos que as imagens e esquemas adotados pelas correntes teóricas ensejam por si sós um viés interpretativo. Não é à toa que as imagens são utilizadas. Elas sugerem relações distintas, sinalizam um vasto corpo de concepções teóricas. Como se fossem *icebergs*.

Ao deixarem apenas parte de sua natureza visível, essas construções conceituais e teóricas ao mesmo tempo sinalizam e enganam. Parecem singelas, sem oferecer perigo num primeiro olhar. Mas, tal como os grandes blocos de gelo, podem levar os incautos ao naufrágio.

A tradição por si mesma, aqui revisitada, evidencia a complexidade crescente dos modelos. A sofisticação conceitual, marca do aprofundamento de toda ciência, se faz presente nos estudos da comunicação: da agulha hipodérmica ao líquido, um longo caminho foi percorrido. Sem querer apontar uma linha evolucionária, é necessário ressaltar que a riqueza da pesquisa empírica e da análise conceitual depurou as imagens, ora fazendo-as similares aos processos visíveis da relação eu-tu, ora permitindo voos abstratos na teia da significação.

Deixaremos como sugestão de aprofundamento a reflexão de caráter semiótico de cunho peirceano (NÖTH, 1995). A partir dos conceitos de ícone, índice e símbolo, cada um operando por lógica própria (semelhança, proximidade e convenção), entendemos pertinente aprofundar as questões aqui esboçadas.

Os esquemas representativos que analisamos, a princípio passíveis de serem classificados como indiciários, não estariam mais próximos, em certos momentos, do ícone e do símbolo? Em que medida a proximidade

com o icônico de certos esquemas, como a rede ou o neurônio, delimita o alcance dos conceitos propostos por cada teoria? Afinal, a semelhança que norteia o ícone induz a um processo imediato de reconhecimento, mas nem sempre logicamente necessário.

De outra parte, em que medida a força normativa do símbolo, calcada na regra, como divisamos no esquema líquido-mar, abarca as significações implícitas por exemplo na ‘sociedade líquida’? Afinal, o caráter normativo inerente ao símbolo, que opera por convenção, seria pressuposto a partir de um repertório comum, nem sempre observado.

São questões que deixamos em aberto, por fugirem do escopo de nossa reflexão, mas que pedem aprofundamento em ulteriores investigações.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria geral da comunicação**. 3. ed. Brasília: Thesaurus, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HJARVARD, Stig. Mídiação: Teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 5, n. 2, 2012. pp. 53-91. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/338>. Acesso em 12 de abril de 2015.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005. Trad. Ciro Marcondes Filho. p. 7-48 (cap. I, II e III)

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media). 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O espelho e a máscara**: o enigma da comunicação no caminho do meio. A comunicação I. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NÖTH, W. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

RUBLECKI, Anelise. A crise de identidade do jornalismo na nova ecologia midiática. In: ____ e BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha (orgs.). **Ecologia da Mídia**. Santa Maria: FACOS, 2013. p. 111-127.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRIVINHO, Eugênio. **Redes**: obliterações no fim de século. São Paulo: Annablume, 1998.

VÉRON, Eliseo. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. Trad. Vanise Dresch.

____. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. In: **Matrizes**, v. 8. n° 1 jan./jun. 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1984.

Capítulo 2

Histórias de vida de trabalho: uma proposta teórico-metodológica para o campo da comunicação ¹

Naiana Rodrigues da Silva ²

1. O binômio teórico Comunicação e Trabalho

O contexto comunicacional contemporâneo marcado pela ampliação das possibilidades interativas em decorrência, sobretudo, do uso cotidiano de tecnologias móveis e ubíquas desafia os pesquisadores do campo a mobilizar novas articulações teóricas e metodológicas para compreender as dinâmicas comunicacionais, adentrando assim no terreno da transdisciplinaridade. “Transdisciplinaridade no estudo da comunicação não significa a dissolução de seus objetos nos das disciplinas sociais, mas a construção das articulações - mediações e intertextualidades - que fazem sua especificidade” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 220).

Expoente da corrente que ficou conhecida como estudos culturais latino-americanos, Martín-Barbero (1998) compreende a cultura a partir da comunicação e ancora a defesa de seu ponto de vista epistemológico na recepção, lugar a partir do qual é possível olhar para todo o processo de comunicação (a emissão, a recepção, a mensagem, o meio, o código e os

¹Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: naianarodrigues@usp.br

efeitos). A teoria e a metodologia dos mapas de mediações propostos por Jesús Martín-Barbero decorrem exatamente da abertura que o campo comunicacional prevê. A proposta teórica do autor visa dar conta dos sujeitos, das temporalidades sociais, das descontinuidades e das transformações sensoriais que envolvem a comunicação social na contemporaneidade. Assim, ele propõe que a comunicação seja vista como um lugar estratégico de onde se pode pensar a sociedade.

Os estudos de recepção marcam assim uma “virada comunicacional”, pois rompem com a hegemonia dos estudos interessados nos efeitos das mensagens e com a ideia de um sujeito da comunicação passivo e inerte. Apesar de surgirem ainda sob o signo do funcionalismo, aos poucos, esses empreendimentos acadêmicos encaminham-se para perfis diversos. Em cada país latino-americano, onde as pesquisas de recepção foram desenvolvidas entre os anos 1980 e 1990 – quando se viu uma euforia acadêmica em torno desses estudos, abordagens diferentes surgem e valem-se da recepção para pôr em destaque questões de poder, construção de subjetividades, gênero, leitura crítica da mídia, efeitos de sentido, etc (JACKS E BEZERRA, 2007).

No Brasil, os estudos de recepção forjam também pesquisas que se interessam pelo consumo cultural em outros espaços de mediação, para além do ambiente familiar protagonista dos estudos de recepção televisiva. As fábricas, os locais de trabalho, aparecem como espaços de mediações culturais que interessam ao campo da comunicação, lançando as bases para uma nova abordagem comunicacional que se centra no mundo do trabalho como um lugar de mediações culturais (FÍGARO, 2008). Para isso, Roseli Fígaro parte da perspectiva de que o campo da comunicação se dedica a compreender o processo comunicacional levando em consideração interações, sociabilidades, técnicas, práticas, tecnologias, educação, poder e desenvolvimento dos grupos sociais. Noção de estudo ampla que passa da teoria à empiria por meio da transdisciplinaridade e funda uma abordagem nova de investigação.

É na esteira dos estudos de recepção que Fígaro (2009) apresenta seu binômio teórico Comunicação e Trabalho. Para tal, ancora-se na centralidade da comunicação no mundo do trabalho e na centralidade do trabalho para a constituição social do homem, afinal, para o Marxismo, o trabalho dá existência material às mercadorias e tem um duplo caráter: é um valor em si e gera o valor de uso. A partir disso, Marx (2014) observa que a divisão social do trabalho nasce do reconhecimento da existência de diferentes trabalhos úteis que geram mercadorias com valores de uso e de troca também diferentes. Apesar de ser essa divisão social do trabalho que materializa as mercadorias, o autor adverte que ela existiria independentemente dos objetos mercadológicos.

O trabalho é, portanto, assumido como peça-chave no sistema capitalista e na crítica de Marx a esse mesmo sistema que, historicamente, investiu em condições sociais e técnicas para tornar o trabalho cada vez mais produtivo, mesmo que isso tenha um custo alto para os trabalhadores com a precarização das condições de trabalho; a flexibilização das situações de trabalho e a condição de servidão (ANTUNES, 2018).

O Marxismo é uma das correntes clássicas das Ciências Sociais, ao lado da positivista funcionalista (Durkheim) e da sociologia compreensiva (Weber), que orienta visões de mundo e oferece suporte teórico e metodológico para a compreensão da sociedade, é nela que Fígaro (2009) irá buscar não só uma de suas premissas de investigação – o trabalho como centralidade da vida em sociedade – mas amparo epistemológico e metodológico no materialismo histórico. A história e a cultura são abordadas pelo Marxismo sob uma perspectiva dialética, ou seja, são esmiuçadas a partir da identificação de situações (materiais e ideais) em que se verifica um movimento de contradições que se opõem.

Essa apropriação da dialética enquanto método científico e do materialismo como teoria social já denotam o movimento transdisciplinar engendrado pela pesquisadora com o intuito de dar conta do aspecto comunicacional no mundo do trabalho. Considerando que a sociabilidade para ser forjada no mundo do trabalho precisa da comunicação, da

linguagem, dessa forma, comunicação e trabalho andam *pari passu* e quando a comunicação se amplia, se transforma, repercute diretamente no trabalho.

Se fizermos um paralelo entre o pressuposto taylorista sobre o trabalho e as Teorias de Comunicação, verificaremos que ambos partem de conceitos similares sobre o sujeito. Na linha de produção existe um indivíduo. Aquele que executa a operação mensurada e padronizada por um outro. Para o Taylorismo a história pessoal, os valores, a cultura do indivíduo não interessam ao trabalho, eles devem ser obliterados. As operações mecanizadas devem interditar o pensamento. O homem é um operador. Para as Teorias de Comunicação, advindas das correntes teóricas acima descritas, o mesmo acontece. O fluxo de informação, o canal e o código são prioritários em relação aos sujeitos, tomados individualmente e separadamente de seu contexto sócio-histórico; ou então como massa incapaz de atitude crítica. O indivíduo tomado como massa ou como corpo biológico que responde a estímulos não pensa por si, é manipulado pelo poder que emana dos meios de comunicação (FIGARO, 2009a, p. 28).

Para considerar a comunicação e o trabalho como um binômio cuja relação não é de determinação e sim de complementaridade, Fígaro (2009) teve que se posicionar em termos epistemológicos no rol dos estudos de comunicação, distanciando-se assim das abordagens informacionais, midiocêntricas e semióticas, aproximando-se dos Estudos Culturais, e encontrando acolhida nos estudos de recepção. Fígaro (2009a) conversa, nos estudos em Comunicação e Trabalho, com a tradição da recepção, com a Análise do Discurso, com a Sociologia e com a Ergologia, lançando mão de diferentes articulações conceituais para compor uma abordagem teórica e metodológica que é transdisciplinar em sua gênese.

O percurso inédito traçado por Fígaro (2009a) reside na aproximação com a abordagem ergológica. Para a Ergologia, o trabalho é uma atividade humana. A ideia de atividade humana abarca a capacidade do homem de criar, planejar, memorizar e aprender. Essas dimensões compõem a atividade de trabalho e poderão ser observadas a partir de estudos *in loco* do trabalho ou apreendidas/narradas por meio de entrevistas com os

trabalhadores. Fígaro (2009a) busca na Ergonomia esse interesse pela atividade de trabalho.

A Ergonomia de língua francesa deu expressiva colaboração para se pensar a atividade humana ao tomar como objeto de estudo o trabalho na indústria e nas organizações contemporâneas. Seus estudos verificaram que, entre o trabalho prescrito pelas normas antecedentes (manuais, regras de utilização de materiais e máquinas, divisão e organização do processo de trabalho) e o trabalho realmente realizado, no momento exato de sua realização, existe uma distância (lacuna) (FÍGARO, 2009a, p. 34).

Nessa lacuna entre a prescrição e a realidade, podem ser observados os imprevistos, o aleatório, a criatividade, aspectos a serem investigados pelos pesquisadores que adentrarem o mundo do trabalho, provendo-lhes recursos para construir movimentos que tentam entender os sujeitos no trabalho e as condições de trabalho, compreendidas aqui não só como condições ao exercício da atividade de trabalho, mas condições da existência do próprio trabalho e dos sujeitos.

A abordagem ergológica de comunicação e trabalho destaca a relação dialética existente entre o micro e o macrossocial. Esta perspectiva teórica propicia entender o trabalho em acepção ampla - como atividade humana - permite ao trabalhador e, portanto, ao sujeito ser de comunicação, ocupar o lugar que ele merece nas pesquisas (FÍGARO, 2009a, p. 38-39).

O sujeito que só alcançou um lugar privilegiado nas pesquisas em comunicação por meio dos estudos de recepção é o protagonista dos estudos em Comunicação e Trabalho. Um sujeito que trabalha comunicando, que comunica sobre o trabalho ou no trabalho. Para dar conta dessas diferentes articulações (comunicação como trabalho, comunicação sobre o trabalho e comunicação no trabalho), Fígaro (2009a) recorre, em suas pesquisas, a métodos quantitativos e qualitativos, como forma de apreender, por diferentes perspectivas, as dinâmicas do mundo do trabalho.

Em termos de técnicas de coleta de dados, etnografia, observação direta, aplicação de questionários e entrevista são alguns recursos

metodológicos que auxiliam na entrada no mundo do trabalho e se completam com a interpretação dos dados realizada a partir dos referenciais da Análise do Discurso³ (FÍGARO, 2009a). Com esse compósito teórico-metodológico, Fígaro (2009a, p. 3) e os pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT)⁴, puderam realizar estudos empíricos com trabalhadores da comunicação. Por meio dessa articulação entre possibilidades teóricas e metodológicas diferentes, a abordagem em Comunicação e Trabalho transita com desenvoltura por outras áreas do saber em busca de contribuições que permitam investigar os sujeitos ao mesmo tempo trabalhadores e produtores simbólicos em um espaço de mediação complexo - o mundo do trabalho - que congrega lógicas econômicas, culturais, tecnológicas e institucionais em sintonia ou em confronto e, ao mesmo tempo, lugar de encontros, de afetos e de criatividade.

Diante do caráter transdisciplinar dos estudos em Comunicação e Trabalho e dos pressupostos que sustentam essa área como o olhar para o micro social, o enfoque nos sujeitos e a consideração do trabalho como atividade humana, mostra-se coerente acrescentar, ao repertório metodológico que fundamenta as pesquisas empíricas tecidas em torno desse binômio, uma técnica de coleta de dados que atende aos seus requisitos: a história de vida.

2. Histórias de vida como técnica de pesquisa

Um software, um aplicativo, um questionário e uma entrevista não são técnicas neutras de apreensão de informações, elas são orientadas de acordo com as finalidades da pesquisa e, sobretudo, com o referencial teórico que as sustenta e legitima. Thiollent (1980) evidencia que as técnicas de pesquisa são teorias em ato, pois “ao serem incorporadas à pesquisa

³ O lugar da linguagem nos estudos em Comunicação e Trabalho difere da Linguística e da Pragmática. Aqui, a linguagem materializa relações, valores e ideologias que orientam a vida em sociedade (FIGARO, 2009a) e forjam as subjetividades e identidades dos sujeitos sociais.

⁴ O CPCT é coordenado por Roseli Fígaro e está vinculado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

sociológica, as mais ‘neutras’ técnicas funcionam como ‘teorias’ particulares relativas à representação do objeto investigado. Cada técnica contém instrumentos particulares cujo uso envolve pressupostos teóricos” (THIOLLENT, 1980, p. 44). Essa vinculação direta das técnicas aos aportes teóricos proporciona a apropriação de procedimentos técnicos que não sejam necessariamente originários do campo em que a pesquisa se dá, é o caso da história de vida, sustentada por pressupostos teóricos advindos das Ciências Sociais e da Antropologia, que a impedem de ser tida apenas como uma entrevista em profundidade e possibilitam sua apropriação por campos como Enfermagem, Educação, História, Psicologia, dentre outros.

As histórias de vida começaram a ser aplicadas de modo sistemático pela Escola de Chicago⁵, ainda nos anos 1920, e foram adaptadas a diferentes intentos nos Estados Unidos e na Europa.

As histórias de vida podem ser analisadas a partir de dois métodos de pesquisa. O primeiro é a vertente norte-americana que enfatiza os documentos pessoais (diários, correspondências, entre outros) e os métodos etnográficos (entrevistas informais e observação participante). Já os pesquisadores europeus preferem a coleta de narrativas orais, como entrevistas e os documentos necessários à reconstrução histórica de um fenômeno social ou cultural (PEREIRA, 2008, p. 68).

Fábio Pereira (2008) valeu-se da vertente europeia na construção de sua tese sobre as identidades dos jornalistas-intelectuais do Brasil tendo como suporte teórico o interacionismo simbólico e demonstrando assim a apropriação dessa técnica pelo campo da Comunicação. Nesse sentido, seu trabalho faz o mesmo uso da entrevista narrativa que a abordagem etnosociológica, para quem as histórias de vida visam apreender fatos específicos sobre um tipo de experiência vivida pelo sujeito-informante ou sobre a totalidade de sua experiência de vida (BERTAUX, 1997). Para a etnosociologia, as histórias ou relatos de vida, termo preferido por Daniel Bertaux, são consideradas uma técnica objetiva de conhecimento do

⁵ A Escola de Chicago se destacou pela realização de pesquisas empíricas por meio de métodos considerados à época inovadores.

mundo social do qual o sujeito faz parte. Para esse tipo de abordagem não interessa a particularidade, a idiosincrasia da narrativa do sujeito e sim como seu relato revela relações e estruturas sociais que inevitavelmente se entrelaçam com sua trajetória de vida.

Esta perspectiva es decididamente objetivista, em el sentido de que su finalidad no es tomar desde el interior los esquemas de representación o el sistema de valores de una persona aislada, ni siquiera de un grupo social, sino estudiar un fragmento particular de la realidad social-histórica, un objeto social; comprender cómo funciona y como se transforma, haciendo hincapé en las configuraciones de las relaciones sociales, los mecanismos, los procesos, lá lógica de acción que le caracteriza. Bajo este punto de vista, el recurso a los relatos de vida no excluye en absoluto el recurso a otras fuentes, como estadísticas, textos reglamentários, entrevistas con informadores situados en una posición 'central' u observación directa de los comportamientos (BERTAUX, 1997, p. 11).

A etnosociologia inspira-se nos métodos antropológicos para estudar problemas sociológicos. Consiste em investigações empíricas que buscam compreender as lógicas que regem um mundo social ou uma categoria de situação. Para Bertaux (1997), o mundo social se constrói em torno de uma atividade específica, com destaque para atividades profissionais, o que mostra a proximidade da perspectiva etnosociológica com a abordagem da Comunicação e Trabalho.

La hipótesis central de la perspectiva etnosociológica es que las lógicas que rigen el conjunto de um mundo social o mesocosmos se dan igualmente en cada uno de los microcosmos que lo componen: observando com atención uno solo, o mejor, vários de estos microcosmos, y por póco que se logre identificar las lógicas de acción, los mecanismos sociales, los procesos de reproducción y de transformación se deberían poder captar al menos algunas de las lógicas sociales del mesocosmos mismo. (BERTAUX, 1997, p. 18).

De acordo com essa hipótese, o mundo do trabalho seria o equivalente a um mundo social e as histórias de vida poderiam ganhar o estatuto de relatos de práticas de uma atividade (trabalho) dentro de um mundo

social. E assim traçar um percurso metódico que vai do particular ao geral e por meio da recorrência de elementos entre um relato, uma história e outra é possível descrever, explicar um mundo social e formular conceitos e hipóteses sobre as práticas, as relações que se dão nesse mundo social (BERTAUX, 1997, p. 26). Apesar de não menosprezar a parcela de subjetividade contida nas histórias de vida, a etnosociologia prioriza a busca por indícios que revelem leis, lógicas de construção de um mundo social.

A História oral também considera as histórias de vida como aporte para a captura de um passado tanto longínquo quanto recente. Thompson (2004), ao definir o método da história oral, observa se tratar de um investimento transdisciplinar que se dedica a compreender transformações sociais, culturais e históricas a partir da escuta e registro das memórias de seus protagonistas. Influenciado pela etnosociologia de Bertaux, Thompson (2004) valeu-se das histórias de vida, em particular das histórias de vida de distintas gerações de uma família, como base para o desenvolvimento do método da história oral.

Assim como Bertaux (1997), Thompson (2004) também prevê a combinação de técnicas qualitativas e quantitativas para empreender um estudo que não se restrinja à individualidade dos informantes e possa conduzir a generalizações sobre a sociedade. Diante disso, cabe às histórias de vida se adequarem aos pressupostos da história oral, que são revelar vozes ocultadas pela história de macro acontecimentos; identificar esferas, contextos ocultos; explorar a tradição oral de comunidades e grupos sociais (um objetivo que dialoga diretamente com a Antropologia) e estabelecer conexões entre vidas.

Bertaux (1997) e Thompson (2004), em razão da adoção das histórias de vida, posicionam-se no campo do realismo ao considerar que os testemunhos, os relatos dos informantes são uma descrição aproximada, verossímil, da experiência de fato vivida por eles. Contudo, não basta só crer que a história de vida é um relato próximo do real, é preciso considerar fatores inerentes a essa técnica que podem distanciá-la desse viés

realista. Para Thompson (2004, p. 27), os testemunhos ou relatos de vida têm duas facetas:

Dicho simplemente, los testimonios *combinan* dos tipos de contenido. Por un lado, pueden redituar mucho en cuanto a valiosa información fáctica, por ejemplo: dónde vivió una persona, su estructura familiar, los tipos de trabajo que desarrolló, etc. –información cuya veracidad puede probarse de varias maneras, pero junto con esto, los testimonios también llevan la igualmente reveladora marca de la fuerza modeladora de la memoria así como de la conciencia individual y colectiva.

A memória, que tanto pode ser um artifício individual quanto coletivo, é um elemento imprescindível para pesquisas em Psicologia Social que também adotam as histórias de vida como técnica. Ecléa Bosi (1993) teorizou com maestria sobre o lugar da memória na pesquisa com sujeitos sociais. Respalhada pela Gestalt e pelas reflexões do filósofo Henri Bergson sobre a memória, Bosi (1993) pode investigar diferentes realidades sociais valendo-se das narrativas dos sujeitos-protagonistas anônimos e a partir desses estudos pode, inclusive, formular categorias, tipos de memória social e individual ao mesmo tempo. “A memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre um tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 1993, p. 281).

Quando a autora frisa que a memória é resultado de um tempo conotado, ressalta que a memória é um constructo simbólico moldado pelos sentidos circulantes na cultura e internalizados pelos sujeitos. Reconhecer essa natureza simbólica da memória é de suma relevância para o trato com as histórias de vida, pois os significados que os sujeitos atrelarão às experiências vividas também se relacionarão não só com suas posições sociais, mas com as dinâmicas afetivas vividas por eles, dimensão essa também investigada nos estudos de Bosi. “Para os depoimentos que são autobiografias, vale considerar que estas são, além de testemunho histórico, a evolução da pessoa no tempo” (BOSI, 1993, p. 283).

Outra vertente da Psicologia Social também recorre às histórias de vida para investigar as dimensões subjetiva e objetiva das carreiras dos

trabalhadores. Sob o viés da abordagem Socioconstrucionista, Ribeiro (2014, p.78) analisa a carreira, “entendida como um fenômeno psicossocial, através de suas dimensões constitutivas: projeto de vida de trabalho (planos de ação e construções identitárias) e trajetórias de vida de trabalho, de base teórica socioconstrucionista”. Nessa proposta, a carreira psicossocial pode ser compreendida a partir das narrativas das vidas de trabalho dos sujeitos. Essas narrativas darão corpo às histórias de vida, aos enredos de vida e aos temas de vida.

As histórias de vida representam o que aconteceu na vida de trabalho de dada pessoa, ou melhor dizendo, as narrativas das trajetórias de vida de trabalho como estratégias de articulação espaço-temporal das experiências de relação psicossocial com o mundo do trabalho. As histórias de vida se constroem através dos enredos e temas de vida. Os enredos de vida permitem a compreensão da linha de ação da trajetória de vida, ou seja, possibilitam explicar a estrutura e a dinâmica da trajetória de vida atribuindo sentidos aos movimentos da mesma. Enquanto que os temas de vida auxiliam na compreensão de um padrão de construção de sentidos de ação na relação com o mundo, identificando os eixos comuns desse processo (RIBEIRO, 2014, p. 125)

Os estudos de carreira na Psicologia do Trabalho já se valem da expressão histórias de vida de trabalho como técnica de coleta e categoria analítica com o adendo relevante de que a carreira e seus elementos constitutivos, dos quais a história de vida é um deles, não são investigados apenas com uma finalidade subjetiva, de verificar o amálgama entre a vocação e os rumos da carreira dos sujeitos, mas sim sob uma perspectiva relacional, que, conforme Ribeiro (2014), consiste na investigação das relações entre o psicológico e o social no mundo do trabalho. Essa abordagem relacional dedica-se assim à investigação do cotidiano dos sujeitos no mundo do trabalho por meio da narrativa das experiências vividas ao longo do tempo, capazes de revelar os sentidos, os significados correntes no mundo do trabalho, apontando para rupturas e permanências de práticas e para as construções identitárias dos indivíduos vinculadas ao trabalho.

Em uma direção convergente, as histórias de vida aparecem no campo da Educação nos estudos de narrativas (auto) biográficas. Essas investigações lançam mão tanto de entrevistas narrativas quanto da análise de documentos e valem-se de uma terminologia diferente para se dedicar, sobretudo, à formação de professores.

A referência ao biográfico (escrita da vida) é mais sugestiva da ação do sujeito que a denominação *histórias de vida*. Pineau (2006) justifica sua opção por *histórias de vida* para evitar o peso etimológico de *grafia* (escrita) e extrapolar os limites do espaço interior do *auto* (eu), sendo a vida (*bios*) uma das dimensões essenciais do sujeito. (...) Como se pode observar, no Brasil, consagrou-se a expressão *pesquisa (auto)biográfica* com o (auto) entre parênteses, contrariamente as demais denominações que evitam a presença do eu (auto) (PASSEGI; SOUZA, 2016, p. 15-16).

Diante dos pressupostos teóricos que orientam as pesquisas em Educação, a expressão (auto) biografia se apresentou mais fidedigna ao projeto epistemológico, teórico e metodológico do campo do que a expressão história de vida. Esse movimento (auto) biográfico, no Brasil, ancora-se em uma tradição de estudos biográficos europeus no campo da Educação e se aproxima das reflexões biográficas na seara da Literatura e crítica literária. Essas interfaces originam quatro correntes de estudos em narrativas (auto) biográficas:

A primeira considera as narrativas autobiográfica como um fenômeno antropológico. Nesse sentido, interessa-se pelos processos de individuação e de socialização dos seres humanos, interrogando-se sobre como nos tornamos quem somos. A segunda orientação utiliza as narrativas como fonte e método de investigação qualitativa, indagando-se sobre práticas sociais, não apenas para produzir conhecimento sobre essas práticas, mas para perceber como os indivíduos dão sentido a elas. A terceira orientação faz uso dessas narrativas como dispositivos de pesquisa-formação, instituindo o sujeito como pessoa interessada no conhecimento que ela produz para si mesma (Souza, 2006a). Finalmente, a quarta orientação estuda a natureza e a diversidade discursiva das escritas (grafias) da vida (*bios*) (PASSEGI; SOUZA, 2016, p. 10).

As pesquisas em narrativas (auto) biográficas remetem às investigações socioeducativas que exploravam histórias de vida em formação. Corrente da educação que, segundo Passegi e Souza (2016, p. 16), “preocupa-se mais precisamente com a formação permanente do adulto e suas preocupações com o mundo do trabalho”. É interessante destacar que para a perspectiva socioeducativa, as narrativas de formação transformam os sujeitos que as constroem, pois o ato de narrar suas experiências impulsiona uma ação auto reflexiva que culmina em uma formação, um aprimoramento enquanto ser social e educador. Daí a atribuição de pesquisa-ação que essas investigações carregam (PASSEGI; SOUZA; VICENTINI, 2011).

Atentas a como o homem se forma enquanto ente social e de trabalho, as histórias de vida em formação e as narrativas (auto) biográficas assentam-se sobre uma perspectiva epistemológica que traz de volta o sujeito empírico para a ciência, considerando suas experiências individuais (micro social) relevantes para a produção de conhecimento e encontra na linguagem, no discurso, na narrativa que parte desse próprio sujeito (PASSEGI; SOUZA, 2016) as materialidades a serem investigadas.

Diante da versatilidade das histórias de vida e de como essa técnica performa posturas teóricas provenientes de campos diversos, propomos a elaboração de um conceito que una técnica e teoria, o subjetivo e o social, um termo que carregue um sentido dialético em si mesmo. A expressão história de vida de trabalho aparece aqui como uma palavra-chave que marca a vinculação teórica ao binômio Comunicação e Trabalho e uma filiação epistemológica a tudo o que as histórias de vida representam enquanto técnica.

4. Histórias de vida de trabalho

A proposição aqui apresentada, mais do que reclamar uma posse da técnica de história de vida para o campo da Comunicação visa estabelecer os alicerces teóricos e metódicos sobre os quais as histórias de vida podem se assentar em pesquisas que versem sobre Comunicação e Trabalho. Um

primeiro marcador comum entre as abordagens da técnica de história de vida anteriormente apresentadas é a pressuposição de que a linguagem é um elemento de constituição dos sujeitos e da sociedade e por meio dela é possível conhecer e transformar a si mesmo, o mundo e os outros. Para a Comunicação e Trabalho, por meio da linguagem, é possível compreender as dinâmicas do mundo do trabalho, as contradições entre o prescrito pelas empresas e o praticado, vivido pelos trabalhadores. Aqui, tem-se um encontro também entre as abordagens etnosociológica, educacional, histórica e psicossocial por meio da valorização do sujeito, assim como de seus sentimentos, inventividade e posições ideológicas.

Apesar de a Comunicação e Trabalho preferir a expressão *corpo-si* da abordagem ergológica, ela dá conta do que se atribui ao sujeito, à parcela da subjetividade na ciência.

Sujeito é um conceito muito desgastado na visão de Yves Schwartz e incapaz de revelar o que lhe é inerente. Por isso, adota *corpo-si*. *Corpo-si*, como físico que apreende o conjunto de forças que propicia a vida, a condição de Ser Vivo que se relaciona com seu meio físico. E *corpo-si* como história pessoal, a herança cultural, a consciência, a razão particular contida em cada ato (FÍGARO, 2009a, p. 36).

Não existe trabalho sem sujeito, assim como não há educação, sociedade e cultura sem sujeitos e, para a Comunicação e Trabalho, é exatamente no trabalho que esse sujeito ou *corpo-si* se realiza, toma consciência de si e da sociedade. A história é, portanto, o lugar (e o tempo) de encontro do *corpo-si* com o alter, do eu com o tu, do sujeito com o social, perspectiva essa que se aproxima dos preceitos relacionais aplicados aos estudos de carreira.

A história de vida de trabalho simboliza, portanto, a interrelação entre diferentes abordagens científicas sobre o sujeito em situação de trabalho, mas sobretudo, representa o encontro dialético entre a história pessoal, individual e a história de trabalho, que é indiscutivelmente coletiva e social. A história de vida de trabalho, portanto, só é possível por meio de uma ruptura com a epistemologia cartesiana, concebendo-se assim como um momento de conciliação entre razão e emoção; sujeito e objeto

científicos, afinal, “o sujeito do conhecimento quando estuda o social, um objeto social, está estudando também a si mesmo, pois o social é sua natureza” (LOPES, 2018)⁶.

O estudar a si mesmo na história de vida de trabalho não se restringe à relação do pesquisador que conduz os experimentos valendo-se dessa técnica, mas também ao participante da pesquisa que, como pontua Josso (2007), transforma a si mesmo ao entrar em contato com o ato de narrar sua própria história. Esse potencial reflexivo das histórias de vida em formação pode ser apropriado pelas histórias de vida de trabalho na medida em que elas contemplem também momentos da formação do trabalhador, que incluam a formação educacional acadêmica e/ou profissionalizante ou ainda situações de aprendizado do trabalho em contextos informais, por meio de partilhas do saber-fazer na interação, na troca de experiências com outros trabalhadores, situação essa que, particularmente, se faz possível pela comunicação no trabalho. Afinal, como lembra Fígaro (2018)⁷, “pensar a comunicação no trabalho é reconhecer que todo trabalho tem uma dimensão comunicacional”.

A comunicação no trabalho pode ser vista a partir das categorias de análise da Ergologia, que investiga os meandros da linguagem no trabalho, como trabalho e sobre o trabalho (NOUROUDINE, 2002). Nesse caso, quando a comunicação e a linguagem estiverem no cerne de uma relação de ensino e aprendizagem sobre o saber-fazer necessário ao trabalho, teríamos uma situação de comunicação que comportaria ao mesmo tempo tanto a linguagem sobre o trabalho como a linguagem no trabalho.

Daqui depreende-se que a história de vida de trabalho precisa:

- Tratar sobre as vivências/experiências no mundo do trabalho;
- Tratar sobre os aprendizados relativos ao saber-fazer para o trabalho.

⁶ Trecho proferido pela professora Maria Immacolatta Vassalo de Lopes durante aula de Metodologia em Comunicação, realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes, na Universidade de São Paulo, em 2018.

⁷ Trecho proferido pela professora Roseli Fígaro, em sala de aula, durante encontros da disciplina Comunicação no mundo do trabalho: recepções e mediações, ministrada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes, na Universidade de São Paulo, em 2018.

Vale ressaltar que o trato das vivências no mundo do trabalho comporta também experiências em outras situações sociais, mas que repercutem no mundo do trabalho. Instâncias essas que Duraffourg (2007, p. 49), do ponto de vista ergológico, orienta a não serem confundidas nem separadas, pois são instâncias que se inter-relacionam. “Não se pode postular a independência da vida de trabalho em relação à vida pessoal; é um todo indissociável, em que todas as partes se comunicam de maneira permanente”. Pensamento esse de entrelaçamento entre vida de trabalho e vida fora do trabalho que é partilhado por Dejours (1999), na Psicodinâmica do trabalho, e que Bertaux (1997, p. 87) frisa ao observar que cada sujeito tem várias vidas paralelas e a reconstrução do relato de vida tem como atividade a demarcação de pontos de conexão entre elas.

Do ponto de vista metodológico, tanto a Etnosociologia quanto os estudos de carreira psicossociais lançam mão da entrevista narrativa como acesso às histórias de vida. Ela deve permitir ao entrevistado liberdade para falar, cabendo ao pesquisador demonstrar interesse pelo que está sendo contado, afinal, o participante possui uma experiência social específica que interessa ao pesquisador (BERTAUX, 1997, pp. 64-66). E sobre as emoções que podem surgir durante a entrevista, Bertaux (1997, p. 69) observa que a carga emocional é uma carga de significados, estes que também são importantes para a abordagem socioconstrucionista de carreira, afinal, ela considera que nas histórias de vida de trabalho tem-se o encontro entre os significados sociais (discurso) e os sentidos pessoais (narrativa) (RIBEIRO, 2014).

No caso da história de vida de trabalho para a Comunicação e Trabalho, o sentimento, a carga emotiva e os sentidos que a ela se atrelam podem ser evocados pela narrativa de momentos ímpares da trajetória de trabalho, como entrada e saída do mundo do trabalho, mudanças de cargos e funções e momentos emblemáticos seja pelo sentimento de alegria e realização ou pelo de tristeza e derrota, afinal, se o mundo do trabalho é o “ambiente complexo onde se dão as relações mais conflituosas do ponto

de vista da estrutura da sociedade de classes e do ponto de vista da tomada de posição social do sujeito” (FIGARO, 2009b, p. 3), as narrativas que nele transcorrem também são marcadas pela alternância de sentimentos, de posições sociais, de sentidos políticos e ideológicos.

Dessa forma, a história de vida de trabalho não se confunde com uma narrativa inspiracional a exemplo daquelas propagadas pelas mídias que reforçam os valores da cultura empreendedora e reafirmam o engajamento dos sujeitos ao capitalismo contemporâneo (CASAQUI, 2017). Ela é uma narrativa de vozes ocultas que visa o desvelamento de contextos também ocultos (THOMPSON, 2004) no mundo do trabalho por meio das histórias de protagonistas anônimos. Tem-se aqui mais uma inclinação que compete a esse conceito técnico: dar visibilidade a narrativas de sujeitos cujas vidas de tão prosaicas não lhes parecem interessantes, mas que exatamente por isso são capazes de dizer muito sobre as dinâmicas do mundo do trabalho. Como lembra Bertaux (1997, p. 46) acerca dos relatos de práticas, as histórias de vida revelam conflitos, relações de poder em uma organização ou mundo social. Uma história de vida pode conter todos esses elementos e atender assim aos anseios do binômio Comunicação e Trabalho.

É importante ainda lembrar que a história de vida de trabalho também pode ser associada a outras técnicas de coleta de dados, sendo viável sua adoção pelas pesquisas em Comunicação e Trabalho que costumam se valer de triangulações metodológicas para investigar seus objetos de estudo (FIGARO, 2014, p. 129). A história de vida de trabalho pode ser uma das técnicas da fase qualitativa de pesquisas em Comunicação e Trabalho. Claro que sua adoção não é mandatória para toda e qualquer pesquisa na área e está atrelada à problemática e aos objetivos do estudo em questão. Mas ela se presta também ao aporte interpretativo que a Comunicação e Trabalho costuma adotar: a Análise do Discurso.

Dentre as escolas e abordagens discursivas disponíveis, Fígaro (2009a) foi buscar em Michel Pechêux e Mikhail Bakhtin os alicerces analíticos para compreender os sentidos dos discursos dos trabalhadores. Esses dois autores se adequam aos objetivos de pesquisa da área

exatamente por reabilitarem o sujeito e a história para a compreensão dos textos e, conseqüentemente, dos discursos. O discurso é o espaço dos interesses em disputa expressos por meio da linguagem. A sociedade pode até partilhar a mesma língua, contudo, ela não partilha de um único discurso. Afinal, a palavra é polissêmica e cada significado que carrega pode estar associado a uma visão de mundo, a uma ideologia diferente, compondo assim um discurso diferente.

Os discursos vão portanto, materializar as ‘visões de mundo’ das diferentes classes sociais, com seus interesses antagônicos, os quais se manifestam através de um estoque de palavras e de regras combinatórias que constituem a maneira de uma determinada classe social pensar o mundo num determinado momento histórico; são as várias formações discursivas ideológicas correspondentes às várias formações discursivas (BACCEGA, 1995, p. 52).

A Análise do Discurso enquanto campo teórico-metodológico emerge de uma articulação conceitual e metódica entre o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística, propondo assim a teorização da sociedade e da história, do sujeito e da língua. As histórias de vida de trabalho oferecerão, portanto, o substrato sobre o qual a análise do discurso se debruçará em busca dos sentidos sociais, históricos, culturais e subjetivos do trabalhador. Essa parceria entre técnica e método interpretativo justifica-se também pelo fato de as histórias de vida serem uma realidade discursiva, pois como pontua Bertaux (1997, p. 76), as histórias de vida comportam três classes de realidade: uma realidade histórico-empírica, relativa ao itinerário biográfico do informante; uma realidade físico-semântica, que diz respeito a uma trama subjetiva de significados construída pelo informante a partir de suas experiências e uma realidade discursiva, composta pelos ditos do sujeito sobre seu próprio itinerário biográfico. Essas três realidades estão unidas e compõem o material verbal repleto de significados que serão articulados com o contexto sócio-histórico e com outros dados a partir da análise discursiva. E, assim, o sujeito será localizado, a partir de seu discurso, de suas palavras sobre sua trajetória de vida dentro do mundo social, no caso aqui referenciado, o mundo do trabalho.

5. Considerações finais

O esforço teórico empreendido nesse artigo teve como objetivo propor uma categoria de pesquisa de natureza qualitativa que se adeque aos estudos em Comunicação e Trabalho respeitando as características e repertório referencial dessa área. Realizou-se, portanto, uma definição conceitual da categoria história de vida de trabalho a partir das tradições de aplicação da história de vida por outras áreas de conhecimento. A aplicação da história de vida de trabalho, portanto, é uma forma de atualizar os preceitos que compõem o binômio teórico Comunicação e Trabalho por meio das seguintes marcas:

- valorização do sujeito e da linguagem na produção de conhecimento;
- adequação a uma lógica metódica que parte do microsocial para entender o macrosocial;
- foco nas vivências/experiências no mundo do trabalho;
- foco nos aprendizados relativos ao saber-fazer para o trabalho;
- escolha da entrevista narrativa como acesso aos dados;
- análise dialética do substrato verbal que compõe as histórias de vida de trabalho por meio da Análise do Discurso.

Dessa forma, espera-se contribuir para a ampliação e fortalecimento das pesquisas em Comunicação e Trabalho enfatizando sua abertura à diversidade de métodos, técnicas e de abordagens por meio do uso das histórias de vida de trabalho como categoria na investigação de doutorado em desenvolvimento intitulada “A aventura do trabalhador no mundo da comunicação: histórias de vida de trabalho de jornalistas egressos da Universidade Federal do Ceará”, vinculada ao Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), cujos objetivos são saber onde e como trabalham jovens jornalistas egressos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará e quais os sentidos do jornalismo para esses trabalhadores.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BACCEGA, Maria A. **Palavra e discurso. História e literatura**. São Paulo: Ática, 1995.
- BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**: perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1997.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. In *Psicologia, São Paulo – USP*, 4 (1/2), p. 277-284, 1993.
- CASAQUI, Vander. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. In **E-Compós**, Revista da Associação da Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-Compós, Brasília, v.20, n.2, maio/ago. 2017.
- DEJOURS, Christian. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.
- DURAFFOURG, J.; DUC, M.; DURRIVE, Louis. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010. 47-87.
- FÍGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. In **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. 16(2): 124-131 maio/agosto 2014.
- _____. Estudo de Recepção e Ergologia: novos desafios teórico metodológicos. In **E-Compós**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-Compós, Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2009a.
- _____. Comunicação e Trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção. In **Mediaciones Sociales**, N. 4, I semestre 2009b, pp. 23-49.
- JACKS, Nilda, MENEZES, D. Estudos de recepção na América Latina: contribuições para atualizar o panorama. In **E-Compós**. Revista Nacional dos Programas de Pós-Graduação, vol. 10, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. In **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Pistas para entre-ver meios e mediações. In: _____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Prefácio à 5ª edição castelhana incluída na reimpressão.

_____. **Ofício de cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol. I, livro Primeiro, O processo de produção do Capital. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA E SILVA, M. Cecília P., FAÍTA, D. (orgs.) **Linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

PASSEGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino. O Movimento (Auto) Biográfico no Brasil: Esboço de suas Configurações no Campo Educacional. In **Investigación Cualitativa**, 2(1) pp. 6-26, 2016.

PASSEGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino; VICENTINI, Paulo Perim. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. In **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.27, n. 01, p.369-386. abr. 2011.

PEREIRA, Fabio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil**: identidade, práticas e transformação no mundo social. Brasília: Programa de Pós-graduação em Comunicação. Tese de doutorado, 2008.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Carreiras**: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado. Curitiba: Juruá, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, Paul, Historia Oral y contemporaneidad. In **Anuario N° 20** de la Escuela de Historia, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2003-2004.

Capítulo 3

Efeitos de terceira pessoa: os impactos das mensagens vazadas sobre a Lava Jato no Maranhão e Tocantins

*Lidiane Moreira*¹

*Marcus Elicius dos Santos Garcez*²

*Amanda Maurício Pereira Leite*³

Contexto teórico e histórico

A observação inicial que ensejou a hipótese do Efeito de Terceira Pessoa foi a influência que folhetos de propaganda desempenharam sobre um determinado segmento de tropas que combatiam na Segunda Guerra Mundial. Foi neste contexto bélico que se deu o surgimento da propaganda.

Phillips Davison, então professor de Jornalismo e Sociologia da Universidade da Columbia, mostrou que uma pessoa exposta a uma comunicação persuasiva nos meios de comunicação de massa vê isso como tendo um efeito maior nos outros do que em si mesmo. A pesquisa de Davison é precursora e aponta que as pessoas acreditam que não são influenciadas, mas que as terceiras pessoas podem ser persuadidas.

¹ Jornalista, especialista em Ensino e Educação e mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: moreira.lidiane@uft.edu.br

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Comunicação Social – Rádio e TV, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: marcus.elicius@uft.edu.br.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: amandaleite@mail.uft.edu.br.

Davison aplicou quatro experiências para apoiar a hipótese do Efeito de Terceira Pessoa e explicar vários aspectos do comportamento, incluindo o medo de propaganda herética por líderes religiosos e o medo de dissidência pelos governantes políticos. Outro aspecto importante da pesquisa de Davison (1983) está relacionado ao fenômeno da censura.

Mais de uma década depois, em 1999, Richard Perloff fez uma revisão de todos os estudos sobre o efeito da Terceira Pessoa realizados até então, do inglês *The Third Person Effect* (TPE). Há de se destacar que a TPE não é uma teoria de opinião pública, mas uma hipótese ou uma série de afirmações sobre percepções da opinião pública e seus efeitos.

Dentre aspectos importantes destacados em seu artigo de revisão, estão a distância social e a censura. Perloff apontou ainda falhas metodológicas de Davison (1983), uma delas seria o meio social, visto que as pesquisas iniciais foram feitas em ambientes restritos a estudantes de comunicação.

Os fenômenos que cercam esta teoria trazem uma compreensão sobre o comportamento da opinião pública, que são complexos e abarca a construção do conhecimento a partir de diálogos com a comunicação de massa, a psicologia social, a psicologia política e a opinião pública.

Para Davison (1983), indivíduos expostos a uma mensagem normalmente acreditam que o conteúdo dela não terá maior impacto “em mim” (a primeira pessoa), ou “você” (a segunda pessoa), mas neles (as terceiras pessoas). Há assim, nesta teoria, um importante componente comportamental.

Tiedge, Silverblatt, Havice e Rosenfeld (1991) acreditam que a maioria dos indivíduos aceita a inconsistência lógica de que a mídia influencia mais os outros que a si próprios, e por isso há uma desconexão entre as percepções de si e dos outros.

Outros estudos compararam a amplitude da TPE, e concluíram que mensagens indesejáveis produziram maior TPE do que mensagens ou tópicos desejáveis em Duck e Mullin (1995), Gunter e Itwa (1996), Gunther e Mundy (1993) e Hoorens e Ruiter (1996).

Mundy expõe outra hipótese, o do TPE invertido, ou efeitos de primeira pessoa para mensagens desejáveis. Outros estudiosos como Brosius e Engel

(1996), Gunther e Mundy (1993) e Gunther e Tharson (1992) expuseram que certos formatos de mídia eram capazes de influenciar mais aos outros.

No que diz respeito à distância social, outros estudos testaram a noção de distância social que confirmaram que esta noção de espaço influencia os Efeitos de Terceira Pessoa. Outros aspectos também são relevantes, o do conhecimento em Atwood (1994), e o do envolvimento do ego em Sherif e Nebergall (1968).

Há ainda a possibilidade de ligações com a espiral do silêncio, no entanto, na revisão apresentada por Perloff apenas dois examinaram as influências do TPE e a disposição para falar Mutz (1989) e Willnat (1996).

Dois estudos, um experimento de Gunther (1998) e uma pesquisa de Mutz e Soss (1997) dão suporte à afirmação de que a mídia de massa pode indiretamente influenciar a opinião, gerando a percepção de que terceiros foram afetados pela cobertura de notícias.

À época, Perloff apresentou cinco itens para o crescimento das pesquisas que se fundamentavam nesta teoria: a melhoria da validade ambiental, as variações contextuais no TPE, ampliação de escopo, o aperfeiçoamento e o aprimoramento, levando em conta as teorias do raciocínio e acessibilidade. Outro fator importante já destacado por ele é a alteração das dinâmicas de terceira pessoa que surgiriam com a popularidade que a internet iria alçar *a posteriori*.

No decorrer dos anos, os estudos a respeito da hipótese dos Efeitos de Terceira Pessoa foram sendo ampliados ao redor do mundo na perspectiva dessa hipótese tornar-se teoria. De acordo com McLeod et al. (2001), inicialmente esses estudos se concentraram em estudar o impacto no contexto da mídia persuasiva, como comerciais de TV e propagandas políticas. Porém, a ampliação dos estudos proporcionou outros enfoques sobre a hipótese em diferentes tipos de mensagens da mídia, como notícias, violência na televisão, conteúdo pornográfico ou mesmo letras de músicas.

Entre estas outras pesquisas que abordam um enfoque diferenciado, estão Hoffner et al. (2001) e McLeod et al. (2001), que trazem pesquisas que analisam os impactos da mídia tanto sobre si, quanto sobre os outros,

a partir da percepção da influência da violência televisiva e também na percepção do apoio a censura, respectivamente.

A pesquisa de Hoffner et al. (2001) envolveu uma amostra aleatória de 253 estudantes de uma pequena região metropolitana dos Estados Unidos. O estudo buscou examinar como vários fatores podem contribuir para os efeitos de terceira pessoa, tanto para percepções de “mundo cruel” (*mean world*), quanto para a agressão. Assim como estudos anteriores, Hoffner et al. (2001) constatou que as pessoas tendem a perceber os outros mais afetados do que a si nos dois efeitos de violência televisiva.

Segundo Hoffner et al. (2001), outras pesquisas, como a de Duck e Mullin (1995), apontaram que os Efeitos de Terceira Pessoa são mais fortes para conteúdos que tendem a terem efeitos negativos do que para mensagens positivas, em seu estudo, ao contrário, os impactos variam para diferentes efeitos do mesmo conteúdo. Além disso, Hoffner et al. (2001) constataram que os entrevistados que culpam os efeitos negativos de como a violência é retratada sentiram uma influência maior da percepção de mundo cruel em si, do que para os outros, enquanto que o efeito da agressão foi sentido mais para os outros do que para si.

Já o estudo de McLeod et al. (2001), aplicou 359 questionários com estudantes universitários, em uma aula introdutória de comunicação de massa, na Universidade de Delaware (EUA). Os pesquisadores adaptaram quatro letras de músicas como estímulo para o estudo, sendo elas um *rap* violento, *rap* misógino, *death metal* violento e *death metal* misógino, avaliando-as a partir de quatro variáveis: grau de exposição percebida ao conteúdo, o grau de senso comum, a natureza antissocial percebida do conteúdo e o grau de atitudes paternalistas.

Os resultados apontaram que os participantes que acreditavam possuir menos senso comum, pensavam que as letras poderiam ter influência sobre eles, enquanto que os que percebiam que eram letras mais antissociais acreditavam que tinham menos efeitos sobre eles. Além disso, segundo McLeod et al. (2001), as pessoas que perceberam um impacto maior sobre si e os que concordavam com atitudes paternalistas, eram

mais propensos a apoiar atitudes de censura. Nos efeitos sobre outras pessoas, participantes mais paternalistas atribuíram efeitos maiores aos outros (Efeitos de Terceira Pessoa), assim como o apoio a censura era percebido de forma positiva.

Baseado em outros autores, como Perloff (1996), McLeod et al. (2001) acredita-se ainda que as pessoas tendem a perceber impactos da mídia maiores nos outros do que em si, por se sentirem mais competentes e inteligentes e também como forma de manter uma boa imagem, porém desconhecem como funciona seu próprio psicológico e suas fraquezas e, provavelmente, não percebem as influências da mídia.

No Brasil, os efeitos de terceira pessoa ainda são pouco estudados, comparado a outras teorias da comunicação. Muitas das pesquisas existentes foram realizadas ao longo de cursos de pós-graduação, o que mostra certo desconhecimento de estudantes de graduação sobre essa teoria. Na Universidade Federal do Tocantins (UFT) há uma importante série de publicações, *Media Effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, com diversas publicações sobre as teorias da comunicação.

Nestes estudos, podemos citar pesquisas, como as que abordaram os efeitos de terceira pessoa a partir de uma *fake news* sobre o caso de Marielle Franco (SILVA et al., 2018), o efeito da terceira pessoa no trabalho dos jornalistas do Tocantins (MELO et al., 2018) e ainda o volume 2 do *Media Effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, que se dedicou a tratar sobre efeitos da terceira pessoa, enquadramento e teoria do cultivo.

No estudo de Silva et al. (2018), as pesquisadoras buscaram analisar os efeitos nos participantes a partir de uma *fake news*, enfocando o caso Marielle Franco e como este foi retratado pela mídia. Os resultados apontaram que as notícias falsas não influenciaram grande parte das pessoas entrevistadas, porém quando se trataram dos efeitos sobre outras pessoas, os participantes acreditavam que a *fake news* poderia os influenciar.

Outro estudo da coleção analisou a hipótese em alunos e ex-alunos do Colégio da Polícia Militar do Tocantins, a partir das notícias de ações

policiais veiculadas pela mídia (ADRIAN; GOMES; PÔRTO Jr, 2017). O estudo constatou, a partir de aplicação de questionário, que a hipótese em uma terceira pessoa foi maior com ex-alunos, do que com alunos que ainda estudavam na escola. Além disso, o grupo estudado ainda se mostrou mais favorável à censura de conteúdos por acreditarem que outros poderiam ser influenciados.

A partir do exposto, para esta pesquisa, que leva em conta um atual e complexo contexto social e político vivido no Brasil, a hipótese inicial que adotamos é de que o público julga que outras pessoas são influenciáveis pelos meios de comunicação. No entanto, elas próprias acreditam que não são tão influenciadas porque são capazes de filtrar o que absorvem a partir da leitura de diferentes fontes noticiosas sobre o assunto. Um aspecto importante a ser destacado aqui é que, com as tecnologias da comunicação e da informação, as pessoas passaram a escolher a forma pela qual irão consumir notícias. Seja um portal de notícias independente, vídeos do *YouTube*, *posts* ou *memes* no *Facebook*, *Instagram* ou *Whatsapp*, nestes últimos propagam-se rapidamente ‘notícias’ falsas, fenômeno observado em escala ascendente nas eleições de 2018.

Uma segunda hipótese, é de que a maioria das pessoas que reside no Maranhão avalie como negativa as ações do juiz Sérgio Moro, considerando os resultados da última eleição presidencial, que demonstrou um alto número de pessoas contrárias ao atual governo.

Como terceira hipótese, acreditamos que a notícia não tenha ainda um impacto negativo no Tocantins, ao destacar o resultado das eleições por município. Neste Estado, a maioria dos eleitores não apoiou a eleição do atual governo, no entanto, por cidade, Palmas apresentou resultado favorável.

Como objetivo geral, buscamos examinar a hipótese dos efeitos de terceira pessoa na percepção da influência das mensagens vazadas sobre a Lava Jato pelo *The Intercept* Brasil. Como específicos: analisar a validade da hipótese do efeito no atual contexto social e político do Brasil; avaliar a influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública; verificar as

influências das mensagens vazadas na imagem de Sérgio Moro, da Lava Jato e do atual governo; e ainda identificar se os residentes no Tocantins acreditam que os residentes no Maranhão são mais suscetíveis a influência da mídia do que eles mesmos e se o contrário também ocorre.

***The Intercept* Brasil: o início da #VazaJato**

The Intercept Brasil é uma versão brasileira do famoso *site The Intercept*, criado pelo jornalista Glenn Greenwald, lançado em 2016, com intuito de divulgar reportagens investigativas e análises sobre a política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia, entre outros. Segundo o *site*, a plataforma dá liberdade editorial aos seus jornalistas, como forma de expor crimes e injustiças que encontrarem.

O *site* iniciou seus trabalhos em meio ao *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, com vários questionamentos sobre a validade do processo que sofria a presidente da República. Porém, foi nos últimos meses que a plataforma ganhou maior notoriedade, a partir da divulgação de mensagens, obtidas por meio de fonte anônima, segundo o *site*, trocadas entre procuradores e o então juiz Sérgio Moro sobre a operação Lava Jato, o que colocou em dúvida todo o trâmite da operação.

A partir do dia 9 de junho, o *The Intercept* Brasil começou a publicar uma série de reportagens que abalaram a reputação de uma das operações mais famosas do Brasil, levantando comentários diversos pelo país e também a #VazaJato. Ainda que não tenha implicações jurídicas imediatas, esses vazamentos de mensagens trouxeram impactos políticos e sociais, que ainda precisam ser estudados, tanto pela comunicação, como por outras ciências.

Glenn Greenwald é um premiado⁴ jornalista radicado no Brasil há 14 anos que passou a ser reconhecido internacionalmente por divulgar

⁴ Glenn Edward Greenwald, natural dos Estados Unidos, é escritor, jornalista e advogado, sua reportagem sobre o programa de espionagem da NSA rendeu-lhe o Prêmio Pulitzer de jornalismo; no Brasil recebeu o Prêmio Esso de Reportagem.

informações sigilosas de espionagem americana no jornal britânico *The Guardian*, através de dados obtidos pelo ex-analista da CIA e NSA (Agência Nacional de Segurança), Edward Snowden.

A plataforma é financiada pelo bilionário, fundador e filantropo do *eBay*, Pierre Omidyar, que forneceu os recursos para lançar o site e até hoje contribui, através da *First Look Media Works*⁵. Em uma nota, Omidyar diz que esses investimentos são uma tentativa de transformar leitores tradicionais em cidadãos engajados e que esse tipo de jornalismo é fundamental para a democracia.

Sobre a Lava Jato

Tida como a maior investigação de corrupção já realizada no país pela Polícia Federal, a Operação Lava Jato é constituída por várias fases investigativas que buscaram apurar esquemas de lavagem de dinheiro para propina. Já foram deflagradas em cinco anos de existência, completos em março deste ano, mais de 60 fases boa parte delas autorizadas pelo então juiz. Foram condenados e presos mais de cem pessoas entre agentes políticos, empreiteiros, funcionários da Petrobrás e operadores financeiros. Entre estes, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, preso após decisão de segunda instância, há mais de um ano na carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

A prisão de Lula, dado sua popularidade e o cenário político em que ocorreu, quando o ex-presidente liderava as pesquisas de intenções de voto para corrida presidencial de outubro, uma ampla discussão sobre o uso político da operação passou a entrar na pauta dos brasileiros, agendada, sobretudo, por veículos de comunicação independentes. Em contrapartida, os veículos de comunicação de massa construíram uma narrativa que vangloriava cada passo das investigações que partiam de Curitiba. Tanto que

⁵ Empresa criada por Pierre Omidyar, que busca apoiar um jornalismo com liberdade de expressão voltado a criação, produção e financiamento de conteúdo midiático, como longas-metragens, séries digitais e *podcasts*.

em entrevista ao *The Intercept* Brasil em outubro de 2018, a ex-assessora de imprensa da Lava Jato afirmou que “a imprensa comprava tudo”.

Sem a imprensa a operação não teria sucesso, e foi ela a responsável pelo êxito, assim como ocorreu na Itália, com a operação Mãos Limpas. Houve amplo apelo midiático: as constantes revelações sejam de prisões, conduções coercitivas, conversas telefônicas e delações mantiveram sempre acesas o interesse do público, como em narrativas de folhetim ou novelescas. As estratégias adotadas na Itália para o uso da mídia foram bem semelhantes as do Brasil, com a Lava Jato.

Os veículos de massa e influentes jornalistas construíram um discurso pró-Lava Jato e, por conseguinte, anti-PT. Meses depois a onda antipetismo ganharia mais força com a eleição do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Se o processo que levou a prisão de Lula ensejou questionamentos quanto a sua validade jurídica, as perguntas e argumentos que revelariam uma provável parcialidade da operação foram endossados a partir da nomeação do ex-juiz para o mais alto cargo dentro do Ministério da Justiça.

Tamanho foi a repercussão da operação entre o público brasileiro que lhe rendeu duas temporadas da série *Mecanismo* pela Netflix e o filme *Polícia Federal: A Lei É para Todos*. Mesmo fora da ficção, o espaço para os protagonismos de mocinho e de bandido foram bem delineados. O ex-juiz Sergio Moro e o ex-presidente Lula, principais personagens, são os mais presentes nas narrativas construídas pelos veículos de imprensa brasileiros no cenário da operação de uma narrativa ainda em curso.

Além da Justiça Federal, da Polícia Federal, outra importante instituição pública envolvida na Lava Jato, é o Ministério Público Federal (MPF). De acordo o site do órgão, onde há um espaço especial dedicado à operação definida como “grandes casos”, a origem do nome decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas.

De acordo com o site do MPF, a operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro já vista no Brasil:

Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos⁶.

Metodologia: os questionários de pesquisa

Ao todo foram 100 questionários aplicados entre os dias 15 e 18 de julho de 2019 com usuárias/os de transporte público nas estações de ônibus de Palmas, capital do Tocantins, e São Luís, capital do Maranhão.

Cada questionário foi composto por 15 questões que objetivavam avaliar a lógica de raciocínio a partir da leitura e interpretação de uma matéria veiculada pelo *El País* Brasil e também do atual contexto político a partir do vazamento de mensagens trocadas via *Telegram* pelo ex-juiz e procuradores da Lava Jato, entre eles Deltan Dallagnol, coordenador da força tarefa.

Após o cabeçalho e orientações foi disposta uma imagem com destaque em primeiro plano para o ministro Sérgio Moro, e logo abaixo um pequeno texto, com adaptações, seguido do *link* para leitura completa da matéria.

O questionário envolvia perguntas sobre a influência da notícia sobre si, influência da notícia sobre os outros, influência da notícia sobre a percepção de outras pessoas que moram na mesma cidade que o entrevistado, influência da notícia na percepção de outras pessoas que moram em outro Estado, como o Maranhão (caso o participante morasse no Tocantins), além da influência da notícia sobre percepções na imagem de Sérgio Moro

⁶Esta citação foi retirada na íntegra do site do MPF onde há um espaço especial dedicado a informações sobre a Lava Jato: < <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

e sobre a imagem do governo Bolsonaro, tanto para si, como para os outros. A pesquisa tem caráter quantitativo.

Aplicação dos questionários em Palmas

Dos 100 questionários, 50 foram aplicados nas estações Apinajé, região norte de Palmas e Xambioá, região sul, nos dias 15, 16 e 17 de julho. Foram abordadas aproximadamente 60 pessoas, destas poucas se negaram a responder e outras que aceitaram participar, não concluíram o questionário em razão do horário de saída dos veículos de transporte. A média de tempo gasto para conclusão foi de cinco a dez minutos. Em nenhum momento houve direcionamento de pessoas escolhidas, mas optou-se por abordar aquelas que estavam sentadas nas estações ao invés de abordagem a transeuntes, que certamente teriam dificuldade de responder já que o questionário de pesquisa exigia certo nível de concentração e tempo.

O questionário foi entregue a cada participante que respondia sem a interferência da pesquisadora na leitura ou marcação de respostas. A questão que percebemos maior dificuldade de entendimento foi a de número 15, cujo questionamento era acerca da censura. Algumas pessoas não entenderam o significado, mesmo com a explicação do vocábulo entre parênteses.

Outra questão que chamou atenção em Palmas é que a maioria das pessoas que utilizam o transporte público, pelo menos nos horários em que foi realizada a pesquisa, são mulheres. O que reflete diretamente no percentual que foi bem superior ao dos homens.

Aplicação dos questionários em São Luís

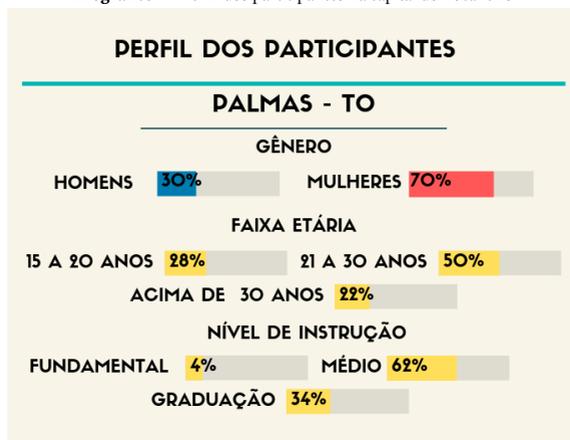
Outros 50 questionários foram aplicados entre os dias 16 e 18 de julho, nos terminais de integração localizados nos bairros da Praia Grande, região central de São Luís, e do Jardim São Cristóvão, região do Tirirical.

Mais de 50 pessoas foram abordadas, devido algumas não conseguirem terminar o questionário, ou mesmo por não marcarem todas as respostas. Além disso, houve uma grande recusa de pessoas mais velhas e homens, diferente dos mais jovens e mulheres, que foram mais receptivas/os.

Ao contrário do que ocorreu em Palmas, nos terminais de integração foi necessária a leitura das informações da pesquisa e os questionamentos para alguns dos pesquisados, pois muitos deles, por medo de perder o ônibus, preferiam ficar atentos para a chegada dos veículos. Mesmo assim, nesse caso, o pesquisador se limitou apenas a ler as/aos participantes, sem influenciar nas respostas. Percebemos ainda certa dificuldade em responder os questionamentos sobre “outras pessoas” em razão da presença e forte influência da polaridade esquerda-direita.

Análise dos dados: Palmas

Infográfico 1 - Perfil dos participantes na capital do Tocantins



Fonte: Produção própria

O percentual de mulheres participantes representou 70%, e de homens 30%. As faixas etárias foram divididas em três grupos. O primeiro grupo de pessoas entre 15 e 20 anos, que representou 28%; entre 21 e 30 anos, 52%; e acima de 30 anos, 20%.

Quanto a terceira variável, a relacionada ao nível de instrução/titulação, 4% declarou ter o nível fundamental; 62%, nível médio; 34% de graduação; não houve participantes que declararam ter especialização, mestrado ou doutorado.

Quanto à veracidade da notícia apresentada, 82% acreditaram tratar-se de uma notícia verdadeira, outros 14% apontaram a notícia como falsa. Sobre a influência da notícia em si, 36% afirmaram que se sentia influenciada/o, outros 62% afirmaram não ser influenciáveis e 2% não souberam ou deixaram sem resposta.

Sobre a percepção de terceira pessoa, 94% das/os pesquisadas/os acreditaram que outras pessoas seriam influenciadas pela notícia, e apenas 6% julgaram que outras pessoas não seriam influenciáveis.

No que se refere à percepção de outras pessoas que não possuíam a mesma formação escolar, 78% acreditaram que estas pessoas seriam influenciáveis, 18% que não e 2% não responderam. Quanto às pessoas com a mesma formação, 78% acreditaram que pessoas com a mesma formação seriam influenciáveis e 22% não, sem resposta 2%.

Quanto à distância social, ou fator geográfico, 80% das pessoas acreditaram que a notícia influenciaria pessoas que moram na mesma cidade e 20%, não. Quanto ao Estado de origem, 62% das/os palmenses acreditaram que a notícia influencia mais pessoas que moram no Maranhão do que no Tocantins, enquanto que 38% acreditaram que não influencia mais.

Sobre a atuação do ex-juiz da Lava Jato, 42% avaliaram como parcial; 30%, ruim; 12%, muito boa e 16%, boa. Considerando que avaliação 'parcial' e 'ruim' compreende uma percepção negativa, e que os itens 'muito boa' e 'boa', uma percepção positiva, há de se concluir que 72% dos entrevistados julgaram de forma negativa e outros 28% como positiva.

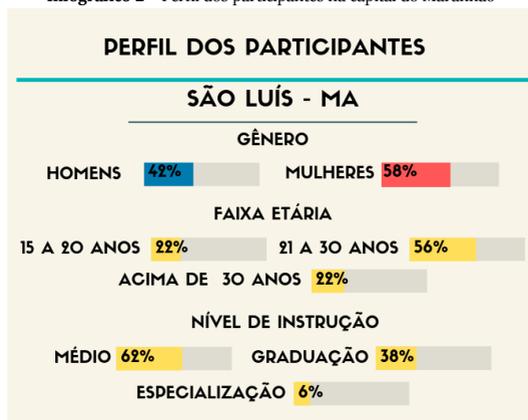
Quanto à percepção de outras pessoas, 26% acreditaram que outras pessoas julgariam como parcial, 36% ruim, 12% muito boa e 24% boa. Apenas 2% não souberam responder.

Sobre a percepção da influência dos vazamentos na imagem do governo, 44% acreditaram que a notícia não influencia a imagem do governo e 52% acreditaram que influencia a imagem do governo, 4% não responderam. Neste item não foi descrito se avaliação da imagem seria positiva ou negativa, ou seja, não foi avaliada qual era a imagem do governo antes dos vazamentos. Quanto à percepção de terceira pessoa, 76% dizem que influenciaram a imagem, 22% não e 2% não responderam.

Quanto ao questionamento se a notícia deveria ser censurada, 88% apontaram que a notícia não deveria ser censurada e outros 12% que sim.

Análise em São Luís

Infográfico 2 - Perfil dos participantes na capital do Maranhão



Fonte: Produção própria

Para análise dos resultados, foram utilizados 50 questionários, ou seja, 100%. Desses, 58% eram mulheres e 42% eram homens. A faixa etária foi dividida em três grupos, sendo: 15 a 20 anos, que representou 22% das/os participantes; 21 a 30 anos, com 56%; e acima de 30 anos, que foi de 22% do total.

Quanto ao grau de escolaridade, percebemos uma participação maior de pessoas com ensino médio, sendo 56%, enquanto que participantes com nível superior 38% e pessoas com especialização, 6%. Não houve participação de pessoas com ensino fundamental, mestrado ou doutorado.

Em relação à veracidade da notícia, 72% acreditaram que a notícia era verdadeira, enquanto 28% acreditaram que se tratava de uma ‘notícia’ falsa. Além disso, 54% dos participantes acharam que a notícia exerceu influência sobre elas/eles, enquanto 46% disseram que não se sentiram influenciados. Quando a pergunta era relacionada à influência em outras pessoas, 92% acreditaram que a notícia tinha influência, enquanto apenas 8% disseram o contrário.

Quando foram questionadas/os se a notícia causa influência em outras pessoas que não têm a mesma formação, o percentual de 70% respondeu sim, enquanto 30% acreditou que não. Um número um pouco maior de pessoas acreditou que a notícia poderia influenciar pessoas que tinham a mesma formação, sendo 80% os que acreditaram e 20% que não acreditaram.

Um dado inusitado observado foi que nos quesitos que levaram em consideração a distância geográfica, a maioria das pessoas acreditou que a notícia poderia exercer influência sobre outras pessoas que moram na mesma cidade que elas, representando 90% dos participantes. Quando se perguntou sobre outras pessoas que moram no Tocantins, os ludovicenses acreditavam que 60% eram e 40% não eram influenciados.

Esse resultado vai de encontro com o que diz Aggio (2010, p. 468):

Quanto maior a distância social da grandeza “outros”, maior a discrepância das estimativas dos efeitos sobre si e sobre os outros. A distância pode estar relacionada a grupos sociais, a distâncias geográficas, ou, supostamente, a combinação dessas duas condições. Quanto mais socialmente distante o sujeito se percebe em relação aos outros, maior a estimativa de efeito sobre os outros em questão, no caso do Efeito de Terceira Pessoa, ou maior o efeito sobre si, no caso do Efeito de Primeira Pessoa.

O que encontramos em nossa pesquisa, ao contrário, diz que os participantes de São Luís acreditaram em um efeito maior sobre os moradores da cidade, enquanto a terceira pessoa que estaria mais distante não seria tão expressivo o efeito.

Os questionamentos 11 e 12 foram voltados para a influência da notícia na avaliação de Moro, menos da metade atribuiu uma avaliação positiva ao ex-juiz: 14% acreditaram que o juiz teve uma ‘boa’ atuação e 6% ‘muito boa’. Enquanto 52% avaliaram como ‘ruim’ e 28% como ‘parcial’. Em relação ao que acharam sobre como outras pessoas avaliariam o percentual de ‘boa’ subiu para 30% e apenas 4% acreditaram que outros avaliariam como ‘muito boa’. Um percentual de 34% afirmou que outras pessoas avaliariam como ‘ruim’ e 32% acreditaram que seria ‘parcial’.

Outro questionamento feito era se a notícia influenciava na percepção sobre a imagem do governo Bolsonaro, um percentual de 72% dos participantes disse que se sentiram influenciados, enquanto 28% disseram que não eram influenciados. Quando questionados sobre a influência sobre outras pessoas pela notícia, 86% acreditaram que poderiam ser influenciados e apenas 14% não.

Por último, perguntamos se a notícia deveria ser censurada. Curiosamente, o mesmo número de participantes em Palmas e em São Luís acreditaram que a notícia não deveria ser censurada, o que representou 88%, e apenas 12% disseram que a notícia deveria ser censurada, por motivos como a falta de provas e melhor checagem de informações.

Análise por gênero

A partir destes dados gerais apresentados por cidades, escolhemos para análise final três variáveis: gênero, idade e nível de escolaridade para avaliar os dados das duas cidades pesquisadas. Em razão da extensão do questionário, não conseguimos apresentar a análise de todas as variáveis de cada uma das questões neste artigo em que há um limite de espaço a ser obedecido. Segue abaixo *QR Code* que irá direcionar para planilhas, infográficos e questionário completo aplicado.

Figura 1 - QR Code



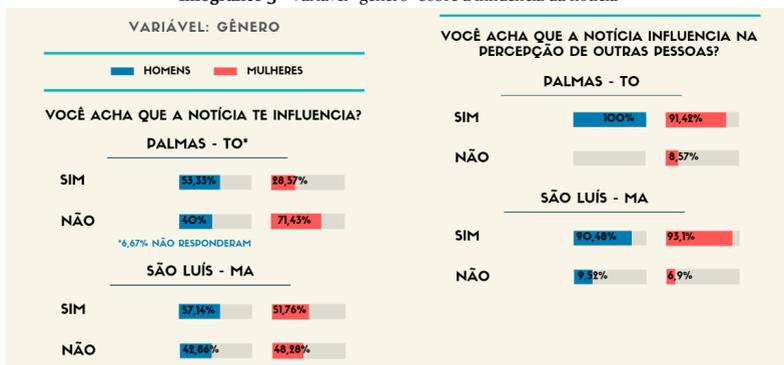
Para acessar, utilize leitor de QR Code em seu celular

Fonte: Gerado pelas/os autoras/es

Para a análise final desta pesquisa vamos apresentar a seguir um infográfico com os dados para análise da variável gênero para as seguintes questões:

- Você acha que a notícia acima te influencia?
- Você acha que a notícia acima influencia a percepção de outras pessoas?
- A partir da notícia acima, como você avalia atuação do então juiz Sérgio Moro?
- A partir da notícia acima, como você acredita que outras pessoas avaliam a atuação do então juiz Sérgio Moro?

Infográfico 3 - Variável “gênero” sobre a influência da notícia

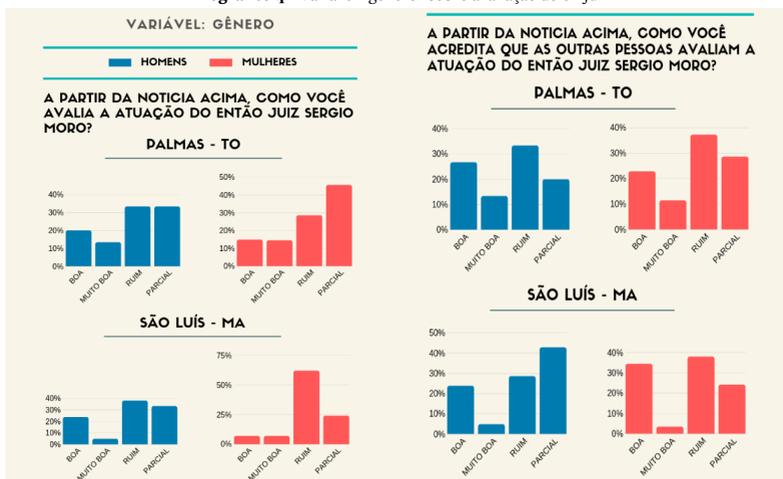


Fonte: Produção própria

Em Palmas, 53% contra 43% dos homens disseram que a notícia influenciaria. Enquanto que um menor percentual de mulheres (28%) considerou ser influenciável, a maioria (70%) revelou não ser influenciada pela notícia.

Em São Luís, o resultado foi praticamente semelhante entre os homens: 57% para ‘sim’ e 42% para ‘não’. Neste item, houve uma diferença significativa entre as mulheres das duas cidades, já que praticamente metade das maranhenses (51%) considerou serem sim influenciáveis, e outras 48% não.

Infográfico 4 - Variável “gênero” sobre avaliação do ex-juíz



Fonte: Produção própria

Em relação à avaliação do então juiz Sérgio Moro, a partir da notícia apresentada, a porcentagem de participantes homens em Palmas que atribuíram atuação ruim ou parcial foi a mesma, com 33%, enquanto os que avaliaram como positiva o percentual foi 13,33% para muito boa e 20% para boa. Em São Luís, os resultados não divergiram: 38,10% dos homens avaliaram como ruim a atuação do ex-juíz e 33,33% disseram que o consideravam parcial. Já para 23,81% dos participantes homens a atuação foi considerada boa e 4,76% viram como muito boa.

Para o público feminino com uma participação maior nos questionários, os resultados foram um pouco mais expressivos. Em São Luís, 62,07% (ruim) e 24,14% (parcial) foram os resultados de mulheres que avaliaram negativamente, enquanto em Palmas, os números registrados foram 28,57% (ruim) e 45,71% (parcial). As que avaliaram como positiva

a atuação do ex-juiz, na capital maranhense, foi igual, tanto para boa, quanto para muito boa, com 6,90%. Na capital tocantinense, 14,29% avaliaram como boa, enquanto 11,43% como muito boa.

No que diz respeito ao que as/os participantes acham sobre como outras pessoas avaliariam a atuação do ex-juiz, o cenário muda um pouco, pois uma parte acredita que os outros iriam avaliar como boa ou muito boa. Em São Luís, 23,81% (boa) e 4,76% (muito boa) dos homens acreditam que as terceiras pessoas teriam uma avaliação positiva, enquanto em Palmas, registramos 26,67% para boa e 13,33% para muito boa.

Entre as mulheres da capital do Maranhão, a avaliação da terceira pessoa para com a atuação do ex-juiz seria negativa para 37,93% (ruim) e 24,14% (parcial). Não muito diferente, entre as tocantinenses, os resultados são próximos: 37,14% acreditaram que avaliariam como ruim e 28,57% como parcial. Por outro lado, 22,86% (boa) e 11,43% (muito boa) das mulheres tocantinenses apontaram que as terceiras pessoas teriam uma avaliação positiva, enquanto que entre as maranhenses 34,48% acreditaram que seria atribuída como boa e 3,45% como muito boa.

Considerações Finais

No que tange a percepção do outro, há a confirmação da hipótese apontada inicialmente de que há uma superestimação do TPE. No Maranhão, 90% dos homens e 93% das mulheres apontaram para influência da notícia na terceira pessoa.

Percebemos que quando perguntadas/os sobre a atuação do ex-juiz Sérgio Moro, as pessoas (homens e mulheres), tanto de São Luís, quanto de Palmas, demonstram uma opinião negativa diante da notícia que coloca em dúvida a conduta profissional. Quando perguntadas/os sobre outras pessoas, há um leve crescimento da crença de que o ministro ainda seja avaliado positivamente entre a população, mas a maioria ainda diz que a avaliação seria negativa.

A confirmação da hipótese é reforçada quando 100% dos homens palmenses entrevistados responderam a 'sim' e 91% das mulheres entrevistadas em Palmas também deram respostas positivas para o efeito nos outros.

Dessa forma, assim como apontaram Andsager e White (2007), as/os participantes tendem a apresentar Efeitos de Terceira Pessoa diante de conteúdos avaliados como negativos/nocivos ou indesejáveis, esses dados mostram que as/os participantes também apresentam comportamento semelhante, quando acreditam que a mídia influencia mais aos outros do que a si mesmo, quando se fala no assunto das mensagens vazadas pela Lava Jato, tema que envolve política, corrupção, justiça.

Esses dados confirmam a segunda hipótese levantada, de que residentes no Maranhão avaliariam como negativa as ações de Sérgio Moro como juiz, tanto na avaliação feita pelos homens quanto pelas mulheres. O que chamou atenção foi a maior porcentagem das mulheres que avaliaram como ruim a atuação, enquanto os homens tiveram resultados não muito distantes, com exceção dos que avaliaram como 'muito boa'.

Quanto à terceira hipótese, ela não se confirmou, pois, a maioria, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres do Tocantins, avaliaram negativamente a atuação do ex-juiz e atual Ministro da Justiça. Porém, os resultados não apresentam números tão diferentes, como no caso das mulheres de São Luís.

Apesar dos resultados obtidos, esta pesquisa apresenta limitações que poderão ser exploradas em trabalhos futuros, como o cruzamento dos dados com as variáveis de escolaridade e idade, que não foram utilizados aqui. Além disso, a metodologia pode ser aprimorada, com a aplicação de questionários em locais mais tranquilos, onde haja menor interferência externa possível, ou ainda o uso de questionários *online*, que podem ampliar a participação de pessoas em outras regiões do Brasil.

Referências

- ADRIAN, A. B. B. A.; GOMES, L. S.; PÔRTO JR, F. G. R. **A influência da mídia na promoção da imagem da polícia militar em alunos e ex-alunos de colégios militares do Tocantins: uma análise a partir do efeito de terceira pessoa.** In: PÔRTO JR., G.; MORAES, N. R. de; OLIVEIRA, D. B. de; BAPTAGLIN, L. A. (Orgs.). *Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, Vol. 2: Efeitos da Terceira Pessoa, enquadramento e teoria do cultivo [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi / Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.
- AGGIO, C. **Hipótese do efeito de terceira pessoa: as estimativas de fumantes e não fumantes sobre os efeitos dos anúncios antitabagismo.** Salvador, v.17, n°. 54, p. 463-478, jul/set - 2010.
- DAVISON, W. P. **The third-person effect in communication.** *Publicopinion quarterly*. v. 47, 1983.
- HOFFNER, C. et al. **The third-person effect in perceptions of the influence of television violence.** *Journal of Communication*, v. 51, n. 2, p. 283-299, 2001.
- MCLEOD, D. M.; DETENBER, B. H.; EVELAND JR, W. P. **Behind the third-person effect: differentiating perceptual processes for self and other.** *Journal of Communication*, v. 51, n. 4, p. 678-695, 2001.
- MELO, G. P. et al. **O efeito da terceira pessoa no trabalho dos jornalistas do Tocantins.** In: PÔRTO JR., F. G. et al. (Orgs.). *Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, Vol. 3: Espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi / Boa Vista: EdUFRR, 2018.
- PERLOFF, R. M. **The third person effect: a critical review and synthesis.** *MediaPsychology*, Vol. 1, n° 4, 1999.
- PÔRTO JR., F. G. et al. (Orgs.). **Media effects:** ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo, Vol. 2: Efeitos da Terceira Pessoa, enquadramento e teoria do cultivo [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi / Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.
- SILVA, J. V. da. et al. **Caso de Marielle Franco: impacto do efeito da terceira pessoa a partir de uma fakenews.** In: PÔRTO JR., F. G. et al (Orgs.). *Media Effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, Vol. 4: Reflexividade, hermenêutica e Fake News [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: EditoraFi / Boa Vista: EdUFRR, 2018.

SILVA, S. D. **The Intercept Brasil entra no ar.** Meio & Mensagem. 2 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/08/02/the-intercept-brasil-entra-no-ar.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

THE INTERCEPT. Disponível em: <<https://theintercept.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

THE INTERCEPT BRASIL. Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

THE INTERCEPT LANÇA VERSÃO BRASILEIRA. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/03/the-intercept-lanca-versao-brasileira/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

‘THE INTERCEPT’: VAZAMENTOS ABALAM REPUTAÇÃO DA LAVA JATO, MAS IMPACTO JURÍDICO DEPENDE DO STF. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562102751_665062.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

QUEM É PIERRE OMIDYAR, O BILIONÁRIO QUE FINANCIAM O SITE INTERCEPT. *Gazeta do Povo.* Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/quem-e-pierre-omidyar-o-bilionario-que-financia-o-site-intercept/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ENTENDA O CASO. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ENTREVISTA: “A IMPRENSA ‘COMPRAVA’ TUDO.” ASSESSORA DE SÉRGIO MORO POR SEIS ANOS FAZ SOBRE A LAVA JATO. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>>. Acesso em: out. 2018.

Capítulo 4

TV ALE-RR:

análise do jornal assembleia informa a partir das reflexões dos estudos culturais no contexto da produção de sentidos cotidianos e culturais

*Sonia Lucia Nunes Pinto*¹

*Vângela Maria Isidoro de Moraes*²

Introdução

A ferramenta analítica usada no presente artigo se situa no campo dos Estudos Culturais britânicos. No interior dessa ampla e diversa investigação teórica, delimitamos nosso olhar sobre o conceito de cultura, como forma de compreender o papel da televisão, de campo público, no contexto sociocultural de Roraima. Em sucessivo enquadramento da pesquisa, o foco é a TV Assembleia e o programa específico de telejornalismo em sua grade de programação, denominado Assembleia Informa.

Apesar de partirmos de um estudo bem consolidado, no que diz respeito à televisão enquanto mídia e seus desenvolvimentos tecnológicos, há sempre algo inovador quando o tema se associa a uma realidade histórica específica. Para tanto, é necessário de partida compreender a televisão na perspectiva dos Estudos Culturais e no ordenamento das teorias da comunicação.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima (PPGCOM-UFRR), especialista em Política e Representação Parlamentar pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa) e Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Jornalista na Assembleia Legislativa de Roraima. E-mail: sonialnunes@gmail.com

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: vangela.morais@ufr.br

O cenário em que emergem os Estudos Culturais britânicos se volta para o trânsito das décadas de 1950 a 1960, na Inglaterra. Conforme Escosteguy (2010), esse campo de estudo surgiu de forma organizada por meio do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Centre for Contemporary Cultural Studies- CCCS), fundado pelo pensador britânico Richard Hoggart, em 1964, na Universidade de Birmingham.

Na pesquisa realizada por Hoggart, o foco de atenção recai sobre materiais culturais, antes desprezados, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, através de metodologia qualitativa. Este trabalho inaugura o olhar de que no âmbito popular não existe apenas submissão mas, também, resistência, o que, bem mais tarde, será recuperado pelos estudos de audiência dos meios massivos (ESCOSTEGUY, 2010, p. 28).

Essa abordagem renovada da cultura é considerada uma mudança paradigmática, na medida em que os Estudos Culturais rompem com visões então fortemente vigentes que hierarquizavam os valores culturais em termos formais e elitistas, diferenciando-se sobretudo das bases teóricas da *communication research*, bem como da indústria cultural.

Um dos fundadores, Raymond Williams, e sua teoria da cultura intrinsecamente vinculada às experiências práticas, emprestará sentidos para a análise proposta neste artigo. Como destaca Azevedo (2017, p. 208), Williams, autor do clássico *Culture and society*, “concebe a cultura como campo de luta em torno da significação social e, diferentemente da crítica literária tradicional, não se concentra na análise estética a não ser para examinar sua conexão com relações sociais e de poder”.

Esse deslocamento não é só percebido como um exercício intelectual, mas uma forma política de se situar no mundo a partir das experiências que o afetaram, de modo especial pelo contato com a classe trabalhadora inglesa que resultaram numa “abordagem original dos problemas culturais” (AZEVEDO, 2017, p. 208).

As múltiplas perspectivas empregadas por Williams para analisar os fenômenos sociais alcançaram profundamente os meios de comunicação, e de modo particular a televisão. O acesso recente (2016) a edição em

português de sua obra *Televisão: tecnologia e forma cultural*, originalmente publicada em 1974 na Inglaterra, nos leva a compreender a mudança de cenário teórico, onde a televisão como meio popular passa a ser digna de estudos em articulação concreta com a vida e com o cotidiano. Ou seja, a televisão passa a ser refletida como experiência cultural e não mais tomada em medida por seu determinismo tecnológico.

Assim, a abordagem de Williams sobre a televisão, guardadas as transformações tecnológicas na dinâmica do tempo, mantém-se perene, principalmente por orientar a análise da prática comunicativa e cultural por meio da indispensável articulação histórica com o tecido social. É por essa trilha que passamos a situar e a refletir a TV Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR).

Breves notas históricas que alicerçam a TV ALE-RR

Roraima é um dos estados mais novos do Brasil. Deixou a condição de território apenas com a promulgação da Constituição em 1988, sendo que a constituição do Estado de Roraima só foi promulgada em 1991. Como parte da região amazônica, o estado se situa no extremo norte do Brasil e faz fronteiras com os países da Guiana e da Venezuela. De área territorial, são pouco mais que 224 mil km², divididos em 15 municípios, sendo Boa Vista a sua capital a concentrar 66% da população estadual. Segundo estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2019, Roraima possui 605,7 mil pessoas, todavia, mesmo sendo o menos populoso do país, o estado registra, por meio da mesma estimativa do IBGE, o maior crescimento populacional do país (5,1%), índice atribuído ao grande fluxo migratório de venezuelanos que vem se intensificando desde 2017. Roraima é dotada de rica interculturalidade, além das presenças étnicas que fazem o estado ser proporcionalmente o mais indígena do Brasil, boa parte de sua população é oriunda de um intenso processo de migração interna. Por fim, na brevidade dessas notas, lembramos que Roraima é ainda um espaço de grande presença dos meios de comunicação,

por meio de jornais impressos, emissoras de rádio, portais de notícias e nove emissoras de televisão, sendo sete comerciais e duas de natureza pública³.

O curso desses dados leva-nos a emoldurar criticamente alguns fatores reais que vão dar particularidades a esse cenário onde tem assento a TV ALE RR. Roraima, além de ser um estado de muitas belezas naturais, de uma intensa troca cultural, de áreas de preservação e terras indígenas, é também pequeno e periférico se pensado pela lógica da centralidade de outros estados brasileiros; ainda é economicamente dependente de recursos públicos e, apesar de algumas políticas públicas em vigência, possui desigualdades sociais e simbólicas marcadas nos rincões e nas bordas onde estão os mais desassistidos; de uma democracia em estágio lento, de corrupções institucionalizadas, Roraima é composto por relações de forças políticas conservadoras. Outros aspectos que tensionam essa realidade são os preocupantes índices em assuntos ambientais, a postura historicamente anti-indígena de boa parte da população e representantes dos segmentos políticos e econômicos, bem como o elevado número de violência contra as mulheres e, mais recentemente, o crescente discurso xenofóbico. É nesse concreto de ambiguidades e contradições do tecido social que nasce a TV Assembleia Legislativa de Roraima, canal 57.3.

O processo de sua instalação se iniciou em julho de 2012, a partir da assinatura de um protocolo de intenções entre a Assembleia Legislativa e o Senado Federal, mas somente em 7 de agosto de 2015, já em formato digital, a TV Assembleia foi inaugurada no Estado, com transmissão para Boa Vista e os municípios mais próximos da capital, Mucajaí, Cantá e parte de Bonfim, município que faz fronteira do Brasil com a Guiana.

A infraestrutura da TV ALE RR está instalada no próprio prédio da Assembleia que fica na praça do centro Cívico, em Boa Vista, onde também se encontram as sedes dos outros dois poderes, o executivo e o judiciário. Apenas a transmissão é feita na torre da Embratel, também no centro da

³ Disponível em <https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_emissoras_de_televis%C3%A3o_de_Roraima Acesso 23 de nov de 2019.

cidade, para assegurar que o sinal chegue com qualidade e o mais distante possível. Os equipamentos são modernos e em alta definição. Segundo informações prestadas pela Secretaria de Comunicação da ALE RR ao jornal Folha de Boa Vista, à época da inauguração, a proposta da TV, de acordo com o presidente da casa legislativa, deputado Jalsler Renier, é “aproximar a população do trabalho desenvolvido pelo Poder Legislativo, uma vez que será possível acompanhar as sessões ao vivo, entrevistas e programas com temas de interesse da população roraimense”⁴.

A TV ALE RR, de acordo com as condições estabelecidas no protocolo de intenções, atua numa subcanalização ou faixa de programação do canal de televisão digital cedida pela união, via senado federal.

Na atualidade, a TV ALE RR compõe a estrutura de comunicação da Assembleia Legislativa, e possui uma equipe formada por 40 profissionais, entre jornalistas, repórteres-cinematográficos, técnicos, assistentes, editores, operador de master, motoristas e secretárias. A natureza do vínculo empregatício desses profissionais é composta por estatutários, comissionados e prestadores de serviço.

A emissora tem 12 programas locais em sua grade de programação. São eles: Sessão Ao Vivo, jornal Assembleia Informa, Em Pauta, Resumo da Semana, Boletim Assembleia, Parlamento por Dentro, Parlamento em 1 minuto, 3 minutos com o deputado, Cabine Brasil, ALE Musical, Portal Cultural e Documentários. Tem como principal programa, o jornal Assembleia Informa, campo específico de observação e análise do presente artigo.

A televisão do legislativo brasileiro e sua constituição pública

O tema das televisões legislativas no Brasil, enquanto campo de pesquisa, ainda é escasso. Todavia, é possível reunir um conjunto importante de informações que atualizam aspectos históricos, contextuais e políticos sobre o tema.

⁴ Disponível em <https://folhabv.com.br/noticia/TV-Assembleia-e-inaugurada-em-Roraima/8950> Acesso em 07 ago de 2015.

Os meios de comunicação ligados ao Poder Legislativo no Brasil surgiram por meio da Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo. No artigo 23, diz que as operadoras de TV a Cabo durante a prestação de serviço, devem reservar canais básicos de utilização gratuita. Entre eles, o canal do legislativo, com o objetivo de divulgar as ações parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões.

A abertura de canais gratuitos à Câmara dos Deputados, Senado Federal e legislativo estadual e municipal, bem como canal universitário, educativo-cultural, comunitário e ao Supremo Tribunal Federal nasceu como uma alternativa à TV comercial, fruto da luta de movimentos sociais que reivindicaram a democratização da comunicação antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, e não decorrente da “boa vontade” dos governantes, conforme Jardim (2008) discorre em sua tese de doutorado.

Na realidade, este cenário foi resultado da ação de um movimento social, com início no período que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que reunia também associações de classe, como a Federação Nacional dos Jornalistas, preocupada com a questão da democratização dos meios de comunicação e que acabou, posteriormente, se organizando no “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação”. A criação do Conselho Social da Comunicação, apesar de restrito porque com caráter apenas consultivo e não deliberativo, também pode ser creditada à luta política do Fórum (JARDIM, 2008, p. 92-93).

Mesmo com a abertura de canais básicos de utilização gratuita, a acesso aos canais de tvs legislativas, a época de sua criação, eram restritos a apenas uma parcela da população que detinha parabólicas ou pagava pelo serviço de tevê por assinatura. E mesmo após a transição da transmissão analógica para a TV digital, que teve início em 2006 por meio do Decreto 5.820⁵, e se encerrou em dezembro de 2018, o sinal aberto e gratuito desses canais não chegam a todos os domicílios.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm Acessado em 23 de novembro de 2019.

Melo (2014), em sua dissertação de mestrado intitulada “Estado e Comunicação – uma análise das TVs Legislativas estaduais no Brasil”, faz um apanhado histórico da comunicação do Poder Legislativo com a sociedade, mesmo antes da Lei de Cabo, por meio do programa de rádio A voz do Brasil.

A primeira iniciativa de comunicação direta entre o Congresso Nacional e a sociedade brasileira por meio da televisão acontece durante o processo da Assembleia Constituinte (1987/1988), em que se discutiam propostas para a nova Constituição Federal da República. Naquele período, foi produzido o “Diário da Constituinte”, um telejornal diário de dez minutos de duração transmitido em emissoras abertas de televisão (MELO, 2014, p. 54).

Na pesquisa, também destaca que embora os debates em torno da necessidade de se criar TVs ligadas ao parlamento tenha ocupado grande espaço na esfera federal, a Tv legislativa pioneira no Brasil é estadual. A TV Assembleia de Minas Gerais iniciou a primeira transmissão em 30 de novembro de 1995, mesmo ano de criação da Lei do Cabo. Conforme o site institucional da assembleia mineira, quando a emissora entrou em operação, tinha apenas duas horas e meia de programação.

A partir de 1998, o alcance da TV é ampliado para todos os municípios do Estado. Atualmente, além de sinal aberto digital, a TV Assembleia da ALMG tem 24 horas de programação diária na internet e em tempo real⁶. Já a TV Senado entrou em operação em 1996, via satélite, para todo o país e a TV Câmara foi criada em 20 de janeiro de 1998.⁷ As duas emissoras, no início da atuação no país, foram acusadas de “TV chapa-branca”.

No período de instalação tanto da TV Senado quanto da TV Câmara, jornais impressos, revistas e emissoras de televisão veicularam matérias e editoriais ressaltando que aquelas TVs serviriam apenas como instrumento de manipulação dos eleitores ou como palanque eleitoral para os parlamentares (MELO, 2014, p. 65).

⁶ Disponível em https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/historia/index.html Acessado em 23 de novembro de 2019.

⁷ Disponível em <https://www.camara.leg.br/tv/562841-tv-camara-o-brasil-passa-aqui/> Acessado em 23 de novembro de 2019.

Alguns artigos publicados nos jornais *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense* e revista *Isto é* revelaram o receio de alguns grupos e redes de comunicação comercial à criação de canais de TVs do Poder Legislativo.

Atualmente, o Brasil possui 61 emissoras que fazem parte da Rede Legislativa de TV⁸ presentes em 22 capitais e 53 cidades. Ao total, são 72 emissoras legislativas (federal, estadual e municipal) no ar que compõem a Rede Legislativa, sendo 11 canais de rádios FM.⁹

Portanto, pela legislação brasileira, compete à União dispor sobre os serviços de radiodifusão que envolve a transmissão de som (radiodifusão sonora) e de som e imagem (televisão), uma vez que estes serviços são considerados de interesse nacional. As televisões legislativas são enquadradas como canais institucionais e em torno desses canais a comunicação é comumente refletida como pública.

Ao citar Jorge Duarte (2011), Rothberg (2014) lembra que um dos significados correntes de comunicação pública vai na direção das

ações comunicativas realizadas por governos a fim de transmitir informações úteis aos diversos segmentos sociais para facilitar o acesso a serviços públicos, proporcionar conhecimento sobre a atuação governamental na execução de políticas públicas, prestar contas e reconhecer o pertencimento à cidadania (DUARTE, 2011 *apud* ROTHBERG, 2014).

Mas, como destaca o próprio Duarte (2009), a expressão “comunicação pública” é difícil de receber um conceito consensual. Em torno dela são acionados tanto os sentidos de interesse coletivo, cidadania, transparência, visibilidade, quanto pode “assumir um viés claramente político de culto à personalidade ou promoção institucional” (DUARTE, 2009, p. 60). Para o

⁸ Rede Legislativa de TV é a primeira rede de televisão a se formar no Brasil com o recurso digital da multiprogramação, que possibilita o uso de um mesmo transmissor para quatro emissoras independentes. A multiprogramação permite que o canal de 6MHz consignado ao Poder Legislativo federal transmita ao mesmo tempo, 24 horas por dia, as programações da TV Câmara federal, da TV Senado, da TV Assembleia estadual e da TV Câmara municipal. (<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/tv>)

⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/noticias/emissoras-de-tv-no-ar> Acessado em 20 de julho de 2019.

especialista, há outros aspectos que ajudam a desviar o conceito de comunicação pública do atendimento de interesses das organizações e seus gestores.

O uso da expressão está associado ao esforço de melhorar a vida das pessoas pela comunicação. Para conseguir isto, os instrumentos de comunicação são utilizados a partir do ponto de vista do cidadão em sua plenitude e não apenas em suas faces de consumidor, eleitor, usuário. Praticar comunicação pública implica assumir espírito público e privilegiar o interesse coletivo em detrimento de perspectivas pessoais e corporativas (DUARTE, 2009, p. 61).

As controvérsias são importantes para ajudar a reduzir os formalismos e abstrações dos conceitos, submetendo-o ao crivo da experiência situada, empírica. Nesse sentido, passamos a analisar as produções do jornal Assembleia Informa e os sentidos que essas produções dizem a respeito das práticas cotidianas e culturais de Roraima, no período de 01 a 05 de julho de 2019. Este período se constitui uma amostra condicionada, a princípio, pela urgência de colher os dados durante a construção do presente artigo, mas nem por isso esvaziada de outras variáveis. Durante a coleta, percebemos que o tempo da pesquisa empírica se situa durante parte do recesso parlamentar do meio do ano, o que pode trazer um viés diferenciado se comparado com outro recorte temporal. Todavia, a observação não inviabiliza, antes motiva, outras investidas futuras de pesquisa em caráter comparativo.

O programa Assembleia Informa

O programa Assembleia Informa é produzido e veiculado pela TV Assembleia Legislativa de Roraima, tanto pelo canal 57.3 quanto pela Sky – canal 357.3, além de seu conteúdo ser divulgado nas redes sociais, por meio da página do Facebook e Youtube da Assembleia Legislativa de Roraima. A TV ALE RR não possui página própria na internet em decorrência da política adotada pela Superintendência de Comunicação em concentrar todos os produtos midiáticos ligados ao Poder Legislativo em uma única

plataforma, com o objetivo de alcançar o público mais conectado à Rede Mundial de Computadores e promover interação e engajamento dos cidadãos por meio da participação social.

Sua concepção geral é de um programa informativo, pensado e elaborado em padrões semelhantes a outras práticas de jornalismo aplicadas à TV, especialmente sobre sua linguagem, estruturação, formatos das matérias e o tempo médio das notícias, quer sejam reportagens ou notas.

O Assembleia Informa é veiculado de segunda a sexta, no horário das 18h. O programa reporta informações de interesse geral da população, com a cobertura das ações que transformam o dia a dia das pessoas, como denúncias de má prestação de serviço público, ações sociais e notícias de interesse humano. Todas as matérias que foram destaque são reprisadas no programa Resumo da Semana, que é exibido aos sábados e domingos, mesmo horário de exibição do telejornal.

O jornal Assembleia Informa tem duração média de 30 minutos. É dividido em três blocos com foco em política e cidadania. No primeiro bloco estão as matérias mais quentes do dia, geralmente ligadas à política, denúncias, fatos de grande relevância e resultados dos projetos aprovados pela Assembleia Legislativa de Roraima.

No segundo bloco estão as matérias comunitárias (demandas trazidas pela população, a exemplo de ruas sem iluminação, com buracos, falta de água ou energia, oferta de emprego), curiosidades e cotidiano. Já o terceiro bloco é dedicado às matérias mais leves e humanizadas dos programas sociais da Assembleia Legislativa, além da divulgação de eventos culturais.

Na sequência temos o quadro com as reportagens que foram exibidas no período pesquisado. As retrancas¹⁰ foram inseridas em letras maiúsculas (caixa alta), conforme padrão utilizado pela editoria do jornal e arquivo recebido para análise desta pesquisa. O demonstrativo revela o estilo de estruturação do programa jornalístico.

¹⁰ É o nome que se dá à reportagem para identificá-la internamente. Geralmente é criado usando de duas a três palavras do VT com uma barra separando as palavras-chave.

Quadro 1- Estrutura do jornal Assembleia Informa

Jornal	Retranças/temas
01.07.2019	<p>1º BLOCO: ST REVOGA CONCURSO PM/ VT CHUVAS PROBLEMAS/ VT APRESENTAÇÃO ZAP CHAME/ ST SINE EMPREGO/</p> <p>2º BLOCO: VT INÍCIO PLANO DE NEGÓCIOS/ VT INÍCIO RECREAÇÃO INFANTIL/ VT ENSAIO QUADRILHA LEGISLATIVO/ ST EMBAIXADORES INSCRIÇÕES/</p> <p>3º BLOCO: PREVISÃO DO TEMPO/ VT AULÃO LUCAS/ ST IFRR VAGAS/ VT MALTA INTERCAMBIO</p>
02.07.2019	<p>1º BLOCO: VT PLANO SEGURANÇA/ VT CONTINUA CONCURSO PM/ VT HOSPITAL CÂNCER RORAIMA/ NOTA SECA TRABALHO ESCRAVO IRACEMA/</p> <p>2º BLOCO: VT SANTO ANTONIO LOTADO/ VT AJUDA LELE/ VT ENCERRA HOTELARIA PREVISÃO DO TEMPO/</p> <p>3º BLOCO: VT INÍCIO FINANÇAS/ VT JOGOS PRÁTICA INFORMÁTICA/ VT VENEZUELANO SHOPPING/ VT MALTA PASSEIO</p>
03.07.2019	<p>1º BLOCO: VT OBRA ATAÍDE DE TEIVE/ VT TERMINA PIRACEMA/ VT ESPANHOL DEFENSORIA/ NOTA SECA ZONA AZUL/</p> <p>2º BLOCO: VT PRIMEIROS SOCORROS MÓDULO 1/ VT INÍCIO ATENDIMENTO AO PÚBLICO/ VT ENCERRAMENTO CURSOS MUCAJAI / ST AJUDA KARATE/</p> <p>3º BLOCO: PREVISÃO DO TEMPO/ VT EMBARQUE GINASTAS/ VT EDUCAÇÃO CAMPO SÉRIE/ VT MALTA INTERCAMBISTA/ NOTA SECA DOC MAOS QUE FALAM</p>
04.07.2019	<p>1º BLOCO: VT 2 FASE TÂNTALO/ VT REVOGA ZONA AZUL/ VT FUNDO ANTIDROGAS/ NOTA SECA ASSENTOS IDOSOS/</p> <p>2º BLOCO: VT LAMA RUAS/ VT PROCON LOJA BRINQUEDOS/ PREVISÃO DO TEMPO/</p> <p>3º BLOCO: ST CONCURSO DETRAN EDUCAÇÃO/ VT EDUCAÇÃO CAMPO 2 PARTE/ VT MALTA BARCOS</p>
05.07.2019	<p>1º BLOCO: VT CRIMINALIDADE ESTATÍSTICAS/ VT LGBT CHAME/ VT LANÇAMENTO LIVRO CORDEL/</p> <p>2º BLOCO: VT CERTIFICADOS ESCOLA LEGISLATIVO/ VT MATEMÁTICA BÁSICA/ PREVISÃO DO TEMPO/</p> <p>3º BLOCO: VT COLÔNIA FÉRIAS/ VT EDUCAÇÃO CAMPO 3/ VT DESPEDIDA MALTA</p>

Fonte: *Scripts* do jornal Assembleia Informa, cedido via e-mail e adaptado pelas autoras

Do ponto de vista metodológico, a descrição e exploração desses dados referentes ao conteúdo produzido pelo jornal Assembleia Informa passam a subsidiar uma análise qualitativa, na medida em que permitem a articulação entre os fatos abordados pelo telejornal, o conceito de cultura e as práticas cotidianas de Roraima.

A televisão é uma vitrine construída (por) e construtora (de) representação dos fenômenos sociais, sendo, portanto, para os fundadores dos Estudos Culturais britânicos, um lugar especial para perceber as práticas culturais. Logo, outros deslocamentos teóricos permitiram essa forma de refletir os meios de comunicação massivos, o que implica necessariamente a maneira diferenciada de conceber a cultura.

Cultura é cotidiano. É tudo que gera sentidos revelados pela maneira como as pessoas acessam, utilizam e ressignificam um conjunto ilimitado de práticas em seu cotidiano. De modo que os conteúdos elaborados e divulgados pela televisão são atravessados por essas circularidades de sentidos.

Raymond Williams (1985), na obra *The long Revolution*, evidenciou essa multiplicidade de objetos de investigação ao analisar as práticas culturais contemporâneas de uma forma abrangente, sem fazer distinção entre alta cultura e cultura popular, vendo valor em todas as suas manifestações, independente de compor ou não o universo intelectual ou das artes. Assim, cultura é

o conjunto e a sobreposição de sentidos que é significativo. O complexo de sentidos indica uma complexa discussão sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e um estilo particular de vida, e entre ambos e as obras e práticas de arte e inteligência. É especialmente interessante que em arqueologia e antropologia cultural a referência a cultura ou a uma cultura seja primordialmente à produção material, ao passo que em história e estudos culturais a referência seja antes de tudo a sistemas significantes ou simbólicos. Isso confunde, se é que mesmo mais frequentemente não oculta, a questão central das relações entre produção ‘material’ e ‘simbólica’, a qual, em alguma discussão recente – cf. meu próprio *Cultura* – tem sido sempre relacionada ao invés de contrastada (WILLIAMS, 1985, p. 91 *apud* AZEVEDO, 2017, p. 212).

Ainda segundo Raymond Williams, a cultura é conectada às instituições globais e problematizada a partir de padrões, ou seja, “atividades conformadoras da prática social em conjunto” (Williams, 1985 *apud* Azevedo, 2017, p. 210). De forma mais aplicável ao estudo em curso, podemos nos referir a um tipo concreto de organização, no caso a TV Legislativa de Roraima e os sentidos em circulação na comunidade em que a TV ALE-RR se encontra inserida e para a qual se volta.

Diante do quadro da estrutura do programa Assembleia Informa, diferentes experiências sociais são trazidas a público pela instituição de radiodifusão (TV Assembleia de Roraima), ao assumir uma forma (noticiosa) e a mobilizar sentidos em outras dimensões críticas desse cotidiano.

No período pesquisado, por mais que não se estabeleça de modo rígido, tem-se no primeiro bloco um elenco predominantemente formado pelas chamadas “hard news”: as ações judiciais que tensionam ações promovidas por outras instâncias; os problemas de infraestrutura da cidade de Boa Vista que emergem no período das chuvas; as iniciativas que operam diante da violência contra a mulher; a oferta de emprego num cenário de crescente número de trabalhadores desempregados; a mácula colonial do trabalho escravo em dias atuais no interior de Roraima; o término do período da piracema no contexto das regiões banhadas por rios; outros embates e correlação de forças entre os poderes executivo e legislativo municipal (zona azul) e os signos da violência urbana em números.

O segundo bloco apresenta um conjunto de práticas cotidianas que assume uma forma majoritária de notícias mais leves, a exemplo da previsão do tempo, do ensaio de quadrilha do setor legislativo, de campanhas solidárias e dicas de primeiros socorros.

O terceiro e último bloco do Assembleia Informa apresenta outras qualidades de práticas cotidianas em construções noticiosas tais como esportes, cursos e colônia de férias.

No geral, depreende-se que os sentidos postos em circulação – por meio do programa estudado da TV ALE-RR - podem ser partilhados e comuns à cobertura jornalística de outras instituições de radiodifusão e a outros tecidos sociais, além de Roraima. O que empresta especificidades culturais são os processos que articulam esta tecnologia com a sociedade local em fluxo interdependente.

Desse modo, e na impossibilidade de contemplar a rica diversidade de aspectos envolvidos no estudo da TV no espaço conciso deste artigo, detemo-nos no conteúdo do programa Assembleia Informa, para refletir a tessitura cultural local e algumas noções nesse entorno. Antes, porém, observa-se que o próprio nome do programa reforça a marca de uma comunicação vinculada ao setor público legislativo. Este sentido institucional sugere a possibilidade de ingerência política no cotidiano da “cultura profissional”, afetando os que fazem a sua programação. Logo, a estrutura

tecnológica do meio (TV ALE-RR) tende a atuar, mas não controlar as estruturas de conteúdo construídos no programa Assembleia Informa.

A realidade da determinação é estabelecer limites e exercer pressões, dentro dos quais as práticas sociais variáveis são profundamente afetadas, mas não necessariamente controladas. Trata-se de pensar a determinação não como uma única força ou uma única abstração de forças, e sim como um processo em que fatores determinantes reais – a distribuição de poder ou de capital, a herança social e física, as relações de escala e de tamanho entre grupos – colocam limites e exercem pressões, mas não controlam nem preveem completamente o resultado de uma atividade complexa dentro ou nesses limites, sob ou contra essas pressões (WILLIAMS, 2016, p. 139)

Mas o que representa em termos de sentidos esse conjunto de notícias apresentadas no curso de uma semana? Segundo Williams (2016), seguindo suas indicações para pensar a televisão numa perspectiva tecnológica e cultural, é uma forma de perceber a relação direta e próxima da televisão com o caráter ordinário da vida cotidiana. É uma espécie de enquadramento específico, construído institucionalmente pela TV ALE RR, que resulta numa forma de expressão cultural de Roraima e que nela estão imbuídas outras forças políticas, sociais, históricas e econômicas.

Considerações Finais

As questões levantadas por este trabalho podem ser agrupadas em alguns campos de compreensão. O primeiro está diretamente relacionado ao escopo teórico dos estudos culturais britânicos e o instrumental para leitura de aspectos contemporâneos da comunicação massiva, especialmente pela proposta da televisão e dos cruzamentos culturais mediados com o cotidiano e o tecido social. Sobre isso, e baseado na interpretação do pesquisador Raymond Williams, a televisão amplia as formas de discussão e de debate públicos. Por mais que hoje haja um recrudescimento tecnológico por meio da internet que a priori oferece maior capilaridade para o debate, as observações de Williams na década de 1970 restam perenes ao

evidenciar o potencial da televisão, não pela rota do determinismo tecnológico, mas por oferecer campos semânticos e complexos de articulações sociais e culturais.

Entrelaçado a este, outro ponto que se ressalta é o potencial de uso do conceito de cultura, pela centralidade ocupada nas pesquisas dos estudos culturais, como forma de refletir as experiências de uma TV legislativa, de campo público, olhando mais detidamente o programa jornalístico Assembleia Informa da TV Assembleia de Roraima. Antes, partimos da própria necessidade de circunscrever a natureza da TV ALE-RR como de campo institucional, portanto, vinculada a uma organização política na esfera legislativa a desenvolver um tipo de comunicação afinado com sua institucionalidade.

Segundo Williams (3026), para compreender a televisão como mosaico da vida social é indispensável que se faça a contextualização histórica como maneira de perceber as suas especificidades. Há nesse cenário, elementos históricos calcados sobre uma política roraimense de cariz conservador que podem restringir, mas não controlar a atuação da TV ALE-RR e seus programas.

Podemos arrolar por fim que mesmo se diferenciando da natureza comercial e privada de outras emissoras, os cruzamentos culturais que TV ALE-RR realiza em contexto local, por meio do Assembleia Informa, também são moldados por lógicas mais amplas, uma vez que este meio de comunicação mantém vínculo e atenção aos padrões da sociedade capitalista, inserida no jogo de tensões permanentes, interesses e disputas por narrativas e significados, num cenário de radicais desigualdades. Um exame crítico e analítico vai demonstrar que a TV ALE-RR, em suas práticas e em seus processos de desenvolvimento, ocupa um lugar na formação social existente e sua dinâmica na produção de sentidos compõe uma teia de relações socioculturais muito complexas.

Referências

- AZEVEDO, Fábio Palácio de. O Conceito de Cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís - Vol. 3 - Número Especial jul./dez. 2017.
- ASSIS, Francisco. Personagens anônimos e histórias de interesse humano: a relação entre a fonte e o formato no jornalismo de Eliane Brum. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0605-1.pdf> Acesso em: 13 de jul. 2019.
- BRASIL. (Constituição da República de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2017.
- DUARTE, Jorge (Org.) **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. As relações de gênero nos estudos de recepção: notas sobre metodologias de pesquisa e suas repercussões teóricas. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Intercom. 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP13ESCOSTEGUY.pdf Acesso em 13 jul. 2019.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p99-113> Acesso em 13 jul. 2019.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- JARDIM, Márcia de Almeida. **Antenas do Legislativo. Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. 2008. [Tese] Doutorado em Ciências Sociais, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). 357 p.

LEI DE CABOS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18977 Acessado em 01 de julho de 2019.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: edições Loyola, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Congresso da IAMCR**, Dublin, Irlanda, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82931/85965> Acesso em 13 jul. 2019.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação. cultura e

Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MELO, Paulo Vitor Purificação. **Estado e comunicação**: Uma análise das TVs legislativas estaduais no Brasil, São Cristóvão, SE: [s.n.], 2014

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores. 2002.

PINTO, Sônia Lúcia Nunes. **O poder da fé usando o poder da mídia para convencer os fiéis**. Boa Vista, [s.n.], 2007.

ROTHBERG, Danilo. Contribuições às políticas e estratégias de comunicação pública e democracia digital. In: BRUNIELLI, Anna Flora; SIMIS, Anita; (et al.). (Org). **Comunicação, Cultura e Linguagem**. São Paulo: Editora, 2014. p.150-170. (Duarte 2011, apud ROTHBERG, p.148)

SANTI, Vilso Junior. **Mediação e Miatização** – Conexões e Desconexões na Análise Comunicacional. Jundiaí: Paco Editorial. 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

Capítulo 5

PRIMING:

percepção e comportamento do indivíduo exposto a notícias de fuga de presos no Tocantins

*Isadora Fontes*¹

*Giliarde Ribeiro do Nascimento*²

*Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior*³

Introdução

Involuntariamente, o indivíduo absorve informações e conteúdos que interferem diretamente na sua tomada de decisões. Desde tarefas simples do dia a dia, ou até mesmo decisões de maior relevância para sua vida podem surgir de interferências externas. Nesse sentido, Laran, Dalton, & Andrade (2011) citam o exemplo sobre “economizar”, quando se tem acesso ao assunto e seu conceito, o indivíduo pode buscar a redução de seus gastos, e trabalhar de forma mais consciente.

Por mais que pensem que tais atitudes são tomadas de forma consciente, elas podem ser estruturadas por fatores externos que estimularam o

¹Graduada em Jornalismo. Pesquisadora e estudante do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: isadora.fontes7@gmail.com

²Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialização em Criminologia. Especializando em Processo Penal. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade – PPGCom/UFT. Agente de Execução Penal e Chefe de Cartório Penal na Casa de Prisão Provisória de Paraíso/TO. Pesquisador no Núcleo de Estudos em Linguagens e Políticas Públicas para a Educação - NELPPE/IFTO.

³Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e Pedagogia (FE-UnB) e Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com.

indivíduo a tomar determinada decisão. Segundo Galvão (2014), muitos elementos influenciam, como um cheiro, uma imagem, uma propaganda, uma música, ou algo que remeta a uma memória efetiva para cada pessoa.

Esses estímulos, conforme pesquisas, podem ser enquadrados em estudos sobre *prime* ou *priming* (em inglês), ou ainda, “pré-ativação”. O efeito causado pelo *priming* trata-se da influência que o indivíduo sofre após ser exposto a um determinado estímulo e como esse estímulo provoca um estímulo subsequente, sem que exista consciência de tais atitudes (Bargh e Chartrand, 2000).

Inicialmente proposta em estudos da psicologia, os estudos acerca desta teoria vêm surgindo em diferentes áreas do conhecimento, inclusive no âmbito da comunicação. Com o objetivo de identificar essa teoria mais evidentemente no meio jornalístico, esta pesquisa busca observar os estímulos que o espectador sofre ao ser exposto a uma determinada notícia, bem como levantar bibliograficamente os conceitos sobre esse assunto.

Para isso, foram selecionadas duas notícias que tratam sobre a fuga de presidiários no estado do Tocantins. O objetivo principal da pesquisa é identificar se as pessoas sofrem influência da notícia, e se esse tipo de informação interfere diretamente no cotidiano delas a partir dos estudos de *priming*.

O texto se organiza da seguinte forma: primeiro são levantados conceitos para a fundamentação sobre *priming*, na sequência faz-se um parâmetro sobre o impacto da fuga dos presidiários no contexto social e, depois, a análise dos dados recolhidos e, por fim, as considerações finais.

O *priming* enquanto fenômeno de ativação de ideias que lideram comportamentos humanos

O efeito *priming* ou simplesmente *priming* tem sido um termo recorrente em estudos na área de Comunicação, podendo ser observado em publicações de artigos científicos e pesquisas atuais disponíveis em

revistas temáticas. Neste momento, faz-se necessário observar os conceitos da teoria para que se possa compreender sua aplicação na análise proposta.

O *priming*, embora há pouco tempo em difusão em estudos de Comunicação, possui histórico de pelo menos 30 anos, isso se observarmos pesquisas desenvolvidas em neuropsicologia e psicologia social, o que logo mais se tomará a devida notação. Neste lumiar, é possível encontrar representativos estudiosos que buscaram desenvolver conceitos, a ver.

Kahneman e Frederick (2002), objetivos na definição de *priming*, refletiram que se trata de uma ideia que causa influência a ponto de estimular uma ação, o que chamou de efeito ideomotor sustentado na memória e na ativação pela associação de ideias. Segundo Kahneman (2011), os efeitos do *priming* podem assumir diversas formas e estágios. O efeito ideomotor é explicado por Kahneman como “uma ideia influenciando uma ação” (KAHNEMAN, 2011, p. 61). O autor explica que as ações são tomadas inconscientemente e que na maioria das vezes nossas ações, por mais simples que sejam, sofrem influência de algo ao qual o indivíduo está exposto.

O autor destaca alguns exemplos que nos leva a entender a relação que fazemos quando nos deparamos com alguma situação. Por exemplo, se a ideia de EAT (comer) estiver na mente do indivíduo, ele buscará assimilar outras questões relacionadas ao assunto. O autor também pontua que “as ideias evocadas têm certa capacidade de evocar outras ideias, embora mais fracamente [...] a ativação se difunde por uma pequena parte da vasta rede de ideias associadas” (KAHNEMAN, 2011, p. 60). Ou seja, a informação, quando indicada ou absorvida pelo indivíduo gera uma série de ideias que estão interligadas.

Kahneman (2011) apresenta uma série de exemplos que ilustram o efeito do *priming*. “[...] o *priming* não se restringe a conceitos e palavras. Você não pode saber disso pela experiência consciente, é claro, mas deve aceitar a estranha ideia de que suas ações e emoções podem ser primadas por eventos dos quais nem sequer tem consciência” (KAHNEMAN, 2011, p. 60)

Jacoby e Dallas (1981), esboçando mais, classificou o *priming* em perceptual e conceitual. Ter-se-á o *priming* perceptual quando a pessoa é exposta a um estímulo, criando uma representação temporariamente fortalecida, dotada de caracteres físicos pré-ativados. Por seu turno, o *priming* conceitual está voltado para a representação semântica estabelecida na linguagem e nos conceitos, promovendo maior fluência conceitual da representação e, com isso, reforçando estímulos de fácil acesso para a memória.

Já Aggarwal e McGill (2012) trazem a definição de efeito de comportamento na modalidade automático, onde a ativação categorizada socialmente produz comportamento ligado ao estereótipo daquilo ao que se foi exposto. Segundo os autores, esse efeito está relacionado ao antropomorfismo. Os indivíduos buscam identidades sociais através de atributos que geram uma interação afetiva com um produto ou marca. Nesse sentido, os autores comparam essa situação à vontade que se tem em se aproximar de figuras sociais.

Em complementação, o *priming* trata-se de um viés estimulado por uma informação de trânsito que se fortalece por meio da experiência da pessoa que recebeu o estímulo (DECOSTER; CLAYPOOL, 2004). No estudo desenvolvido pelos autores “*A Meta-Analysis of Priming Effects on Impression Formation Supporting a General Model of Information Bias*” é verificado três diferentes formas de processamento da informação pelo indivíduo, são elas: assimilação, ancoragem e correção. Essas abordagens verificam experimentos do efeito *priming*.

As buscas de definição acima apresentadas pelos autores selecionados trazem, no íntimo, ideias que, se conflitadas, terão como produto ou resultado os termos estímulo, percepção, comportamento, antecedente, involuntário e inconsciente, termos esses resolutivos na compreensão do fenômeno estudado.

Os termos reduzidos após a apresentação das definições guardam consigo, se bem analisados, direcionamento do todo o nominado “*efeito priming*”. Pois, a execução do Efeito está ligada à maneira como se

apresenta tal fenômeno na pessoa atravessada ou ativada. Há uma conexão direta da percepção com o comportamento humano. O comportamento influenciado se ativa numa construção de tendências numa rede associada de funcionalidades (AGGARWAL; MCGILI, 2012).

Observa-se que, o *priming* refere-se a um fenômeno de pré-ativação de estímulos humanos expostos a situações diversas do mundo que, em constatação com a rede semântica já estabelecida no ser, ativa memórias que resultarão em certos comportamentos ou atitudes pós ativação.

Após esta caminhada conceitual, oportunidade em que foi possível melhor entender o referido Efeito ou Fenômeno, uma palavra se sobressai de todo o apanhado terminológico, qual seja, a palavra “memória”. Nesse fluxo, o *priming* se assenta no contato feito pelo estímulo ativador de uma memória, no constructo mental humano de informações, informações que sofrem a ação e apresentam uma reação, um comportamento inconsciente.

A memória, pode ser tida como explícita ou implícita. A diferenciação entre os dois tipos de memórias está ligada ao momento da lembrança, se espontânea ou estimulada. O registro sensorial, visual, é o armazenamento imediato – memória explícita; ao passo que estímulos subliminares se estabelecem na memória não curta – memória implícita (KLATZKY, 1975).

São esses efeitos do *priming* que passam a arcabouçar o estudo proposto, na medida em que, analisadas notícias tocantinenses envolvendo fuga ou evasão de presos do Sistema Penitenciário e Prisional, na visão de pessoas do povo pesquisados em *campi* por meio de questionários, quais são, precisamente, a ativação da memória ou a percepção dos efeitos *priming* sobre o assunto vetorizado.

O sistema penitenciário e prisional tocantinense

Dados oficiais afirmam que o Estado do Tocantins conta com 42 (quarenta e duas) unidades prisionais distribuídas em todas as regiões do seu

território; contando com uma população carcerária de mais de 3.500 (três mil e quinhentos) reclusos, entre presos provisórios e condenados (Infopen, 2017).

Ainda de acordo com o Relatório do Departamento Penitenciário do Brasil (Infopen, 2017), a população carcerária da Unidade Federativa do Tocantins se mostra da seguinte forma: não se registra presos segregados em Secretarias de Segurança; a taxa de aprisionamento gira em torno de 230,48%; o número de vagas declaradas giram em torno de 2.025, com taxa de ocupação de 1,76%. Do número total de presos, 1.547 eram provisórios, portanto, sem condenação com trânsito em julgado; representando apenas 43,3% o número de presos efetivamente condenados.

Os dados acima demonstram que a realidade de aprisionamento no Tocantins revela contrassenso na medida em que o número de pessoas provisoriamente mantidas em unidades de cárcere é maior que o número de pessoas efetivamente condenadas.

As prisões tocaninenses estão assoberbadas de pessoas que não deveriam se manter encarceradas pela falta de celeridade no julgamento e condenação ou absolvição daquelas acusadas ou indiciadas por transgredirem as normas brasileiras.

Vejamos as contradições das manutenções das prisões no Tocantins em relação à natureza dos estabelecimentos penais adequados para a manutenção de pessoas provisórias ou condenadas, nos termos da lei nacional.

Afirma-se que as unidades prisionais tocaninenses são divididas entre cadeias públicas e casas de prisões provisórias, não contando com penitenciárias e demais espécies de estabelecimentos oficiais (Infopen, 2017).

A legislação a tratar do assunto, dos tipos de estabelecimentos prisionais no Brasil, é a Lei Federal 7.210 de 1984, conhecida por Lei de Execução Penal. A Lei Federal 7.210/84, art. 87 e ss., classifica os estabelecimentos prisionais em cadeias públicas, penitenciárias, colônias agrícolas, colônias industriais ou similares, casas de albergado, hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico e patronatos. *Verbis*,

Art. 87. A **penitenciária** destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado. Parágrafo único. A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir Penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, nos termos do art. 52 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003) [...] Art. 91. A **Colônia Agrícola, Industrial ou Similar** destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto.[...] Art. 93. A **Casa do Albergado** destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.[...] Art. 96. No **Centro de Observação** realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.[...] Art. 99. O **Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico** destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal. [...] Art. 102. A **cadeia pública** destina-se ao recolhimento de presos provisórios. **(grifo nosso)**.

Como exposto, a destinação de cada espécie de cárcere se vale do perfil de recepção da pessoa, dentre todas, somente as cadeias públicas se destinam a presos provisórios. A contradição que se busca demonstrar é que o Tocantins, nitidamente, é um estado com unidades prisionais que se destinam a pessoas presas provisoriamente, visto contar apenas com cadeias públicas e casas de prisões provisórias, conforme os últimos levantamentos oficiais apresentados ao longo desse título de discussão.

A fuga de presos como efeito da superlotação e mazela do cárcere

Subsiste do já conhecido, a séria situação que vive as casas de prisão, vê-se um sistema com superpopulação carcerária. Dita situação da superlotação bate de frente com a concretude de um projeto de prisão que efetivamente recupere o delinquente e o restitua ao convívio social.

No mínimo, o Estado não garante estrutura interna capaz de oferecer ao custodiado acesso a condições básicas de sobrevivência, ar, iluminação e instalações sanitárias (MIRABETE, 1996).

Mello (2002) assenta que existe um verdadeiro desencontro entre a realidade vivida pelos presos e a utopia legal, haja vista a clareza de que as normas não condizem com a realidade do sistema, fazendo com que o cárcere mantenha distância do cumprimento da função ressocializadora.

Eleger-se-á 5 (cinco) estados da federação para se traçar um panorama, Tocantins (norte), Piauí (nordeste), Goiás (centro-oeste), São Paulo (sudeste) e Paraná (sul).

O Estado de Tocantins contava com população carcerária de 3.468 (três mil, quatrocentos e sessenta e oito) reclusos para 1.982 (um mil novecentos e oitenta e duas) vagas. Destes 3.468 (três mil, quatrocentos e sessenta e oito) reclusos, 1.368 (um mil trezentos e sessenta e oito) eram presos sem condenação (INFOPEN, 2016).

O Estado do Piauí contava com população carcerária de 4.032 (quatro mil e trinta e dois) reclusos para 2.363 (duas mil trezentas e sessenta e três) vagas. Destes 4.032 (quatro mil e trinta e dois) reclusos, 2.217 (duas mil, duzentos e dezessete) eram presos sem condenação (INFOPEN, 2016).

O Estado de Goiás contava com população carcerária de 16.917 (dezesesseis mil, novecentos e dezessete) reclusos para 7.150 (sete mil, cento e cinquenta) vagas. Destes 16.917 (dezesesseis mil, novecentos e dezessete) reclusos, 6.828 (seis mil, oitocentos e vinte e oito) eram presos sem condenação (INFOPEN, 2016).

O Estado de São Paulo contava com 240.061 (duzentos e quarenta mil, sessenta e um) reclusos para 131.159 (treze mil, cento e cinquenta e nove) vagas. Destes 240.061 (duzentos e quarenta mil, sessenta e um) reclusos, 75.862 (setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois) eram presos sem condenação (INFOPEN, 2016).

O Estado de Paraná contava com 51.700 (cinquenta e mil e setecentos) reclusos para 18.365 (dezoito mil, trezentos e sessenta e cinco). Destes 51.700 (cinquenta e mil e setecentos), 14.699 (quatorze mil, seiscentos e noventa e nove) eram presos sem condenação (INFOPEN, 2016).

Os dados apresentados dos 5 (cinco) estados espelham a realidade nacional, a superpopulação correspondente ao número de reclusos

superior ao número de vagas disponíveis nos estabelecimentos prisionais. Observa-se também alto número de presos sem condenação cessados do *ius libertatis* (direito de liberdade).

Os custodiados nos sistemas penitenciários e prisionais estaduais se subdividem da seguinte forma: 27.950 pessoas estão encarceradas em delegacias e 579.423 em estabelecimentos penais. Destas, 250.213 são provisórias; 250.094 são condenadas em cumprimento de pena em regime fechado; 89.639 são condenadas em cumprimento de pena em regime semiaberto; 15.036 condenadas em cumprimento de pena em regime aberto; 2.497 cumprem medida de segurança sob a forma de internação e 360 sob a forma de tratamento ambulatorial (CNJ, 2017).

O Conselho Nacional de Justiça por meio do “Relatório de Gestão” – Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execuções de Medidas Socioeducativas – DMF, traz os dados acima demonstrando que os estabelecimentos penais estaduais estão com mais da metade de suas vagas ocupadas por presos provisórios, portanto, sem condenação, frisa-se.

Isto demonstra a vagareza por parte do Poder Judiciário na apreciação *notitia criminis* que resultarão em indiciamento, representação, denúncia, processamento e/ou julgamento de nacionais e estrangeiros na forma da lei brasileira, para a resolução do aprisionamento de pessoas que nem sempre a pena a ser cominada com o devido processo legal e a sentença incriminadora transitada em julgado, se o caso, correspondem ao cômputo necessário para serem mantidas reclusas em regime fechado.

De acordo com o Depen (2006) a taxa de presos sem condenação é de 40%, sendo de 38% a de sentenciados em regime fechado.

Os dados retratados trazem à tona problemas estruturais das unidades prisionais e de aplicação das leis. A que tudo indica, a não aplicação da norma representada neste caso na falta de atendimento ao célere processo penal, responde pelo alto índice de encarceramento no Brasil.

Num olhar sobre os dados de número da população carcerária e do número de vagas no Sistema Penitenciário e Prisional do Tocantins no ano

de 2016 e no ano de 2017, conforme apresentações *retro*, é possível constatar que o número de vagas é insuficiente para o número de pessoas presas, seja provisória ou definitivamente, situação que eleva a atenção para com realidade da penitência, vivenciados às míseras condições por detentos que, na fila de julgamento da Justiça, enxerga na possibilidade de fuga ou evasão uma maneira rápida de se ver livre das mazelas sentidas e não afastadas pelo Poder Executivo, legitimado gestor pelas unidades prisionais no Brasil.

As condições para o retrato de um cárcere nacional acometido da ineficiência da aplicabilidade e da eficácia da lei requer estudo de profundidade e dialogicidade no voltado ao diagnóstico de cenários aptos a contribuir para a evasão ou fuga de pessoas presas, servindo, maiormente, esta seção a refletir de forma dirigida sobre a gestão da estrutura executiva das prisões e a identificação dos elementos potenciais que contribuem às tomadas de decisões por parte da população carcerária quando da violação da segurança penitenciária e prisional deflagradoras de evasões.

Para encabeçamento, busquemos na literatura jurídica as leis brasileiras que estipulam normas materiais e executivas no âmbito penal, estar a se falar do Decreto-Lei 2.848/40 e da Lei Federal 7.210/84.

Evocadas tais normas, objetivamente, reproduz-se, em seguida, os artigos 38 e 1º todos, respectivamente, encontrados no Decreto-Lei 2.848/40 e da Lei Federal 7.210/84. Senão, vejamos.

Art. 38 – O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, **impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.** (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). [...] Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e **proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.** (grifamos).

Nota-se que a Lei Federal 7.210/84 assegura a promoção de condições sociais integralizadoras e harmonizadas, ainda durante o cumprimento da

pena, contributivas à reinserção da pessoa apenada ao meio social extramuros, aquele rotulado pela liberdade plena.

Nada obstante, o legislador constitucional e infraconstitucional brasileiro afirma que é atribuição do Estado, em maior grau, a administração para a concreção da finalidade social da pena, a ressocialização. Desta forma, falando-se em administração, da aplicação de políticas públicas, vem-nos à mente o Poder Executivo, aquele legalmente afeito da execução das normas no Brasil, a quem compete a gestão das inúmeras unidades prisionais, seja na esfera estadual, seja na esfera federal, únicas esferas da União Federal a contar, legitimadamente, com cárceres.

Nada obstante, a falência da pena de prisão é uma discussão a permeiar os centros sociais, institucionais e acadêmicos, afinal, nota-se gritante distanciamento entre a letra da lei e a execução desta, de modo que se observa dois mundos que não mantêm uma coluna comum de precursores de ordem material.

A latência da ideia de falência da pena de privação da liberdade, extraída das leituras de Michel Foucault, estudioso de destaque do direito de punir e das prisões, fica evidenciada nos estudos deste cientista social, estudos esses que demonstraram em tempos passados e iniciais de transição das penas cruéis corpóreas às penas de sofrimento da alma atribuídas após julgamentos mais justos, que as funções da prisão não vinham sendo alcançadas, não se atingindo, desde aqueles tempos, à finalidade de harmonia no cumprimento da pena (GRECO, 2015).

A ver, o que quis dizer Michel Foucault com a falência da pena de prisão? Para melhor esclarecimento, busquemos destacada obra a tratar de forma mais contundente do ora reclamado, “Surveiller et Punir - Naissance de la prison” (Vigiar e Punir – o nascimento da prisão, tradução nossa), obra escrita originalmente em 1975.

Portanto, veja-se importante passagem da leitura de “Surveiller et Punir - Naissance de la prison”.

[...] Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo, talvez me tenha ensinado mais pelo presente do que pela história.

Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo. Os objetivos que tinham, suas palavras de ordem, seu desenrolar tinham certamente qualquer coisa de paradoxal. **Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes. Mas eram também revoltas contra as prisões-modelos**, contra os tranqüilizantes, contra o isolamento, contra o serviço médico ou educativo. Revoltas cujos objetivos eram só materiais? Revoltas contraditórias contra a decadência, e ao mesmo tempo contra o conforto; contra os guardas, e ao mesmo tempo contra os psiquiatras? De fato, tratava-se realmente dos corpos e de coisas materiais em todos esses movimentos: como se trata disso nos inúmeros discursos que a prisão tem produzido desde o começo do século XIX (Foucault, 1987, p. 33, **grifamos**).

Nesta passagem da clássica obra político-social, Foucault retrata um cenário, íntimo das prisões daqueles tempos que, infelizmente, não se distancia das que se tem na modernidade; um cenário caótico ou, no mínimo, avesso ao modelo de pena e prisão idealizados. Sendo, assim, possível observar que as contrariedades se mostram quando da remissão a ambientes prisionais de revoltas, excesso de população, miserabilidade, violências, etc.

“A prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita” (FOUCAULT, 1987. p. 134).

Ainda que de forma remissiva a partes da obra do grande e célebre estudioso em comento, o que se traz à baila é suficiente para se alcançar a ideia de que, desde o início das prisões racionalizadas ou propositivas à razão, estas não cumprem com a missão institucional para a qual foram pensadas, idealizadas e construídas como projeto que iria em contramão ao aumento da impunidade e da severa crueldade na forma de punir em tempos passados elegidas como as mais eficazes à compensação do mal praticado a outrem, nada mais que reforçar o espírito da violência e da perversidade do homem com mais perversidade e violência, contudo, de forma institucionalizada, aos auspícios da figura do Estado.

Como bem assume destaque em “Surveiller et Punir - Naissance de la prison”, as prisões são incompatíveis com o ideal da pena e da representação desta ao corpo social, pois, se de um lado trazem iluministas discursos dirigentes para as políticas estatais, nos espaços intramuros das prisões, são encontrados ambientes imundos, verdadeiros palcos de injuriosas práticas atentadoras ao bem humano universal, a dignidade.

Recaindo sobre elemento pontual e prejudicial do cárcere, a população do excesso, talvez o elemento determinante do grau de percepção, por parte de presos, dos demais elementos constituidores da má condição física e humana dos ambientes prisionais, ter-se-á um panorama passível de aclarar as mazelas que podem influir para as fugas, pois, “se o inferno contar com pelo menos uma porta, o céu pode estar do outro lado, a ponto de, se alcançada e ultrapassada, tem-se a construção da representação de possível lugar de cessação do martírio”. Ou seja, a fuga, numa vã passagem de pensamento afirmativo do estado pleno de liberdade ante a possível comprovação resolutive da ineficiência e da ineficácia total dos meios repressivos e compensatórios dirigidos pelo Estado, o fim (a fuga) estaria justificado e legitimado, o que tolheria do Estado, afastando-se dessa análise as instâncias formais apontadas pela lei quando da falha estatal, por meio dos seus poderes independentes e harmônicos a perseguição e recaptura de tais sujeitos que, num ato de heroísmo, negou o perdimento total de sua condição humana num possível laboratório do pior que o ser humano pode suportar fora da sociedade civil organizada, fala-se da população extramuros.

[...] O alto número de condenados, às vezes maior que o dobro da capacidade do presídio, se traduz como o pior problema existente no sistema penitenciário – em especial o brasileiro –, eis que acarreta ainda outros problemas a ele intimamente ligados, tais como a falta de higiene, a alimentação precária e a violência física e sexual [...] Dentre as literaturas especializadas no assunto, são constatadas as seguintes deficiências e problemas mais marcantes do sistema penitenciário atual : **a) superlotação carcerária; b) elevado índice de reincidência; c) ociosidade ou inatividade forçada; d) condições de vida precárias; e) higiene dos presos precária; f) grande consumo de drogas;**

g) negação de acesso à assistência jurídica e de atendimento médico, dentário e psicológico aos reclusos; h) ambiente propício à violência física e sexual; i) efeitos sociológicos e psicológicos negativos produzidos pela prisão. (MACHADO, 2013, p. 6-7, grifamos).

Foram apresentados, a favor da reflexão, alguns elementos avultantes nos solos carcerários. E, mais uma vez, a repetição de cenários constatados e discutidos ainda no Século XIX se mostram muito evidentes nos tempos modernos, pelo menos na República Federativa do Brasil. Tais cenários são afrontosos, diga-se de passagem, às leis brasileiras, como demonstrado em momento inicial com remissão a dispositivos das duas principais normas que cuidam das penas e das suas execuções, as quais devem dirigir as políticas públicas do Estado.

É possível dizer que há contribuição, pós as digressões tomadas, em menor ou maior grau, às motivações dos presos que empreitam fugas carcerárias, idealizadas meio a esses cenários de ineficiência e ineficácia quase que plenos do modelo penal e de ressocialização incutidos nas prisões. Sem qualquer vício de generalização, os elementos apontados são capazes de contribuir pela tomada de decisão que podem levar à fuga, mas há outros elementos que não foram abordados e que são tão ou mais decisivos, ficando os apontamentos digeridos mais no plano do espaço da execução da pena e das faltas materiais que possuem as prisões para o fiel alcance dos projetos legislativos e governamentais.

Análise dos dados

Partindo da hipótese de que os indivíduos agem de forma consciente ou até mesmo inconsciente ao receber uma informação, a pesquisa buscou, através do levantamento de dados, observar se as pessoas se sentem mais ou menos inseguras ao assistirem ou lerem sobre notícias que tratem sobre a fuga de presidiários.

Para isso, foram selecionadas duas matérias veiculadas em *sites* do estado para que servissem de amostra para a pesquisa. São elas:

- Presos fogem da CPP de Paraíso; esta é a quarta fuga no estado em menos de um mês.⁴ Publicada em 1º de novembro de 2018.
- Vídeo mostra presos andando com reféns pelas ruas após escapar de presídio.⁵ Publicada em 2 de outubro de 2018.

Figura 1 - Notícias



Para a aplicação da pesquisa, utilizou-se de questionário, que foi aplicado por meio da plataforma do *google drive*, e encaminhado via *e-mail* para a obtenção das respostas. O questionário apresentava três perguntas: a idade, o sexo e, a principal, o que levava o indivíduo a refletir sobre seu posicionamento ao se deparar com notícias que tratam do assunto de fuga nos presídios.

- “Como você se sente quando vê uma notícia sobre fuga de presidiários na sua região?”

Alternativas:

- a) Me sinto inseguro (a).
- b) Não me sinto inseguro (a).
- c) É uma notícia irrelevante para mim.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/11/01/presos-fogem-da-cpp-de-paraíso-esta-e-a-terceira-fuga-no-estado-em-menos-de-um-mes.ghtml>. Acessado em 10 de jul. 2019.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/10/02/presos-tomam-refens-e-fazem-rebelião-em-araguaina.ghtml>. Acessado em 10 de jul. 2019.

A partir da participação de 45 (quarenta e cinco) voluntários que responderam ao questionado foi possível criar um parâmetro para a análise dos dados colhidos. Informa-se que a pesquisa ficou disponível durante 24 (vinte e quatro) horas.

Resultados

Com as 45 (quarenta e cinco) respostas obtidas constatou-se que 55,6% das pessoas pesquisadas afirmaram ser do sexo masculino e 44,4% do sexo feminino. Sobre a faixa etária, as pessoas participantes se enquadraram entre 22 (vinte e dois) e 60 (sessenta) anos de idade. Porém, a maioria das respostas foi entre a faixa etária de 25 (vinte e cinco) e 27 (vinte e sete) anos de idade.

Figura 2 – Sexo dos participantes

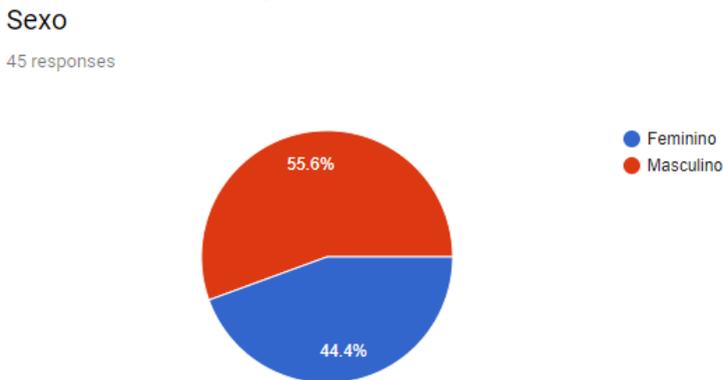
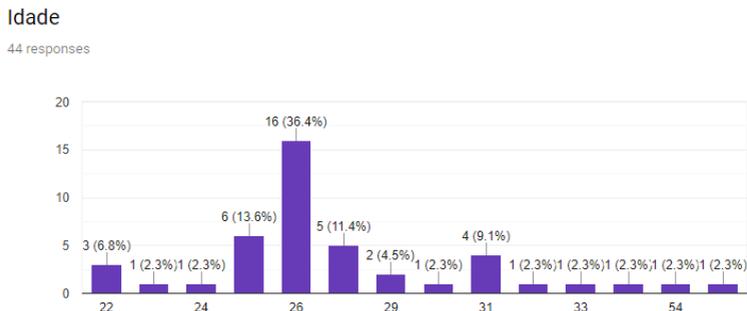


Figura 3 – Idade dos participantes



A intenção da coleta desses dois dados foi fundamental para poder criar um parâmetro de observação, na tentativa de identificar se homens ou mulheres apresentam a mesma concepção sobre o fato da insegurança, ou se ambos compartilham da mesma ideia.

A pergunta principal, que fundamenta esta análise, constatou que 71,1% das pessoas participantes se sentem inseguras quando veem uma notícia sobre fuga dos presos. 17,8% afirmaram não ser uma notícia relevante e, 11,1% disseram não se sentirem inseguras de forma nenhuma, mesmo com a veiculação da informação (Figura 3).

Figura 4 - Parâmetro de insegurança entre os participantes
Como você se sente quando vê uma notícia sobre fuga de presidiários na sua região?

45 responses



Com o objetivo de identificar o posicionamento das pessoas sobre o assunto, constatou-se que a maioria sente insegurança ao se deparar com notícias sobre o assunto “fuga de presos”. Vale ressaltar que a pesquisa ainda pode realizar novos desdobramentos sobre a questão e perguntar para cada pessoa, por exemplo, o que a leva a sentir insegurança ou não sobre o assunto.

Desta forma, é possível supor que de alguma forma as pessoas participantes que afirmaram se sentir inseguras decidam por evitar realizar alguma atividade pré-programa, tendo em vista a falta de segurança no ato de sair de casa, a exemplo.

Outro ponto relevante, é sobre o motivo que as levam a se sentirem inseguras, podendo enquadrar-se em uma pré-ativação conceitual ou

perceptual. Se a pessoa já possui conceitos preestabelecidos ou se refere a algum tipo de exposição física da pessoa a alguma imagem, símbolo, neste caso a um acontecimento, que a leva a formar um julgamento. Como por exemplo, já ter passado por um assalto, furto, violência, ou algo símile.

Outra abordagem que a pesquisa procurou identificar se faz na insegurança entre homens e mulheres, podendo, assim, realizar comparações. Para cada uma das três alternativas (me sinto inseguro(a); não me sinto inseguro(a); é uma notícia irrelevante) fez-se o levantamento para identificar se homens ou se mulheres se sentem mais inseguros. Para a primeira alternativa - me sinto inseguro(a), foi possível perceber que mesmo a maioria das respostas obtidas sendo de homens (56,6%), conforme Figura 1, as mulheres ainda foram maioria e afirmaram se sentirem mais inseguras nesta pesquisa. (Figura 4).

Figura 5 - Alternativa 1



Figura 6 - Alternativa 2



A segunda alternativa foi escolhida por cinco pessoas, destas apenas uma mulher (20%) disse não se sentir insegura sobre o assunto, as outras 4 respostas (80%) foram de homens.

Sobre a última alternativa – é uma notícia irrelevante para mim – das seis pessoas que selecionaram essa opção, todas eram homens, conforme Figura 6. Das 45 (quarenta e cinco) pessoas que responderam ao questionário, apenas 14 (catorze) homens disseram se sentir inseguros, os demais homens optaram por selecionar as alternativas 2 e 3. Além disso, de todas as mulheres que responderam ao questionário, apenas uma marcou que não se sente insegura, as demais afirmaram se sentir inseguras.

Figura 7 - Alternativa 3



Considerações finais

Sabendo-se da complexidade do sistema carcerário tocantinense, a presente pesquisa buscou apresentar dados e levantar um questionamento sobre o contexto social envolvendo a pessoa do preso, a sociedade e a informação de determinado assunto, que por vezes é recorrente no Estado do Tocantins.

A partir da pesquisa foi possível identificar que grande parte das pessoas sentem insegurança ao se depararem com esse tipo de informação. Além disso, as mulheres afirmaram sentir mais insegurança quando comparadas aos homens. Dessa forma, é possível que o indivíduo tome alguma

medida a partir da informação, como por exemplo, evitar sair de casa, restringir a vida social e política, a adoção de maiores cuidados em atividades de rotina fora dos muros da casa em que habita, trabalha, etc.

Nada obstante, importante ressaltar que esta pesquisa serve de quadro amostral, não restringindo o âmbito para outros aprofundamentos ainda capazes de serem explorados, afim de identificar cada porquê das respostas, ou seja, identificar de onde surge a insegurança de cada pessoa, se se trata de mero senso comum ou se o indivíduo pesquisando realmente já passou por alguma experiência negativa e tenha motivos justificadores da sensação de insegurança.

Identificar a presença da pré-ativação também é possível quando se trata de matérias jornalísticas, é dizer, qualquer ação que estimule uma pré-ativação. Neste caso, ilustradamente, comprovou-se que notícias sobre fuga de presidiários podem ocasionar efeito *priming* em alguma medida em certas pessoas de forma consciente, em outras não.

Referências

- AGGARWAL, P., & MCGILL, A. L. (2012). **When Brands Seem Human, Do Humans Act Like Brands? Automatic Behavioral Priming Effects of Brand Anthropomorphism.** *Journal of Consumer Research*, 39(2), 307-323.
- BARGH, J. A., & CHARTRAND, T. L. (2000). **Studying the mind in the middle: a practical guide to priming and automatic research.** *Handbook of Research Methods in Psychology*. Reis H and Judd C, Editors. Cambridge University: New York.
- BRASIL. **RELATÓRIO:** levantamento nacional de informações penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_2211.pdf>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.
- BRASIL. **RELATÓRIO:** levantamento nacional de informações penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

BRASIL. **RELATÓRIO DE GESTÃO**: supervisão do departamento de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas- DMF. Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/04/23902dd211995b2bcb8d4c3864c82e2.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

BRASIL. Lei de execução penal. Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984.

DECOSTER, Jamie; CLAYPOOL, Heather M. **A meta-analysis of priming effects on impression formation supporting a general model of informational biases**. Personality and social psychology review, v. 8, n. 1, p. 2-27, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis. Editora Vozes, 1987.

GALVÃO, F. H. **Efeito da exposição ao priming de marca esportiva na propensão ao risco em decisões subsequentes**. (Mestrado) PósGraduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, 120f.

JACOBY, L. L.; DALLAS, M. (1981): **On the relationship between autobiographical memory and perceptual learning**. Journal of Experimental Psychology: General, 110, 306-340.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar – duas formas de pensar**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro. 2011.

KAHNEMAN, Daniel; FREDERICK, Shane. Representativeness revisited: Attribute substitution in intuitive judgment. **Heuristics and biases: The psychology of intuitive judgment**, v. 49, 2002.

KLATZKY, Roberta L. **Human memory: Structures and processes**. WH Freeman, 1975.

LARAN, J., DALTON, A. N., & ANDRADE, E. B. (2011). **The Curious Case of Behavioral Backlash: Why Brands Produce Priming Effects and Slogans Produce Reverse Priming Effects**. Journal of Consumer Research, 37(6), 999-1014.

MACHADO, Vitor Gonçalves. **Análise sobre a crise do sistema penitenciário e os reflexos do fracasso da pena de prisão**. Disponível em < http://www.derechoycambiosocial.com/revistao33/a_crise_do_sistema_penitenci%C3%A1rio.pdf >. Acesso em 01 de Setembro de 2019.

MELLO, Priscilla Macedo da Motta. **A problemática do sistema penitenciário e os fins da ressocialização**. In: Revista da Escola da Magistratura do Distrito Federal, n. 07, Brasília, p. 335-342, 2002.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**: comentários à Lei n° 7.210, de 11-7-84. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Capítulo 6

A construção dos estereótipos indígenas por meio da aplicabilidade do efeito priming

*Débora dos Santos Gomes*¹

*Kamily Glória Pantoja*²

Introdução

Desde muito tempo, a sociedade utiliza rótulos para padronizar determinados grupos de indivíduos, – esse “carimbo” é conhecido como estereótipos, ou seja, são as percepções ativadas pelo sistema cognitivo quando se é processado as primeiras impressões do outro sujeito. O teórico indiano Homi K. Bhabha, no livro “O Local da Cultura” de 2013 elucida que “o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade” (p. 130), desse modo, pressupõe-se que ao generalizar as características dos indivíduos de forma homogênea, tem como consequência projeções negativas, seja como forma de preconceito ou discriminação.

Dentre os grupos sociais afetados diretamente pelos estereótipos existentes podemos citar os indígenas. Visto que, desde o período da colonização o imagético desses indivíduos é associado quase sempre de

¹ Mestranda em Comunicação e Sociedade (PPGCom) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Possui bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), campus Parintins. E-mail: deboradsgomes@gmail.com.

² Mestranda em Comunicação e Sociedade (PPGCom) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Possui bacharelado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), campus Parintins. E-mail: kamily.gpantoja@gmail.com

forma pejorativa, seja como selvagem, preguiçoso, primitivo e assim por diante.

Partindo desse pressuposto, o estudo que aqui se segue tem como propósito investigar como ocorre o processo de recepção e assimilação da imagem dos indígenas, para isso foram aplicados questionários com o intuito de verificar a funcionalidade da teoria do efeito priming referentes aos estereótipos. Essa teoria é advinda da área da psicologia e posteriormente integrou os estudos da comunicação, no qual analisa como os indivíduos são afetados por concepções preexistentes no subconsciente. Diversos estudiosos apontam que os meios de comunicação e informação tem papel preponderante na construção e reforço dos estereótipos na sociedade.

Diante disso, as discussões acerca da representação social da imagem dos indígenas mostram-se relevante para os estudos da comunicação, pois se trata de uma cultura com elevada potencialidade no Brasil, e que mesmo assim permanece ignorada e discriminada por muitos durante gerações.

Efeito Priming e Estereótipos

O efeito priming ocorre quando o subconsciente recebe estímulos da memória, e que de algum modo interfere na percepção sobre o outro. Mesmo não notando, essa influência acaba por julgar e formar a imagem do indivíduo, seja por conta de questões sociais, ideológicas ou culturais.

Em outras palavras, “priming refers to the effects of the media content on judgments or behaviors of persons in relation to the content” (ROSKOS, 2002, p. 97), desse modo, o sujeito tem a percepção da realidade através de uma “memória recente”. Quanto ao processo fisiológico, esse efeito decorre da ativação das redes neurais que ao visualizar algo, têm uma reação imediata, e espalham o estímulo para as regiões de informação na memória que estão relacionados ou associados ao conteúdo, influenciando, portanto, sua resposta (Bargh; Brownell; Harris, 2009).

As primeiras pesquisas sobre este efeito surgiram a partir do ano de 1949, direcionado para o campo da psicologia, no qual percebeu a

necessidade de compreender traços do comportamento humano. Higgins, Rholes e Jones (1977) foram alguns dos primeiros a usar o termo, e aos poucos estudiosos de diversos lugares do mundo passaram a desenvolver pesquisas sobre tal temática, como é o caso dos pesquisadores da área de comunicação, que viram nela um campo repleto de possibilidades.

Lá pelos anos cinquenta, os cientistas de política tomaram emprestadas da psicologia social as técnicas e definições operativas válidas para medir atitudes e tentaram explicar os efeitos dos meios de comunicação sobre a opinião pública, como se fossem efeitos sobre as atitudes (MONZÓN, 1996, p. 207, tradução nossa).

As definições de “efeito priming” conforme autores e décadas, possuem características distintas. Inicialmente a principal hipótese era de que o sujeito categorizava julgamento ambíguos de acordo com classificações previamente ativadas na memória, e aos poucos os estudos evoluíram interligando palavras para pessoas e objetos, porém ambos partem do mesmo ponto: analisar e compreender o sujeito atrelado a memória e a percepção.

Os avanços nos estudos do efeito priming fizeram com que outras questões envolvendo memória e sujeito fossem abordadas, pois nota-se que a capacidade de associar alguém a um termo está interligada a teoria. Em um estudo denominado “Racial cues and political ideology: an examination of associative priming”, Domke (2007) ressalta que o priming de associação pode ativar uma ligação importante entre as percepções raciais de um indivíduo e a ideologia política.

As pesquisas de Domke (2007) se aplicam não apenas para ideologia política, mas também para questões históricas, culturais e sociais. Mas o priming também pode implicar em questões negativas ao ser humano, pois modifica “the incidental activation of knowledge structures such as tractions, concepts and stereotypes by a contextual situation” (BARGH; CHEN; BURROW, 1996, p. 230). No que se refere a esses aspectos éticos, Treviño (1986) esclarece que o priming atuaria modificando as normas éticas pelas quais os indivíduos julgam certas pessoas ou situações.

Teóricos como Stafford e Martin (1995) e Bargh (2006) discorrem que este efeito interfere em questões sociais, e a imposição desses estereótipos podem implicar em mudanças e situações cotidianas.

Para Bargh (1999) os estereótipos são considerados “monstros cognitivos” que afetam a interação social humana e que são ativados involuntariamente. O autor se refere aos diversos grupos sociais que acabam excluindo e se distanciando por conta da primeira percepção ocasionada pelo subconsciente. Conforme pode ser evidenciado abaixo:

A ativação de associações mentais, como um tipo específico de processo cognitivo automático, também tem outra importante característica, o fato de que estas associações são agnósticas a respeito da validade, ou valor de verdade, dessa associação. Ou seja, associações mentais podem ser ativadas independente da crença ou concordância a respeito dessa associação. Em conjunto, essas considerações implicam que associações como “mulheres são dependentes” ou “árabes são maus” podem ser ativadas na mente de alguém sem nenhuma intenção, mesmo se a visão consciente desta pessoa seja de que “a maioria das mulheres são fortes” e “a maioria dos árabes são bons” – contanto que essa pessoa tenha sido consistentemente exposta a imagens culturais que reforçam estas associações automáticas e preconceituosas (BODENHAUSEN; TODD; RICHESON, 2009, p. 112, tradução nossa).

Tal conjuntura pode ser corroborada em um estudo elaborado por Dixon e Linz (2000) intitulado como “Race and Misrepresentation of Victimization on Local Television News”, no qual evidencia de que modo o efeito priming interfere em questões éticas voltadas ao preconceito e generalização. Foi realizada uma análise de notícias televisivas transmitidas em Los Angeles e Orange County. Os dados apontaram que as pessoas de pele branca são mais propensas do que os afro-americanos e latinos a serem retratados como vítimas de crime na televisão. Além disso, esses dois últimos grupos são mais propensos a serem retratados como infratores.

Assim sendo, pode-se dar ênfase na vitimização de pessoas brancas, dando-se a entender que são superiores aos negros. Consequentemente essa discriminação acaba por influenciar o conteúdo dos meios de comunicação em massa, através das relações de poder dos donos destes veículos,

fazendo ainda com que seja repassada aos telespectadores uma visão carregada de preconceitos e estereótipos.

Tais conceitos pré-estabelecidos culturalmente (ou não), faz com que o sujeito ao assistir, ler ou ouvir, têm uma memória imediata sobre o que presenciou, fazendo com que implique em seu julgamento ou ação. Isso faz com que um indivíduo, após este estímulo, ative parte da memória, caracterizando-o como bom ou ruim. (Bargh, 2006; Hebb, 1949).

Desse modo, diversos meios de comunicação tornaram-se alvo de múltiplos estudos e críticas, ocasionadas principalmente devido a mensagens consideradas como ofensivas por envolver algum tipo de violência, estereótipos e (sub) representação de diferentes grupos.

Vale destacar que esses meios não são causadores da violência, porém, devido à grande influência perante a sociedade, algumas vezes acabam por difundir-la (BURNET, 1971), tal afirmação pode ser mencionada quanto aos estereótipos no meio de comunicação. O favorecimento à elite faz com que as matérias sejam veiculadas algumas das vezes de forma distorcida, contribuindo assim na exclusão das classes minoritárias, principalmente quando se trata dos indígenas, que até os dias de hoje lhes são empregados estereótipos de séculos passados.

3 Estereótipos Indígenas

Os povos indígenas assumem papel preponderante na história de formação do território brasileiro, uma vez que foram os primeiros habitantes. Atualmente, segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro realizado pelo IBGE no ano de 2010, estima-se que a população indígena equivale a mais de 800 mil habitantes, representando um total de 305 etnias diferentes, além disso, foram registrados no país 274 línguas indígenas.

Contudo, mesmo diante da representatividade que esses povos assumem, ainda prevalece para grande parte da sociedade brasileira uma visão estereotipada, advindas da época da colonização portuguesa.

Tratando acerca dessa temática, o antropólogo José Bessa Freire escreveu no ano de 2002 o texto: “Cinco ideias equivocadas sobre os índios”, com o intuito de apresentar os principais pensamentos errôneos existentes sobre os indígenas.

O primeiro equívoco elucidado pelo autor é do “índio genérico” – ou seja, é uma situação bem comum a desconsideração da pluralidade étnica dos povos indígenas, no qual se resume apenas ao “índio”, como se todos pertencessem a mesma cultura, o que não é o caso. Os “índios” nunca se autodenominaram assim, esse nome foi dado pelos navegadores europeus que achavam que haviam chegado a Índia, contudo estavam na América e assim chamaram os nativos dessa região. Desse modo, a diversidade cultural desses povos é tratada de forma homogênea e tal pensamento ainda é disseminado por muitos na atualidade. Mas, não se pode esquecer que “o genérico apaga as diferenças. O ‘índio’ deixa de ser Tukano, Desana, etc. para se transformar simplesmente no ‘índio’” (FREIRE, 2002, p.4).

O segundo equívoco é tratar a cultura indígena como “atrasada”, o antropólogo reflete que essa ambiguidade veio dos colonizadores que se julgava ser uma cultura “superior” e abolia a das demais. Freire (2002) reflete que os povos indígenas produziram diversos saberes, assim suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo imaginavam os colonizadores e como ainda pensa muitas pessoas. Partindo desse pressuposto, a sociedade não deve pré-julgar a cultura indígena como “atrasada” apenas por desconhecê-la, uma vez que seja na literatura, artes, música, ciências etc. os indígenas possuem suas próprias particularidades e partilham por gerações seus saberes.

O terceiro equívoco é sobre a cultura desses povos serem “congeladas”, de acordo com Freire (2002) muitos brasileiros associam a imagem dos indígenas como aquelas retratadas nos livros de história: de tanga, com pinturas corporais e segurando arco e flecha nas mãos. E desse modo, “congelam” em suas mentes esse imaginário, “esquecendo” que a cultura é dinâmica, e, portanto, os indígenas, assim como as demais culturas vão mudando ao longo do tempo. Como grande parte desses povos não vivem

isolados e se encontram muitas das vezes próximos dos centros urbanos a tendência é se deslocarem para essas localidades e se adaptarem de acordo com o meio social. Jesus (2011) salienta que a sociedade ao se deparar com indígenas portando calça jeans e um tênis de “marca”, cursando universidade, logo afirmam terem “perdido a cultura” e deixando de serem indígenas. Todavia, isso nada mais é do que uma hipocrisia, como explica Freire (2002, p. 12-13):

Então, o brasileiro pode usar coisas produzidas por outros povos - computador, telefone, televisão, relógio, rádio, aparelho de som, luz elétrica, água encanada - e nem por isso deixa de ser brasileiro. Mas o índio, se desejar fazer o mesmo, deixa de ser índio? É isso? Quer dizer, nós não concedemos às culturas indígenas aquilo que queremos para a nossa: o direito de entrar em contato com outras culturas e de, como consequência desse contato, mudar.

O quarto equívoco trata-se sobre os indígenas pertencessem somente ao passado. Para Freire (2002) de fato eles pertencem a história antiga do Brasil, contudo também fazem parte da contemporaneidade e representam a grande riqueza cultural brasileira. Nesse sentido, os povos indígenas possuem tanto direitos como qualquer um e merecem serem tratados com respeito, o que muitas vezes não acontece, pois muitos acreditam que os indígenas possuem privilégios desnecessários e que deviam até ser exterminados. Ressalta-se que entre os séculos XVI ao século XX a população indígena sofreu um agravante decréscimo passando de milhões de habitantes para a casa dos milhares, diversos historiadores apontam que os extermínios, foi uma das principais causas para tal diminuição. E somente a partir da década de 1980 que a população indígena voltou a crescer.

O quinto equívoco é sobre os brasileiros não se considerarem “índios” apenas por mero preconceito étnico contra essa cultura, e associam sua identidade apenas com a matriz europeia. Todavia, não se pode esquecer que além dos europeus, os africanos e principalmente os indígenas contribuíram significativamente para a formação do povo brasileiro, “além de mais de 220 povos viverem falando suas línguas, mantendo organizações

sócio-políticas próprias, o índio permanece vivo dentro de cada um de nós, mesmo que a gente não saiba disso” (FREIRE, 2002, p. 21).

Em alusão ao texto de Bessa Freire, os antropólogos André Demarchi e Odilon Moraes escreveram no ano de 2015 o texto intitulado “Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles” de modo a apontar outros imagéticos deturpados dos indígenas. O primeiro trata da afirmação que “todo índio é preguiçoso”, assim como os demais estereótipos, esse é advindo do período colonial. Com a chegada dos portugueses, os indígenas foram escravizados de diferentes formas e ao resistirem foram chamados de “preguiçosos”, conforme explica os autores:

Os primórdios dessa ideia rude advêm do contexto de escravização dos povos indígenas, nos tempos em que o Brasil era colônia de Portugal. Evidentemente, em um contexto de extrema opressão a não obediência ao trabalho era vista como preguiça. A preguiça índia pode ser entendida antes como uma forma de resistência a escravidão. Assim, quando se diz que “índio é preguiçoso”, coloca-se em ação uma concepção de trabalho venerada pelos grandes escravocratas brasileiros. A de que trabalho é igual a sofrimento. Sofrimento esse muito lucrativo para quem escraviza. O sofrimento que dá lucro, que produz capital é a mola propulsora do equívoco da preguiça indígena (DEMARCHI; MORAES, 2015, p. 15-16).

Nesse sentido, a difusão desse estereótipo prevalece nos dias atuais, o que muitos não compreendem é que a ética do trabalho dos indígenas é diferente dos não-indígenas, visto que tarefas como a caça, pesca, o manejo do solo etc. já se constitui uma forma de trabalho para eles, no qual é mais interessante usufruir o que produziu do que o desejo incessante do lucro, como ocorre na lógica capitalista.

Outro equívoco apontado pelos autores é de os indígenas serem tratados como “hiper-cidadãos” – com posse de privilégios que o restante da população não possui, dentre elas podemos citar a cota nas universidades e o direito às terras. Para Demarchi e Moraes (2015) esse imaginário na verdade representa a luta desses povos durante séculos pela igualdade de direitos presentes na Constituição Federal.

Além disso, os antropólogos destacam outro estereótipo como dos indígenas serem vistos como “camponeses”, ressalta-se que “essa ideia equivocada, tornada política de Estado durante muitas décadas foi mobilizada como um dos alicerces da política de integração e assimilação dos povos indígenas à sociedade brasileira” (DEMARCHI; MORAES, 2015, p. 17). Com isso, muitas pessoas associam os indígenas apenas associados à zona rural, e o julgam estarem usufruindo demasiadas terras, o que de fato não acontece.

Por fim, os autores encerram o texto destacando outra ideia equivocada de muitos brasileiros, que é a dos indígenas serem utilizados como massa de manobra de diversos setores da sociedade, como se suas vozes fossem silenciadas por outrem. Dentre eles destacam-se: os antropólogos, as ONGs, a Funai, lideranças da esquerda e assim por diante. Contudo, para Demarchi e Moraes (2015, p. 20) “essa estratégia de eliminação da capacidade de pensar politicamente de modo autônomo e referendado em uma rica tradição cultural, esvazia os povos indígenas de seus discursos e práticas singulares de resistência”.

Portanto, conforme foi apresentado pelo presente tópico, é notório que mesmo depois de séculos após a colonização no Brasil, ainda assim muitos estereótipos permanecem “vivos” no imaginário de grande parte da população.

Hipóteses

Com base no que foi apresentado acima sobre a teoria do efeito priming e aplicabilidade de métodos para verificar sua participação nos processos midiáticos, o estudo que aqui se segue, parte de duas hipóteses:

H1. Averiguar se os participantes da pesquisa atrelam a imagem dos indígenas da atualidade aos estereótipos que lhes eram empregados no período colonial

Os meios de comunicação exercem um papel fundamental na formação de opinião pública, além de influenciar na produção de sentidos do

sujeito, sendo este um dos pontos do efeito priming, portanto, a segunda hipótese baseia-se no seguinte enfoque:

H2. Verificar se a mídia contribui para a desconstrução dos estereótipos indígenas

Percurso Metodológico

Para obter êxito no projeto, precisa-se apropriar de métodos e técnicas que são fundamentais para sustentar um estudo, pois elas organizam todas as possibilidades de ação do investigador para conseguir as informações desejadas. Daí a relevância em utilizar uma metodologia adequada para cada tipo de estudo, a fim de que o objetivo seja alcançado.

Portanto, no que se refere as bibliografias usadas sobre a teoria do efeito priming, buscou-se embasar em teóricos como Hebb (1949), Roskos (2002) e Kinder (1987). Quanto as bibliografias envolvendo estereótipos e povos indígenas foi fundamentado em pesquisas de Freire (2002), Demarichi e Moraes (2015) e Bargh (1999).

Trabalhos como o de Stafford (1995), David Domke (2001) e Dixon e Linz (2000), serviram como aporte na aplicabilidade e exemplificação do efeito priming. Ambas as pesquisas foram fundamentais para verificar de que modo a teoria se aplica e se faz presente no cotidiano de pessoas enquanto sujeitos sociais.

Partindo dessa conjuntura, usamos como método, a aplicação de questionários que tiveram como finalidade analisar por meio de dados quantitativos, como os indígenas são vistos por parte da sociedade. Quanto aos participantes, teve como critério de seleção, pessoas com idade acima de 15 anos. Os questionários foram produzidos na plataforma Google Drive e divulgados em grupos de WhatsApp – visto que o aplicativo é uma mídia que abarca diversas faixa etárias.

Cada pergunta foi elaborada com o intuito de movimentar as lembranças do participante sobre imagens que remetiam a figura indígena, para que pudesse fazer um resgate memorial. Os questionários foram aplicados no período de três dias, e no total foi obtido o quantitativo de 185

respostas. A partir disso, pode-se evidenciar no tópico seguinte os resultados da pesquisa.

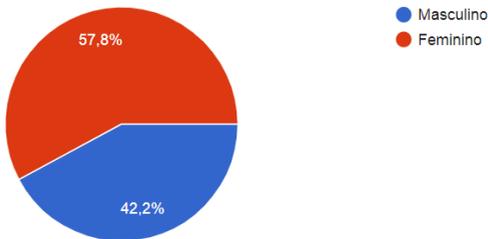
Análise e Discussão

Após a aplicação dos questionários, os dados quantitativos foram gerados automaticamente no Google Drive, formando-se gráficos. Desse modo, na primeira pergunta referente ao sexo do participante, verificou-se que mais da metade eram do público feminino, representando o total de 57,8 % enquanto que 42,2 % foram do sexo masculino, conforme pode ser observado:

Gráfico 1 - Público da pesquisa

Sexo

185 respostas



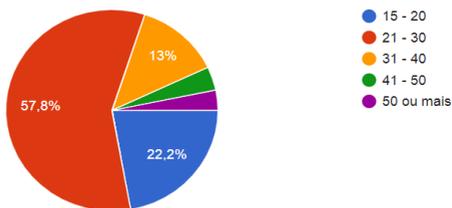
Fonte: elaborado pelas autoras

No que tange a faixa etária, o maior número de pessoas que responderam o questionário possui idade entre 21 a 30 anos, totalizando 57,8% dos dados. Já o segundo ficou registrado com pessoas de 15 a 20 anos (22,2%), ou seja, a maioria dos participantes da pesquisa são jovens.

Gráfico 2 – Faixa etária dos participantes

Idade

185 respostas



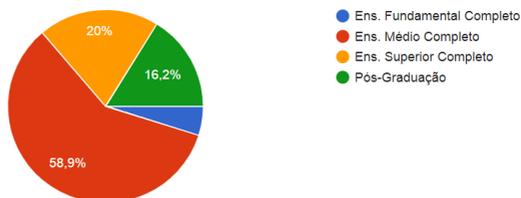
Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto ao nível de escolaridade, 58,9% dos participantes possuem ensino médio completo, enquanto 20% possui ensino superior. Com esses dados e os obtidos acima, pode-se traçar um perfil, e afirmar que a maioria das participantes são mulheres jovens que por possuírem um nível de escolaridade, apresentam concepções e opiniões preestabelecidas sobre diversos assuntos.

Gráfico 3 – Escolaridade do público

Escolaridade

185 respostas



Fonte: elaborado pelas autoras

Após traçar o perfil da maioria dos participantes foi realizada as análises para compreender de que modo a teoria do efeito priming pode ser aplicada quanto a ativação da memória do sujeito referente aos estereótipos dos indígenas.

Diante disso, o primeiro questionamento foi sobre qual a primeira imagem que o público remete ao lembrar dos indígenas, para isso utilizamos duas representações. A primeira trata-se de indígenas que vivem em comunidades urbanas trajando roupas de “brancos” em momentos de distração. Como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 1 - Imagem do questionário



Fonte: internet

Por sua vez, a segunda imagem é de indígenas com pinturas corporais e segurando arco e flecha nas mãos, bastante comum nos séculos passados: do ser selvagem e que vive na floresta.

Figura 2 - Indígenas da novela “Novo Mundo”



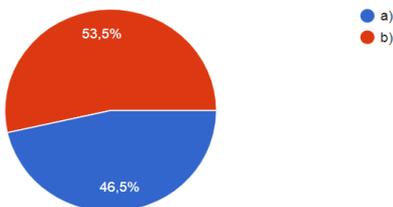
Fonte: internet

Os participantes ao responderem sobre qual das imagens anteriores lhe remetiam aos indígenas, assinalaram a segunda opção –, com o total de 53,5%, enquanto que a primeira ficou com 46,5%. Assim, os dados revelaram a ativação do efeito priming na memória dos indivíduos, influenciados muitas das vezes pela representação que a mídia faz sobre os indígenas, uma vez que na segunda imagem se trata de atores da novela “Novo Mundo” do ano de 2017. Logo, os participantes ao visualizar as duas figuras, associaram involuntariamente sua “memória recente” com o que mais costumam assistir na televisão. O gráfico abaixo mostra os resultados do estudo:

Gráfico 4 - Identificação de possíveis estereótipo indígenas

Qual das imagens abaixo, lhe remete a figura de um indígena?

185 respostas



Fonte: elaborado pelas autoras

A segunda questão foi elaborada com o intuito de verificar se o efeito priming pode ser empregado a mulher indígena e aos estereótipos que lhes cercam, visto que as características físicas atribuídas as indígenas fazia com que houvesse generalização entre elas.

O priming aponta que ao visualizar uma imagem nossa memória é ativada para assemelhá-la e julgá-la com algo visto alguma vez.

Nesse sentido, pelo fato das indígenas possuírem o estereótipo físico de cabelos longos e compridos, andarem sempre adornadas de penas e com pinturas corporais, a próxima questão usou esta representação em uma das figuras.

Assim, a primeira imagem é da Giulia Buscacio que representava a índia Jacira na novela Novo Mundo. A atriz possui estereótipos de mulher

indígena, encontra-se em uma floresta, segurando um pássaro, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 3 - Atriz que interpretou a indígena “Jacira” em novela da rede Globo



Fonte: internet

Em contrapartida, a segunda imagem trata-se de uma indígena que se diferencia dos padrões já citados, trata-se de Sônia Guajajara, figura pública e de destaque em causas ativistas dos direitos indígenas. Sônia possui cabelos ondulados e curtos, e na figura encontra-se sentada em uma bancada do parlamento brasileiro.

Figura 4 - Ativista Sônia Guajajara no parlamento



Fonte: internet

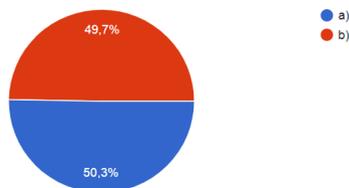
Conforme a pergunta “qual das mulheres abaixo representa melhor a figura de uma indígena” a maioria dos participantes (50,3%) escolheram

a foto de Sônia Guajajara, enquanto 49,7% escolheu a imagem apresentada pela emissora. Percebeu-se que mesmo sendo pouca diferença, o estereótipo de mulher indígena não influenciou nas respostas. Vale destacar que, a maioria do público que respondeu são mulheres, e a partir disso, levantou-se a hipótese de que as questões atuais do movimento feminista no Brasil pode ter implicado para que não houvesse efeito priming, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Questionamento acerca da representação feminina aos participantes

Em sua opinião, qual das mulheres abaixo representa melhor a imagem de uma indígena?

185 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras

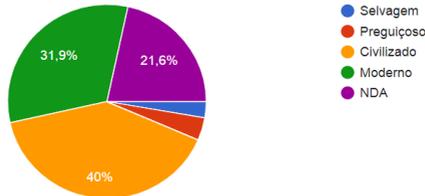
Pelo fato dos estudos sobre efeito priming envolverem palavras que ao entrar em nosso subconsciente associam a imagens, a próxima questão buscou compreender de que modo um termo ao ser lido pode se assemelhar a uma imagem memorial. Nesse sentido, foi elaborada a seguinte pergunta: Em sua opinião, qual adjetivo define melhor os indígenas da atualidade?

O adjetivo escolhido pela maioria dos participantes foi o “civilizado” com 40% dos votos, e o segundo foi “moderno” com 31,9 %. Tal comparação dá-se pelo fato de muitos ainda assimilarem a representação do indígena como um ser “domesticado”, visto que essa visão estereotipada deve-se ao período colonial, quando os indígenas inicialmente eram vistos como selvagens e que após a catequização foram “domados”. Portanto, a imagem de um indígena enquanto sujeito moderno não se associou a percepção dos participantes, notando-se assim a aplicação do efeito priming, como pode se observar na imagem abaixo:

Gráfico 6 – Qualidade dada aos participantes para definir os indígenas

Em sua opinião, qual adjetivo define melhor os indígenas da atualidade?

185 respostas



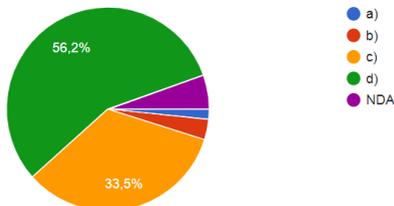
Fonte: elaborado pelas autoras

A última questão teve por intuito analisar se os meios de comunicação, descontroem ou reforçam estereótipos acerca da representação de um sujeito. Portanto, com base na pergunta “Qual das mulheres abaixo se trata de Joênia Wapichana, a primeira indígena eleita deputada federal do Brasil? Percebeu-se que a mídia exerce influência não apenas na construção (como foi apontado anteriormente), mas também na desconstrução de estereótipos, pois a maioria das respostas (56,2%) acertou ao identificar a deputada, desclassificando uma segunda alternativa, que era uma mulher usando um cocar (acessório indígena), conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Questionamento sobre quem é deputada indígena

Qual das mulheres abaixo se trata de Joênia Wapichana, a primeira indígena eleita deputada federal no Brasil?

185 respostas



Fonte: elaborado pelas autoras

Diante do que foi apresentado o estudo identificou que a hipótese 1 de: “Averiguar se os participantes da pesquisa atrelam a imagem dos indígenas da atualidade aos estereótipos que lhes eram empregados no período colonial” é válido, uma vez que dentre as quatro perguntas acerca da representação dos indígenas, em duas houve o efeito prime na construção de estereótipos, ou seja, mesmo depois de séculos, grande parte da sociedade ainda remete a primeira imagem dos indígenas associadas ao passado de forma pejorativa.

Por sua vez, na hipótese 2: “Verificar se a mídia contribui para a desconstrução dos estereótipos indígenas” também foi confirmada, pois mais da metade dos participantes reconheceram sobre quem se tratava a primeira indígena eleita deputada federal no Brasil, assim, os meios de comunicação colaboram para a formação de uma imagem positiva acerca de personalidades indígenas que se inserem no cenário político.

Considerações Finais

A teoria do efeito priming que teve seu início na área da psicologia e posteriormente passou a integrar os estudos da comunicação nos mostra a relevância em se compreender como os estereótipos são formados no imaginário da sociedade. São esses julgamentos capazes de criar preconceitos e discriminação em diferentes grupos sociais, como é o caso dos indígenas – objeto de estudo da presente pesquisa.

A aplicabilidade da teoria mediante a utilização de questionários entregue para participantes de diferentes gerações, evidenciou que nos dias atuais ainda prevalece a visão estereotipada dos indígenas.

Quando se pensa na primeira imagem desses indivíduos, os participantes associaram àquela aprendida nos primeiros anos da escola, do indígena de tanga, usando cocar na cabeça e segurando arco e flecha nas mãos, o que só colabora para a disseminação errônea que a cultura desses povos não passa por modificações.

Por sua vez, ao se tratar da representatividade da mulher indígena o resultado apontou que a da ativista Sônia Guajajara, discursando no parlamento é a que melhor representa essa classe, dentre as hipóteses para tal escolha pode se atribuir ao movimento feminista, que incentiva para que as mulheres assumam cargos de lideranças.

No que tange a pergunta sobre quem é Joênia Wapichana os participantes mostraram conhecê-la, o que evidencia a relevância dos meios de comunicação na propagação de informações sobre a inserção dos indígenas em cargos públicos e em outros setores.

Referências

- BARGH, J. (2006). What have we been priming all these years? On the development, mechanisms, and ecology of nonconscious social behavior. *European Journal of Social Psychology*, 36(2), 147-168.
- Bargh, J. A., Brownell, K. D., & Harris, J. L. (2009). **Priming effects of television food advertising on eating behavior.** *Health Psychology*, 28(4), 404-413. doi: 10.1037/a0014399
- BARGH, J.A., & Chartrand, T.L. (1999). **The unbearable automaticity of being.** *American Psychologist*, 1999, v. 54, no. 7, 462-479.
- BARGH, Jhon A; CHEN Mark; BURROW, Lara. Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of personality and social psychology*, v. 71, n. 2, p.230, 1996.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BODENHAUSEN, G. V. ; Todd, A. R. & Richeson, J. A. (2009). **Controlling prejudice and stereotyping. Antecedents, mechanisms and contexts.** In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 111-135). New York: Psychology Press Borine.
- BURNET, Mary. **Meios de informação e violência.** Tradução: Maria Otilia Frazão. Lisboa: Edições 70, 1971.

DEMARCHI, André; MORAES, Odilon. **Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles.** In: Reijane Pinheiro da Silva (Org). Povos Indígenas do Tocantins: Desafios contemporâneos. 1 ed. Palmas: Nagô, 2015, v 1, p. 31-53.

DIXON, Travis; LINZ, Daniel. **Race and Misrepresentation of Victimization on Local Television News.** 2000. Sage publication.

DOMKE, David. **Racial cues and political ideology:** an examination of associative

FREIRE FILHO, João. **Mídia, estereótipos e representações das minorias.** ECO-PÓS, vol.7 n° 2, p. 23, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. 2002. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio.** Cenesch Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, v. 1, p. 17-33.

HEBB, D. O. (1949). **The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory.** (McGill University, Ed.) Journal of applied behavior analysis. New York: John Wiley & Sons.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** ANPUH, São Paulo: julho de 2011.

MONZÓN, Cándido. **Opinión pública, comunicaci3n y pol3tica.** Madrid, Tecnos, 2000.

priming. *Communication Research* 2001; 28; 772.

ROSKOS-EWOLDSSEN, B; DILMMAN CARPENTIER, F. **Media priming: a synthesis.** Bryant e Zilmann 2002: p. 97-120.

STAFFORD; Thomas F; LEIGH, Thomas W; MARTIN; Leonard L. **Assimilation and contrast priming effects in the initial consumer sales call.** *Psychology & Marketing* (1986-1998); Jul 1995; 12, 4; ABI/INFORM Global. pg. 321.

TREVIÑO, L. K. (1986). **Ethical decision making in organizations: a person-situation interactionist model.** *The Academy.*

Capítulo 7

Política e memória pós 1988: a chamadas de capa dos jornais impressos do estado de Roraima

*Cyneida Menezes Correia*¹

*Luís Francisco Munaro*²

Introdução

Valendo-se da definição dada por Alberto Dines (1986) de que o jornalismo é “a técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias”, espera-se que seja possível mergulhar no passado por meio dos registros jornalísticos existentes durante o período de Roraima era estado e buscar a compreensão da realidade daquela época. Segundo Dines (1986), situações cotidianas e insignificantes podem ser “tão minuciosamente devassadas a ponto de se tornarem registro sobre a época e as próprias forças da história”.

Fazendo um paralelo com a obra “Dos meios às mediações”, de Jesus Martin-Barbero (1987), que apesar de desenvolver um assunto diferente do proposto por Dines em “O papel do jornal”, apresenta em determinado momento ideia semelhante, entende-se que a análise de uma publicação pode fazer grandes revelações a respeito da cultura de um povo e da realidade de uma época. Assim afirma o autor,

¹ Jornalista em Roraima, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRR). Email: cyneida@gmail.com

² Professor-Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRR). Email: luis.munaro@ufr.br

Podemos encontrar nos folhetins, tudo aquilo que ficou ausente ou reprimido nos discursos oficiais da cultura e da política. Uma voz afetada, sentimental, moralista e muitas vezes reacionária, mas, por fim, uma voz por meio da qual se expressa o rouco submundo que nem à direita culta e nem à esquerda política pareceu interessar (Martin-Barbero, 1987, p. 198).

Para realizar esta pesquisa pretende-se fazer um caminho parecido e os jornais existentes no período em que Roraima se tornou estado oferecem as condições necessárias para tal estudo, pelo fato de o estado possuir uma imprensa que, apesar de remontar ao início do século passado, parece sofrer da mesma falta de identidade, de linha, de características claramente definidas.

A imprensa roraimense passou por diversas fases – opinou, denunciou, divulgou, informou, defendeu interesses do povo, defendeu interesses das autoridades – e foi expoente de jornalistas com as mais diferentes propostas de trabalho. Nessa história, durante o período analisado, destacam-se, para citar algumas empresas, os jornais Brasil Norte, O Diário e Folha de Boa Vista. A única empresa jornalística ainda em funcionamento, como é o caso da Folha, arquiva ela mesma as suas publicações, mas um levantamento preliminar para esta pesquisa deu conta de que a preocupação com a manutenção do acervo é algo recente, pois foi pago a um pesquisador para digitalizar todo o material existente na Folha.

Existe uma grande dificuldade no levantamento de jornais mais antigos por conta das más condições de conservação dos materiais históricos na cidade e da falta de iniciativas no sentido de se criar e manter um memorial, no entanto, a compilação de tal acervo irá figurar como um trabalho pioneiro.

A vantagem de recorrer à imprensa, seja antiga ou contemporânea, é que tais registros, como exige a técnica jornalística, vão além dos depoimentos e oferecem o que Dines (1986) chama de circunstância circunstanciada, ou seja, apresentam mais do que uma visão pessoal do autor ou do espectador, mas o fato minuciosamente exposto em todos os

detalhes, o que permite uma investigação mais abrangente e o desejado mergulho em busca de pequenos detalhes que compõem a realidade.

A pesquisa também permite perceber a linha editorial dos jornais analisados, os recursos usados pelos jornalistas na hora de fazer críticas à política, o jeito de fazer jornalismo numa cidade do interior em uma época em que as escolas de comunicação ainda apenas sonhavam em existir, além de relacionar Roraima do início do século à Roraima do século XXI, com tantas semelhanças e diferenças.

Jornalismo, História e Política

Para Wolf (2003), os meios de comunicação exercem um papel importante no processo social, pois interagem com as estruturas sociais e culturais durante a formação de opinião de uma comunidade, sendo um elemento a mais que influencia e recebe influências da sociedade em que está atuando.

A investigação em desenvolvimento tem o jornalismo impresso em Roraima como objeto de pesquisa, e este artigo está focado no conteúdo das matérias publicadas nas capas dos jornais encontrados no período desde que Roraima tornou-se estado (1986-2019). O exame dos temas e do tom opinativo com o qual eles foram tratados no periódico, parte do pressuposto de que a mídia é parte importante do conjunto de aspectos que caracterizam a sociedade.

Em relação ao modelo de teoria da comunicação aqui tomado como referência, concorda-se com Wolf (2003), quando salienta que, “[...] as estruturas sociais externas ao sistema dos meios de comunicação de massa e as condições históricas específicas são elementos essenciais para compreender as práticas da mídia”.

Para o uso dos jornais como objeto de pesquisa, também se utiliza o referencial teórico proposto por Bourdieu (2003), segundo o qual a mídia pode ser entendida como atuante no campo jornalístico que é bastante atrelado ao campo político. Examinando-se a história da imprensa no

Brasil, percebe-se o quanto os primeiros periódicos, surgidos no século XIX, continham um conteúdo quase que exclusivamente político-partidário – no caso dos jornais fundados por políticos ou pessoas ligadas a grupos políticos, que eram maioria no estado.

Conforme Ribeiro (2003, p. 156), o aspecto político exerce um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas, que buscaram a viver do que ganhavam com comerciais, venda de anúncios e classificados mas estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia, por isso os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência dessas empresas, fosse através de créditos, incentivos e até mesmo publicidade institucional.

Com a exposição de referenciais teóricos esclarecidos por Wolf (2003) e Bourdieu (1997) e com a caracterização da imprensa roraimense a partir dos estudos de Ribeiro (2003), buscaram-se suportes de análise para a investigação que toma os jornais de Roraima enquanto estado como objeto de estudo. Os autores indicam importantes caminhos e cuidados em um estudo sobre a imprensa. A partir de então a contextualização histórica, ao lado do exame das chamadas de capa, torna-se fundamental para compreender seu significado naquele contexto.

Os Jornais Impressos de Roraima

Depois que Roraima se tornou Estado, cerca de 22 jornais surgiram e desapareceram no Estado durante este período. O primeiro jornal a circular foi **O Estado de Roraima (1989)**, que depois passou a se chamar **O Caburái**. Cruz (1998), conta que ele surgiu em setembro de 1989, um ano depois que Roraima tornou-se Estado, e que era de propriedade do ex-senador Romero Jucá Filho, que já havia sido governador no território à época e adotava um jornalismo político de oposição ao Governo de Roraima que era comandado por Ottomar Pinto.”. Em 1993, já com o novo

nome de O Caburaí, o jornal passou a dar apoio para a prefeita Teresa Jucá, até sair de circulação. (CRUZ, 1998)

Nos anos 1990, foram fundados vários jornais, conforme citações de Cruz, (1998) e um deles foi o jornal **Última Hora**, de responsabilidade de Silvio Carvalho e Murilo Souza que deixou de circular na 6ª edição.

O Jornal de Roraima foi criado em 20 de novembro de 1990, pelo jornalista Nilton Oliveira e pelo empresário Alberto Barbosa, e contou com o apoio do governador do então Território Federal de Roraima, Rubens Villar. O jornal circulou em Boa Vista num curto período de tempo. Esse jornal prestou relevantes serviços na campanha eleitoral do candidato a governador da situação: Ottomar Pinto e deixou de circular em 1994.

O jornalista Chagas (1998) relata que o Jornal de Roraima passou por um período de crise financeira, que resultou na mudança de dono e de nome. Passou a chamar-se **Diário de Roraima** e pertencer à empresa de José Mozart M. Silva, cunhado de Marluce Pinto, esposa do governador Ottomar Pinto”. O diretor administrativo, Luciano Brito, admite que as inúmeras interrupções de atividade do jornal deveram-se à propensão política da sua linha editorial e, que os políticos por ela beneficiados não cumpriram com o pagamento das quotas de patrocínio.

O jornal O Diário de Roraima deixou de circular algumas vezes. Foi paralisado no final de 1997, retornando a circular em 4 de fevereiro de 1998, e fechando em 2000.

Em seguida, surgiu o **Correio Roraimense**, fundado em 1993, responsável era o Deputado Avenir Rosas, e teve poucas edições. **O Editorial**, criado pela agência de coordenação de comunicação social, desapareceu na 3ª edição. **O Vira-Volta** Comunicação Popular, surgiu dia 02 de fevereiro de 1996, pertencia a Associação das Entidades Sociais – A.S.E.S, continha artigos sobre bairros associações, medicina caseira e etc.

Em 03 de junho de 1997, deu início à circulação do **Jornal Brasil Norte**, um projeto desenvolvido por Carlos Coelho e Rivaldo Fernandes Neves, ambos dispostos a produzir um noticiário rico em informações, mas sendo considerado pela população roraimense como um canal de

expressão do então governador Neudo Campos. Dificuldades financeiras impediram a continuidade, os anúncios não cobriam as despesas, resultando no fim desse trabalho em 2006.

De acordo com Cruz (1998). “O Jornal Brasil Norte, circulou a primeira vez no dia 04 de junho de 1997 e foi uma idealização dos empresários Carlos Coelho e Rivaldo Neves, que imaginaram a criação de um jornal com um maior número de notícias e diferenciado nas questões políticas. O jornal não é isento da ação partidária, tampouco apolítica, mas tem como compromisso maior informar de informar o leitor”.

O **jornal Monte Roraima**, mantido pela Fundação José Alamano, ligado à Igreja Católica, era o único semanário em circulação em Roraima ligado à igreja católica. Sua linha editorial, até por tradição da Igreja, era de ser de neutralidade política. Ele fechou as portas em 2011 por conta dos problemas financeiros.

O **jornal Roraima Hoje**, caçula dos jornais de Roraima, foi publicado por empresas ligadas ao publicitário Flávio Rabelo (Zenith Publicidade) que em 2014 ele deixou de circular na versão impressa.

O **Jornal da Fronteira** que circulava no Brasil, Venezuela e Guiana em três línguas diferentes, era independente, e tinha como responsável o jornalista Jorge Afonso Ramos, tendo sido editado no Município de Bonfim. Ele encerrou as atividades após a morte do proprietário em 2013.

Cabe acrescentar que, nesse período, vários periódicos marcaram a história da imprensa escrita com breves aparições: **“O Povo – e a cidade” (1991); O “Correio Agrícola” (1994);**

No que diz respeito ao jornal **Folha de Boa Vista**, este teve a sua primeira edição em circulação em 21 outubro de 1983. No início, circulava apenas com uma edição semanal e ainda era impresso em Manaus. Os idealizadores do jornal foram os jornalistas: Fernando Estrela, Cosete Spíndola, Sônia Tarcitano e Cícero Cruz Pessoa.

Em 1998, quando Getúlio Cruz saiu do Governo do Estado, o jornal Folha de Boa Vista atravessava mais uma crise financeira. Esta crise provocou a renúncia dos sócios à proposta de compra por parte do então ex-

governador. Getúlio impôs um novo estilo ao jornal, que voltou a circular três vezes por semana, dispensando parte dos funcionários. Mesmo assim, Soares (1998) diz que as dificuldades financeiras permaneceram, pois além de tudo ainda concorria com o jornal O Estado de Roraima.

A intuição do novo proprietário da Folha de Boa Vista, alinhada à percepção de mercado e perfil dos leitores, fizeram o jornal consolidar algumas mudanças para circulação permanente até hoje. A estabilidade financeira do jornal deve-se, conforme Oliveira (2003, p.16), à coesão familiar: “O caráter familiar atribuído à empresa fez com que, aos poucos, a Folha de Boa Vista fosse conquistando o mercado e se consolidando até transformar-se no veículo de comunicação impresso mais expressivo do estado”.

Discussão dos Resultados

A primeira página poderá funcionar como vitrine para as elites interessadas em figurar nela ou armadilha para as que evitam atrair a atenção mediática. É neste ponto nevrálgico que reside um dos desafios da política e do jornalismo impresso (BOYDSTUN, 2008).

Analizamos as chamadas da primeira página dos jornais recuperados nesse período, e verificamos que tipo de resultados se obtém dessa análise, para responder a pergunta a que se propõe o trabalho: “O que comunicou a política nas primeiras páginas do jornalismo impresso roraimense no período do estado?” e concretizarmos os objetivos definidos na introdução, propomos a análise de conteúdo como técnica de investigação, acolhendo como variáveis o “tema político”, “entre outros.

Para apurar uma amostra representativa, aplicamos o cálculo para populações finitas. Este mostrou, que para um universo médio composto por 25 edições e para um nível de confiança de 95%, era necessário analisar ao menos 12 primeiras páginas (POCINHO, 2009)

As chamadas de primeira página são o cartão de visita do jornal ou publicação, o “espelho da alma do jornal”, sendo o primeiro elemento a ser visto, “a ponta

do iceberg”, a “expressão imagética que primeiro impacta o leitor” agregando em si a responsabilidade e missão de atrair e prender o leitor (TRAQUINA, SILVA e CALADO, 2007).

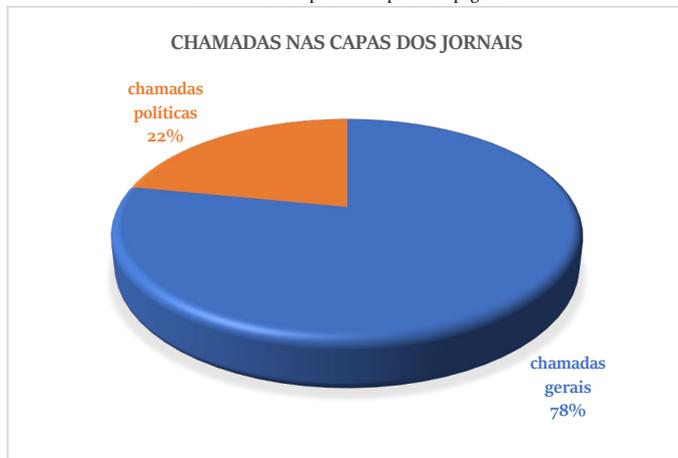
Folkenflik(2011) explica que os tanto os temas, quanto os assuntos e atores travam constantemente uma disputa pela sua colocação nesta página – que pode ser considerada tanto a tribuna quanto o pódio do jornal –, w funcionará como chamariz ou repelente da compra e leitura. Por ser a face do jornal, a primeira página é cobiçada pelas figuras que procuram visibilidade pública, como os políticos, compondo-se como uma plataforma de comunicação

Condensadora de discursos particulares que configuram e revelam o mundo, a primeira página gera enquadramentos interpretativos, leituras do exterior, que contagiam as visões e esquemas conceptuais do leitor sobre a sua envolvência informativa (LÓPEZ-RABADÁN, 2010). É, neste quadro, que a página um pode ser amplamente desafiadora para a política e para a comunicação que analisa a política.

Frequência e peso da política na primeira página

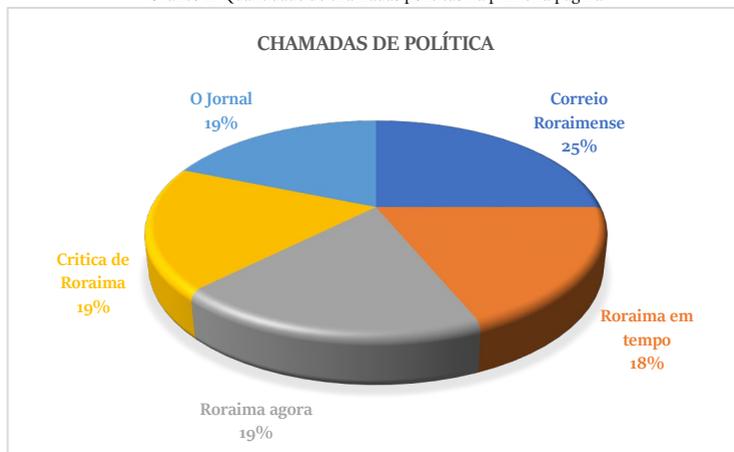
Apesar de encontrarmos registros da história de alguns dos jornais que passaram pelo período analisado, nem todos conseguimos exemplares para serem analisados. Esse trabalho averigua apenas alguns dos jornais encontrados. De um total de 93 chamadas em capas de 15 jornais encontrados no espaço e tempo analisados, 26 chamadas estavam relacionadas a temática política, ou seja, 22% do total. Elas foram identificadas nas primeiras páginas dos jornais encontrados durante este período da história da imprensa escrita de Roraima

Gráfico 1: Tema político na primeira página



Numa comparação do material analisado dentro dos jornais, observou-se que o **Correio Roraimense** teve o maior número de chamadas sobre a temática “política”, quatro de um total de nove manchetes, enquanto que os jornais Roraima em Tempo, Roraima Agora, Critica de Roraima e O Jornal tiveram três chamadas cada um que estavam relacionadas ao tema política.

Gráfico 2: Quantidade de chamadas políticas na primeira página



A maioria dos jornais pontuam preferencialmente os mesmos assuntos: “crítica ao político” “elogio ao político” “crise e oposições políticas” que se tornaram assuntos padrões nas capas analisadas. As notícias sobre política são enquadradas, em geral, em termos de conflito o que segundo Fukuyama (2006) facilita “vender” o jornal e atender aos padrões do equilíbrio da informação política. Por outro lado, a política de confiança aparece no sentido em que o caráter e a confiabilidade do político são elogiados e a personalização ganha valor nesses periódicos.

Tabela 1 – Chamadas políticas das capas dos jornais analisados

Jornais	Chamadas Políticas
A Crítica De Roraima	Governo fica omissivo na falência da agricultura Roraima pensa em comprar gêneros da Venezuela Governo desestrutura Avicultura
Jornal Brasil Norte	sem política
O Caburai	Prefeitura gera 400 empregos
Correio Agrícola	Governo e Basa Investem no Campo
Correio De Roraima	Invasores querem apoio de Deputados
Correio Roraimense	Teresa é a prefeita mais popular do país Governo trabalha para ajudar agricultores Situação em busca de um candidato Gelb Pereira tem programa para Caracarái
Diário De Roraima	Ottomar anuncia programa de incentivo ao esporte
O Estado De Roraima	CRM investiga genro de Ottomar Otoniel quer vantagens para servidores
Folha De Bv	Totó é candidato pelo PFL
O Diário	Ottomar fala de benefícios para Boa Vista
O Jornal	Legislativo quer moralizar salários do judiciário Ottomar garante que consumidores não pagarão instalação elétrica
O Povo	Norte de Roraima está abandonado, diz deputado
Roraima Agora	Conheça este homem: Ottomar Pinto Perseguição na Pm Uso da maquina
Roraima Em Tempo	Deputado quer que governo realize concurso Vários parceiros firmam termo de cooperação técnica na Assembleia Charge Política
Tribuna Do Estado	Teresa manda equipe conhecer as secretarias Édio ou Berinho, qual deles será presidente

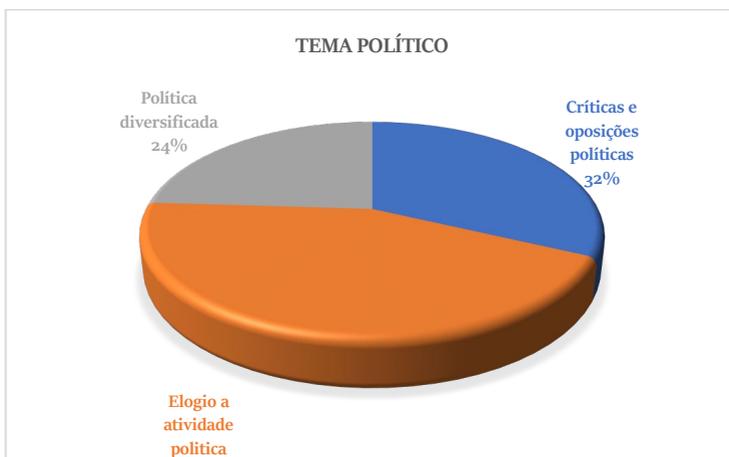
O político demite-se das ações políticas para compor uma personalidade, esta entendida como o referencial transmissível de credibilidade e legitimidade. A cultura da mistificação estereotipa ao ponto de as pessoas acreditarem que “a máscara revela um rosto comum” (SENNETT, 1999, p.

307), potenciando mecanismos de identificação e projeção. “A prática política contemporânea está estreitamente associada à comunicação mediática. A mensagem política, para atingir o cidadão, necessita, cada vez mais, ganhar visibilidade, projeção. E essa visibilidade (...) só se torna viável através da utilização da mídia” (NUNES, 2000, p. 26).

O político, para além de ocupar uma posição de relevo na sociedade, defender os interesses de um corpo social e ideológico, ser um nó na rede e no processo de decisão política que afeta cidadãos e por se incluir entre as pessoas de elite pelo poder que congrega, “espera, deseja e busca sempre a aparição mediática movido pela necessidade de manter-se apto a chegar ou a permanecer em situação de poder” (BARRETO, 2006, p. 19).

Weber explica que o demagogo é forçado a contar com o “efeito que faz” e refere “a vaidade ou, em outras palavras, a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira a mais clara possível, em primeiro plano” (Weber, s. d.,). Dito por outras palavras, conta com o efeito da sua presença/personalização/ imagem na primeira página.

Dos temas políticos encontrados nas capas, as críticas ou chamadas de oposição negativa foram 08, os elogios ou chamadas políticas positivas foram maiores e chegaram a 11 e outras matérias relacionadas ao tema política, consideradas neutras, ou sem possibilidade de aferição, foram 06.



Considerações Finais

A preocupação que muitos profissionais, notadamente os da comunicação, têm apresentado com relação à compreensão do passado e ao resgate da memória é legítima no momento em que “um homem não sabe quem ele é se não for capaz de sair das determinações atuais” (BOSI, 1994, p. 81) e que constitui um ser que precisa de referências para se contextualizar e agir no mundo. O jornalismo “bem feito”, como saliente Dines (1986), analisa as circunstâncias e diariamente fornece uma visão dos fatos e ensaia tendências de forma a dar aos seus leitores um “retrato” do hoje.

A primeira página é a face do jornal cobiçada pelos políticos que anseiam visibilidade pública neste período em que Roraima tornou-se Estado. A partir da presença desses personagens nessas capas, e, buscando apoio em uma amostra representativa, tentou-se revelar um pouco da lógica da política roraimense.

No registro dos resultados a partir do que se analisou de conteúdo, observou-se que o tema político conquistou menos de 25% das primeiras páginas dos jornais analisados no período e nos casos analisados, os elogios aos políticos são a maioria, seguidos pelas críticas políticas aos adversários e assuntos diversos que não se pode aferir ou são neutros.

A política estabelece uma relação positiva com referência a pessoas públicas, a maioria políticos e nos estudos dos jornais percebe-se que as variáveis estatisticamente significativas são a personalização das chamadas, as proximidades e a referência a esse público específico, dando uma maior personalização e significância ao político com quem o jornal tem ligação, que tem chamadas com impacto maior.

Observou-se que as chamadas da primeira página comunicaram fortes atuações políticas positivas e negativas sobre os atores daquele período, que estimularam o leitor a “falar sobre” e até “como pensar” sobre as situações destacadas (LIPPMANN, 1922). Assim, a política e a comunicação política, se uniram para ganhar espaço “nas mentes e nos corações” dos cidadãos roraimenses nas capas desses jornais.

Contudo, essa cobertura é intensamente marcada pelo jogo de interesses e pela “politicagem” e os jornais emergem como o palco tanto do conflito, quanto da integração dessa sociedade com a política, não apenas transmitindo a história dos sujeitos políticos, mas também intervindo nela.

Referências

- BARRETO, E. . **Jornalismo e política: A construção do poder**. Estudos em Jornalismo e Mídia, 3(1), 2006:11-22.
- BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BOURDIEU, Pierre. **A influência do jornalismo**. In.: BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOYDSTUN, A. E. . **How policy issues become front-page news**. A dissertation in Political Science, The Pennsylvania State University, Pennsylvania. 2008
- CRUZ, Jacy Souza. **Jornais impressos de Roraima – 1905 – 1997**. Departamento de Comunicação Social. UFRR. Boa Vista, 1998.
- DINES, Alberto. **O papel do Jornal**. São Paulo: Summus Editorial, 1986
- FUKUYAMA, F. . **The end of history and the last man**. New York: Free Press. 2006
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. “**Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997
- LÓPEZ-RABADÁN, P. & Casero-Ripollés, A. . **La evolución de la agenda mediática española (1980-2010): Un análisis longitudinal de la portada de la prensa de referência**. Revista Latina de Comunicación Social, 67, 2012:470-493.
- NUNES, M. V. **Rádio e política: Do microfone ao palanque: Os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)**. São Paulo: Annablume. 2000

POCINHO, M. **Estatística – Volume I: Teoria e exercícios passo-a-passo**. Retirado de http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/Sebenta_estadistica%20I.pdf. pdf. 2009

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160, 2003.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

SOARES, Jacy Souza Cruz. **Jornais impressos de Roraima – 1905 – 1997**. Departamento de Comunicação Social. UFRR. Boa Vista, 1998.

TRAQUINA, N., Silva, M. T. D. & Calado, V. **A problemática da SIDA como notícia**. Lisboa: Livros Horizonte. 2007

Weber, M. (s. d.). **Ciência e política: Duas vocações**. São Paulo: Cultrix. Outras referências

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Capítulo 8

Arte urbana e os processos educomunicacionais: o estado do conhecimento das produções acadêmico-científicas no período de 2010 a 2019

*Leila Adriana Baptaglin*¹

*Rafaella Luiza Antunes da Silva*²

Introdução

Esta pesquisa consiste no estudo das investigações referentes à Arte Urbana considerando as diversas formas de expressão desse gênero artístico bem como, verificar a existência de projetos artísticos urbanos no contexto escolar. Ao tratarmos do conceito de Arte Urbana temos que levar em consideração sua característica de arte móvel, podendo ser modificada a qualquer momento tanto pela sociedade quanto pela natureza. Desta forma, o seu objetivo é gerar para a sociedade periférica um processo comunicacional e educativo de proximidade com a arte. Ao inserir a Arte Urbana no contexto escolar percebemos que ela não perde o seu significado, pois o ambiente escolar sendo um espaço público nos permite comunicar e ensinar todas as possibilidades de arte para as crianças que podem colaborar tanto no seu desenvolvimento cognitivo, quanto no seu crescimento pessoal.

¹Pós-Doutora em Filosofia e Ciências Humanas em Nuestra América/VZ; Doutora em Educação/UFMS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRR). E-mail: leila.baptaglin@ufrr.br

² Graduada em Administração – Estácio/Roraima; Acadêmica do Curso de Licenciatura em Artes Visuais/UFRR; Bolsista do PIBIC/UFRR, e-mail: rafaella_antunes@hotmail.com

A articulação da Arte Urbana com o ambiente escolar proporciona um olhar para os processos comunicacionais estabelecidos em um lugar comum, a Escola. Assim, o conceito de educomunicação passa a ser trabalhado no sentido de entender os processos que são estabelecidos na comunicação dos sujeitos para com a aprendizagem do trabalho desenvolvido na Arte Urbana.

Portanto, neste estudo objetivamos realizar um estado do conhecimento sobre Arte Urbana e suas diferentes formas de expressões nas dissertações e teses disponíveis no repositório da CAPES entre os períodos de 2010 a 2019. O impulso para a investigação ocorreu pela evidência de escassez de produções referente ao tema da Arte Urbana no ambiente escolar na região norte, mais especificamente no estado de Roraima.

O estado do conhecimento, em linhas gerais, significa realizar o levantamento de dados em catálogos específicos contendo produções acadêmicos-científicos. Estes catálogos surgem da necessidade das universidades em informar a comunidade científica e a sociedade em geral a respeito de suas produções. Além de fortalecer a comunidade acadêmica e científica com um acervo contendo diversos temas e proporcionando aos programas de pós-graduação e entidades educacionais a realização de novos trabalhos, visando a possibilidade de divulgação de suas pesquisas.

De acordo com Chauí (1999, p.6)

A avaliação de toda e qualquer universidade passa a ser medida pela sua produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Opera-se, assim, uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade, quando deixa de se indagar o que se produz, como se produz, para quem ou para que se produz.

Ou seja, com este propósito, os catálogos aparecem como medidor das produções e servem para acompanhar o avanço das pesquisas sobre dado tema, além de verificar onde e quando estão sendo produzidas. Com base em Romanowski; Ens; (2006, p. 39)

A literatura especializada tem evidenciado de maneira imperativa a necessidade de acompanhar o desenvolvimento, as transformações e inovações que buscam tornar os campos da educação e seus profissionais cada vez mais competentes para atender, com propriedade, aos anseios daqueles que vêm conquistando o direito à educação.

Para isto, foram realizadas pesquisas no repositório de dissertações e teses da CAPES, contendo as seguintes palavras-chave: Arte Urbana; Grafite; Grafitti; Muralismo. Com base neste levantamento, foram identificados 72 trabalhos que tem relação com a pesquisa aqui apresentada sendo 59 dissertações e 13 teses.

Diante dos trabalhos encontrados foi realizado um processo de categorização das dissertações e teses. A categorização destes estudos foi organizada a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) que enquanto método apresenta-se composta de uma série de técnicas e análise das comunicações as quais passam a utilizar procedimentos de sistematização do conteúdo das mensagens. Desta forma, foram organizadas categorias que nos auxiliaram no processo de desenvolvimento dos objetivos da investigação. Estas categorias nos auxiliaram a pensar na diversidade investigativa sobre o tema e interlocução com os processos educomunicacionais no ambiente escolar.

A Arte Urbana e os processos educomunicacionais no ambiente escolar

A arte urbana é um movimento que surgiu através da minoria, começa com o movimento do Hip Hop tendo o intuito de manifestar a ausência de espaços que possibilitem o contato da população com a arte, dessa forma, a arte urbana nasce da necessidade de expressão e conhecimento sobre a arte.

Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória

interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem. (CANCLINI, 1997, p. 301).

Nesse sentido, surge também o Grafite e o Muralismo, que também entrelaçados ao Hip Hop teve início por volta dos anos sessenta e setenta nos subúrbios de Nova York como um novo conceito de expressão e aceitação desenvolvido pela cultura negra daquela época.

Segundo Amaral (2015, p. 16) “o Graffiti é um texto verbal e não-verbal utilizado de forma intencional para interferir na paisagem urbana. Os grafiteiros se utilizam dos muros para expressar uma opinião referente a um assunto atual que os toca naquele momento”.

Para Lazzarin (2007) priorizar o contexto histórico desde o desenvolvimento humano até a atualidade é destacar a pinturas rupestre e gravuras, as desaprovações políticas pintada (pichadas) nos muros gregos A.C, Idade média em que se pintam murais e começam-se as modificações da arte até a atual contemporaneidade. Desde a Capela Sistina com murais de Michelangelo até trabalhos que agora se encontram em paredes escolares; ou os famosos painéis no México do século XX, de Diego Rivera, exemplos estes que em decorrer de séculos crescem e se modifica de pigmentos, tinta a óleo para acrílica até chegar nas ruas, com o spray. Trabalhos como esses, apresentam-se como fundadores da arte urbana, onde se encontravam, escritas antigas e ruínas, agora se encontra em muros nas cidades e espaços educacionais.

No Brasil, o Grafite tem seus primeiros registros na década de 60, durante o período do Golpe Militar, ainda pouco elaborado e inicialmente considerado um ato de pichação.

O primeiro registro de pichação como arte no Brasil foi o emblemático “Abaixo a Ditadura”. Era o começo da street art brasileira. A pichação política nasceu no meio universitário, na década de 1960, com influência do movimento estudantil de maio de 68 francês (MEMORIAS DA DITADURA, s.d.).

Em meados dos anos 80, o Hip Hop se insere no Brasil contagiando os jovens de periferias, que enfrentavam e de certa forma ainda enfrentam

questões de desigualdades sociais, racismo e criminalidade. Nesse sentido, através da música, grafite, muralismo e oportunidades artísticas por meio de ONGs, os jovens encontram maneiras de expressar críticas e apelos, para que possam ser notados pela sociedade.

Os artistas urbanos utilizam as ruas para se comunicar com a sociedade, enviando mensagens contendo críticas à política, economia, educação, religião e entre outros, utilizando diversas formas que possibilitem o registro destas memórias, estabelecendo um vínculo social, crítico, artístico e afetivo.

Segundo Fúncia (2015) temos que ter claro as características básicas a Arte Urbana as quais centram-se em seu caráter público (de aproximação com a população); de efemeridade (devido aos materiais, a exposição aos efeitos da natureza) e de ilegalidade (no sentido de não pertencer ao circuito habitual da arte de galerias e museus) estão a mercê de censuras às mensagens que apresentam.

Ainda, ao adentrarmos nas problematizações contemporâneas da Arte Urbana se torna eminente conhecermos os Movimentos que deram origem a estrutura que temos hoje e, as ideais apregoadas por eles. Iremos falar mais especificamente neste estudo do Muralismo e do Grafite (enquanto elemento do Hip Hop). Assim, o Muralismo, como uma corrente artística da América Latina, consolidada com o Muralismo Mexicano apresenta-se como uma manifestação artística intencional e plena de significado ideológico com o objetivo de atingir os mais diversificados ambientes sociais (VASCONCELLOS, 2004). Este objetivo intensifica-se “Después de la Revolución de 1910, se impone en México la necesidad modernizar el país y de construir una identidad cultural nacional” (MANDEL, 2007, p. 38).

Nesta investigação, compreendemos que “[a] arte muralista, quando intencionada à crítica social possui notadamente uma forte função social, sendo um canal de comunicação direto e eficiente entre o artista, a arte e o meio” (SOUZA, 2012, p.16). Possibilita assim uma interlocução que atinge a públicos variados e instiga o olhar crítico para os acontecimentos

locais tomando uma construção de Movimento social. Neste viés, o Movimento Artístico Urbano

Debido a que los movimientos rara vez tienen incentivos selectivos o constreñimientos sobre sus seguidores, en la acción colectiva el liderazgo tiene una función creativa de la que carecen los grupos más institucionalizados. Los líderes inventan, adaptan y combinan distintas formas de acción colectiva para estimular el apoyo de gente que, en caso contrario, podría quedarse en casa (TORROW, 1997, p. 52).

O caráter coletivo, de trabalho enquanto Movimento Artístico é um forte sinalizador dos ideais de trabalho dos Muralistas.

Embora com um trabalho intenso e de reconhecimento internacional, a Arte Urbana toma força com o Hip Hop, uma manifestação cultural urbana surgida no final dos anos 1970 nos bairros pobres de Nova York (EUA). O Hip Hop é contemplado por quatro grandes elementos: a dança (b-boy e b-girl), a pintura/arte (grafite), a música (DJ) e as composições/poesia (MC) e ainda, o Punk, o Rap, o Skate, as projeções de vídeo dentre outras expressões que consolidam o cenário da Arte de rua (XAVIER, 2012) e que, no caso de alguns países da América Latina, intensificaram-se com a vinculação ao Muralismo.

Suas raízes encontram-se na efervescência política e cultural da década de 60 nos Estados Unidos. As dificuldades econômicas e sociais de boa parte da população estão na origem do que viria ser denominado como Hip Hop nos anos 1970 (XAVIER, 2012). Esse momento certamente marcou a história da Arte Urbana no século XX e, alastrou-se para o século XXI impulsionando a criação e a expansão dos coletivos, crews e artistas individuais que trabalham com Arte Urbana.

O Grafite surge como uma proposta de Arte Urbana que ocupa outro território e outro lugar. O termo Gafiti tem sua origem no italiano graffiti (plural de graffito) e, em termos históricos, surge com o Movimento Hip Hop. Passa a ser considerado não “simplesmente un escrito en una pared. Este requiere una técnica, un conocimiento previo sobre materiales, un análisis sobre el muro donde se pintará, un boce tos en un cuaderno, una

evolución y constancia a lo largo del desarrollo de la acción” (RAMOS, 2014, p. 13).

Mesmo em uma construção, territorial e temporal distinta do muralismo, o grafite apresenta, em uma construção mais subjetiva, uma preocupação estética, filosófica, ideológica. Ramos (2014, p. 04) nos coloca que

Los graffitis son un medio de expresión que conllevan dentro de sí una filosofía, una ideología, una identidad que caracteriza a la persona. Es una vieja forma de decir “yo estuve aquí” dejando con un trazo, una firma, un garabato, la propia personalidad. Al graffiti se le atribuyen muchos estereotipos como adolescente rebelde, vandalismo, criminalidad, relación con drogas o cierta similitud con géneros musicales. Sin embargo, la dificultad que presenta entender y definir qué se entiende por este término resulta ser de grandes complejidades.

A partir da emergência de Movimentos artísticos em vários países, impulsionados pelos Movimentos da Arte Urbana, vemos fortalecer a busca pelos direitos humanos dos indígenas, feministas, movimentos culturais que, a partir da Arte Urbana começam a comunicar seus ideais. Estes movimentos, surgem em uma perspectiva de emancipação eurocêntrica uma vez que, embora saibamos, “El hecho de que el fin del colonialismo político no significó el fin del colonialismo en las mentalidades y subjetividades, em la cultura y em la epistemología y que por el contrario continuó reproduciéndose de modo endógeno” (SANTOS, 2010, p. 8).

Santos (2010) nos fala sobre o processo de decolonização colocando que é difícil “imaginar el fin del colonialismo como y difícil imaginar que el colonialismo no tenga fin” (SANTOS, 2010, p.14). O que percebemos é que o colonialismo e o patrimonialismo não somente se mantiveram como em alguns casos se agravaram. A Arte Urbana em sua intensificação na metade do século XX surge como uma força de luta e liberdade educativa e comunicacional fortalecendo-se muito além da luta pela valorização cultura e territorial, “construyen sus luchas basándose en conocimientos

ancestrales, populares, espirituales que siempre fueron ajenos al- el cientismo propio de la crítica crítica eurocéntrica" (SANTOS, 2010, p.19).

A Arte Urbana apresenta um grande valor social e cultural ao ponto em que comunica, educa, divulga expressões, pessoas e situações invisibilizadas. Assim, além de seu valor estético e técnico tem um forte potencial educacional e comunicacional de crítica e reflexão acerca de questões sociais. Potencial este essencial aos Movimentos sociais e, neste caso aos Movimentos artísticos. Isso pois “su dinámica trae una agenda de conflictos que se reiteran en sus temáticas de lucha contra las desigualdades y por más democracia, pero que amplían sus temáticas e ganan nuevas formas de expresión en la actualidad” (ALOP, 2006-2007, p.21).

Assim, a aproximação dos meios educacionais e comunicacionais apresenta-se como uma das estratégias de comunicação dos Movimentos artísticos no sentido de disseminar seus ideais artísticos, no entanto, temos consciência de que a obra de arte urbana vista *in loco* pode proporcionar interpretações distintas das que são expostas pelos meios de comunicação. Contudo, nem sempre o acesso à produção artística garante uma compreensão da produção. É neste sentido que, o trabalho com estratégias educomunicacionais se torna eminentemente necessário. E, são estes momentos de atividades realizadas em espaços formais e informais da educação e da sociedade que delineiam as formas de comunicação da produção artística.

A Arte Urbana, neste viés, beneficia-se do acesso público, mas ainda carece de uma melhor compreensão da recepção feita pelos distintos apreciadores. Todos estes elementos necessários à compreensão da Arte Urbana contemporânea perpassam um processo educacional e de recepção calcado em críticas e percepções culturais que só são aprofundadas em um processo educomunicacional onde

[...] mais do que um objeto a ser investigado, é um campo de relação de e entre saberes. É um espaço de questionamentos, de busca de conhecimentos e construções de saberes. É também um espaço de ações e experiências que levam a saberes ou partem deles em direção a outros. Uma das tantas singularidades

da Educomunicação é que ela constitui-se justamente das relações múltiplas que propicia (SOARES, 2006, p. 04)

Esta vinculação da comunicação com os lugares educacionais ou ainda, com propostas educacionais, sejam elas formais ou informais, proporcionam, além da inserção em um lugar comum, a Escola, a possibilidade de ampliação das perspectivas comunicacionais e artísticas para um público em formação e que, em vias de aprendizagem apresentam-se como potenciais consumidores do trabalho artístico.

Assim, a compreensão da Arte desde a infância proporciona o entendimento de que no cenário atual a Arte Urbana aparece “[...] não somente como uma arte, no caso de maneira conceitual, mas também como uma nova maneira de se expressar e comunicar” (BOCCILE, 2015, p. 01). A Arte Urbana, a partir da modificação/reorganização do espaço urbano propõe uma estruturação crítica do pensar do expectador sendo ela utilizada a partir de diferentes técnicas e linguagens.

Assim, tais práticas artísticas podem contribuir para a compreensão de alterações que ocorrem no urbano, assim como podem também rever seus próprios papéis diante de tais transformações: quais espaços e representações modelam ou ajudam a modelar, quais balizas utilizam em suas atuações nesse processo de construção social (PALLAMIN, 2000, p. 19).

A Arte Urbana passa a integrar o espaço urbano envolvendo a subjetividade do expectador e intervindo em seu lugar-comum de forma artística. Desta forma, a Arte Urbana, em um campo de produção artística contemporânea, proporciona a reflexão sobre o que Cauquelin (2005) nos mostra ao referir-se ao processo comunicacional. Passamos a vivenciar uma inevitável mistura de papéis: produtor/artista, distribuidor/comunicador e consumidor/expectador. Estes sujeitos, antes com características e funções delimitadas, não mais possuem atividades específicas e, este é um dos grandes desafios a serem consolidados para uma melhor compreensão da produção da Arte Pública nos Coletivos investigados.

A conotação educomunicacional presente na Arte Urbana torna-se assim um elemento teórico central nesta investigação tendo em vista o objetivo proposto de realizar o estado do conhecimento da produção artística da Arte Urbana nas dissertações e teses disponíveis no repositório da CAPES.

Análise Dos Dados

A partir dos trabalhos encontrados no repositório de dissertações e teses da CAPES com base nas palavras-chave: Arte Urbana, Grafite e Muralismo evidenciamos que as investigações foram desenvolvidas em diferentes estados brasileiros tais como: Brasília - 03; Bahia - 01; Ceará - 02; Espírito Santo - 06; Goiás - 02; Minas Gerais - 08; Pernambuco - 04; Paraná - 02; Pará - 03; Rio Grande do Sul - 05; Rio de Janeiro - 11; São Paulo - 20; Santa Catarina - 05.

Ainda, com base na investigação organizamos a partir da Análise de Conteúdo, quatro categorias de análise:

	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
1.	Arte Urbana e a interlocução com a produção artística (40)	Psicologia/sociologia (8)
2.	Arte Urbana e a interlocução com a construção/ocupação espacial (8)	Interlocução/discussões sobre/na América Latina (3) Luta e relações políticas (3)
3.	Arte Urbana e interlocução com a educação (8)	
4.	Arte Urbana e a interlocução com o feminino (2)	

Na categoria *Arte urbana e a interlocução com a produção artística* encontramos 40 trabalhos. Nos estudos vinculados a esta categoria, percebemos que os mesmos discutem os processos de execução de trabalhos artísticos urbanos em diferentes espaços.

Segundo Duarte (2009, p. 07)

[...] o urbano são espaços nos quais se vive em constante renovação, transformação, modificando a organização e as dinâmicas do cotidiano pelo aparecimento de novas direções, sentidos, trajetórias de cidade que mudam e

apresentam novos “rastros-sentidos”; a cidade explode e se faz dia-a-dia pela significação de cada ator social.

Duarte (2009) sistematiza o que muitos dos trabalhos pesquisados retratam: as mudanças/transformações do espaço urbano a partir das produções artísticas Urbanas. Isso pode ser evidenciado em pesquisas que estudaram artistas em particular como os “Grafiteiros do Cosp Tinta Crew”, os “Irmãos Pandolfo”, os trabalhos de “Nina Pandolfo Tubarão” e, de “Drika Chagas”. Além deste olhar percebemos investigações que trazem os impasses entre Grafite e Pixação e as transgressões do Grafite no contexto contemporâneo como os trabalhos de Chagas (2015), Oliveira (2017), Loch (2014), Mendes (2018). Nestes estudos percebemos um olhar para as transformações que a Arte Urbana tem passado na sociedade contemporânea. Transformações essas que, conforme Duarte (2009, p. 07) no contexto da Arte Urbana “configura-se por uma dinâmica recursiva, caracterizada pelas ações sociais dos sujeitos que lhe dão sentido”. É com isso ainda, que estudos etnográficos, de inserção do pesquisador no contexto investigado tornam-se cada vez mais recorrentes no sentido de entender essa vinculação do sujeito artista urbano com o local de produção de sua Arte Urbana. Isso fica evidente nos estudos de Leal (2018) e Cruz (2017).

Além dos trabalhos citados percebemos que há um panorama bastante interessante no que tange a proposta da estética do Grafite e da ocupação do espaço urbano pelas intervenções artísticas. A estética conceitual do Grafite segundo Gitahy (1999, p.18) vincula-se a um pressuposto de subjetividade, espontaneidade “[...] discute e denuncia valores sociais, políticos e econômicos com muito humor e ironia; apropria-se do espaço urbano a fim de discutir, recriar e imprimir a interferência humana na arquitetura da metrópole”. Vincula assim a uma proposta de reflexão crítica do contexto social.

Nesta mesma interlocução, percebemos a subcategoria **Psicologia/Sociologia** e encontramos 8 trabalhos onde podemos evidenciar que as produções se vinculam ao processo de legitimação da Arte Urbana como Arte. As investigações destacam os desafios do artista para a consolidação

de seu trabalho artístico e os processos de (R)Existência da linguagem no contexto urbano contemporâneo.

A vinculação do Grafite como Caligrafia Urbana também é um fator presente nos trabalhos de Araújo (2017) e Rodrigues (2015) onde há uma interlocução do trabalho artístico como uma ferramenta de luta social. Segundo Canclini (2017, p. 337) ao retratar ao grafite de Nova Iorque, mas que também é um panorama que se instaura nos Grafite brasileiro, o contexto da produção do grafite encontra-se em um processo do

[...] escrito em bairros marginais e no metrô, expressou referências do gueto com propósito de micropolíticas, incompreensível às vezes para os que não manejavam esse código hermético, foi o que mais tipicamente quis delimitar espaços em uma cidade em desintegração e recuperar territórios.

Canclini (2017) nos coloca o grafite como um elemento de construção de territorialidades, de delimitação de espaços sociais e psicológicos dos sujeitos que nele se integram incorporando com isso, um caráter de escrita coletiva, ou de representação coletiva do social. Essa proposição desencadeia estudos vinculados ao Patrimônio Cultural e a institucionalização do Grafite no espaço museológico como é visto no trabalho de Lima (2018) e Rodrigues (2015) onde percebemos o Grafite como um elemento de constituição histórico e social.

Na categoria ***Arte urbana e a interlocução com a construção/ocupação espacial*** temos 8 trabalhos em que há um olhar atento dos estudos para os espaços onde as ações de Arte Urbana são desenvolvidas. Segundo a perspectiva de Pires (2007), a respeito dessa nova configuração do espaço urbano, afirma que:

A emergência de novos atores no cenário social, o avanço de grandes contingentes humanos e o inchaço das cidades, como o espaço dessa nova constituição do real, ampliam a necessidade da criação de experiências de transformação dos espaços públicos em toda sua extensão. De uma certa maneira, é esse próprio contexto que viabiliza e inflama a necessidade do espaço público como lócus existenciais desses novos agentes. (PIRES, 2007, p. 242).

Nesse sentido, o espaço urbano aparece como uma espécie de produto resultante das ações sociais vinculadas com a arte urbana, ou seja, a paisagem padronizada com muros de tons cinzas, ganham formas e cores feitas pela e para a sociedade. Entre as modalidades de expressar-se através da arte urbana destacam-se o Grafite como visto no trabalho de Monteiro (2015), Neves (2016), Rangel (2018) e Rodrigues (2016), que caracterizam o Grafite como uma forma de resistência e manifestação artística da sociedade objetivando a construção e reformulação da paisagem urbana.

Em relação a utilização do espaço público, Borja (2003) destaca:

O espaço público deve garantir a expressão dos coletivos sociais, a organização e a ação de setores que se mobilizam e transformam os usos dos espaços públicos, expressando a força do coletivo. [...] Como lugar de política deve ser um local de autorrepresentação da sociedade, de expressão das demandas coletivas, das mobilizações sociais, das trocas de relações de poder e das inovações culturais e políticas. (BORJA, 2003, p. 107).

Ou seja, o Grafite se insere no território público afim de quebrar paradigmas relacionados a privatização dos espaços que deveriam ser públicos, não se baseia em apenas enfeitar e colorir os espaços públicos, mas na apropriação destes espaços por parte dos cidadãos.

Além do Grafite, percebe-se no trabalho de Freitas (2014) outros tipos de intervenções urbanas relacionadas a esculturas instaladas em espaços públicos, porém nem todas fixas como evidenciadas na pesquisa de Oliveira (2017). Oliveira realizou um estudo sobre o artista José Resende (São Paulo, 1945), escultor brasileiro que desenvolve projetos de intervenções urbanas como exemplo da intervenção *Cidade sem janelas* (1994) que consistiu na ação de empilhar e desempilhar continuamente blocos semiregulares de granito, por meio de um guindaste.

Na subcategoria ***Interlocação/discussões sobre/na América Latina*** encontramos 3 estudos onde evidenciamos uma preocupação significativa para os trabalhos desenvolvidos no contexto da América latina. Na investigação de Jacob (2014) e Santiago (2018) fica evidente a

exclusão social, econômica e cultural dos povos indígenas em relação a sociedade mexicana, que após o Estado pós-revolucionário estabeleceram um novo conceito de pintura mural com o intuito de modernizar os espaços urbanos atuais.

Tendo em vista à compreensão desta jornada de inserção dos povos indígenas no âmbito artístico, econômico e social foram analisadas as obras de Diego Rivera, com base nos seus escritos e pinturas murais dos anos de 1920 aos anos de 1940. No qual o pintor se apropriou dos discursos indigenistas da época em questão e criou suas representações sobre os indígenas e sua vinculação com a nação.

Além disto, foi realizado também um estudo a respeito do movimento muralista mexicano segundo a perspectiva decolonial com base nas obras de Diego Rivera, José Clemente Orozco e David Alfaro Siqueiros, no qual Santiago (2018) fez comparações entre os murais *Historia de Morelos, Conquista y Revolución* (1930); *La Conquista Española de México* (1939) e *Cuauhtémoc Contra el Mito* (1944).

No que tange a subcategoria ***luta e relações políticas*** também encontramos 3 estudos onde os trabalhos apresentados destacam os processos de resistência presentes no âmbito da arte urbana do grafite, sendo caracterizada como uma linguagem crítica sobre a situação política e social referente aos artistas urbanos.

Rezende (2006) aponta que:

A prática do grafite questiona o processo de encolhimento do espaço público e consequentemente recuo da cidadania. Luta pelo direito à cidade, uma cidade mais democrática, com a vivência de múltiplos atores. A maioria dos seus praticantes sentem-se excluídos da cidade. Pintando os muros, eles se sentem pertencentes a ela. Eles vivenciam a cidade, se expressam nela e através dela. (REZENDE, 2006, p. 7)

Levando em consideração a imagem de preconceito generalizada que os artistas urbanos vêm sofrendo desde o início desta prática, como percebido no trabalho de Rink (2017) onde nota-se a luta diária destes artistas

com o desejo de ampliar a consciência social e pessoal visando o reconhecimento da arte urbana.

Na categoria **Arte Urbana e interlocução com a educação** temos 8 pesquisas onde voltamo-nos ao que diz respeito ao tema central deste projeto, que seria o levantamento das produções artísticas urbanas relacionadas ao ambiente escolar. Nesse sentido, ressaltamos os trabalhos de Amaral (2015), Macêdo (2015), Henckemaier (2016), Baasch (2014), Silva (2015) e Machado (2018) que em suas pesquisas buscam vincular os processos de arte urbana na prática do ensino escolar, observando como tem sido a relação do contexto de arte urbana sobre as instituições culturais e educacionais. Nestas pesquisas, destacam-se a relevância da arte urbana em aspectos históricos, expressivos e conceituais.

Segundo a perspectiva de Machado (2018) que apresenta em seu trabalho a proposta do grafite como possibilidade didática nas aulas de Língua Portuguesa, utilizando o grafite como incentivo ao interesse para a leitura de outros textos.

Diante disso, Coutinho (2011) afirma que:

Os cursos de formação de professores de Arte devem encarar o desafio de propiciar a seus alunos uma imersão na linguagem artística e ao mesmo tempo, uma reflexão crítica e contextual das questões relativas aos conhecimentos implicados no processo. Não é uma tarefa fácil. O conhecimento artístico e estético historicamente acumulado tangencia várias outras áreas do conhecimento (COUTINHO, 2011, p. 156).

No que diz respeito a inserção do grafite no contexto escolar, destaca-se a relevância ao instigar e incentivar a criatividade, a cultura, a apropriação dos espaços e a cidadania dos estudantes, através dos muros das escolas, obtendo livre-expressão para expor seus sentimentos e despertar interesses sobre a arte urbana. Esta integração permite aos alunos e professores uma ampliação didática diferente do padrão, proporcionando maior interatividade e o melhor relacionamento entre aluno, professor, sociedade e arte. Embora não utilizando o conceito de educomunicação, os trabalhos apresentados estruturam uma organização que desenvolve

processos educacionais no ambiente escolar instigando o ensino-aprendizagem a partir de ações artísticas e comunicacionais.

De acordo com Schultz (2010) ressalta que a pichação e o grafite ocupam espaços visíveis e invisíveis no contexto urbano, integrando conceitos da filosofia, da comunicação, da arte e da educação junto às diversas formas de expressão realizadas por meio de intervenções urbanas, a autora expõe sobre a intensidade da influência da arte no meio urbano e escolar.

Na categoria *Arte Urbana e a interlocução com o feminino* encontramos 2 trabalhos em que há um olhar bastante específico para a proposta do feminino, em relação ao protagonismo negro feminino no grafite. Visando expor a desvalorização da arte urbana feminina, bem como a falta de representatividade.

Silva (2018) discorre sobre situações de violência, preconceito, marginalização e machismo que as mulheres enfrentam ao tentar se inserir na prática de arte urbana, ocasionando pouca representatividade feminino no espaço artístico urbano.

Segundo Caldeira (2014):

A pichação e o grafite são atos transgressivos. Mais do que apropriações inadequadas no espaço público ou privado, eles estampam na cidade, em especial nas áreas mais ricas, a presença daqueles que supostamente deveriam se manter invisíveis. (CALDEIRA, 2014. p. 83).

Lima (2015) aborda em seu trabalho como tem sido desenvolvido a construção de identidade, das mulheres em seu trajeto para conquistar espaço em um território até então predominantemente masculino. De acordo com análise feita através dos trabalhos da grafiteira Kika, que se uniu com outras grafiteiras de sua região e formaram o coletivo DasMina, com o intuito de aumentar a representatividade feminina do grafite em Espírito Santo, mais especificamente na capital de Vitória.

[...] É necessário compreender-se os gêneros em suas dimensões simbólicas e no plano das práticas sociais das meninas engajadas na expressão estético visual do hip hop. Isto pode ser observado nos espaços grafitados por jovens do

sexo feminino: Experiência de meninas que transgridem, ocupam o espaço fincado pela bandeira do macho, tentam construir outros corpos de mulher no espaço urbano de periferia, estruturado e cristalizado naturalmente – mas como possibilidade estratégica de reivindicar um lugar no mundo, ser reconhecida como ser que se expressa, cria, vivencia em seus sentidos, modula sua própria voz – seja aguda, dissonante ou desafinada. Elas marcam presença nas ruas, pelas cores que são grafitadas nos muros, e que revelam a elas próprias suas identidades no transitar pelo espaço público, mostrando a existência vivida, do preto-e-branco às cores (MAGRO, 2003, p.109).

Esta interlocução com o feminino retoma a proposta de valorização e reflexão social posta pela Arte Urbana.

Assim, diante das investigações aqui apresentadas, percebemos a diversidade de interlocuções que são postas neste viés da investigação sobre a Arte Urbana. Além deste olhar para as investigações, percebemos que, nas pesquisas apresentadas aqui destacam-se como referências teóricas autores que discutem grafite e arte urbana, tais como: Arthur Hunold Lara (1996), Banksy (2012; 2015), Celso Gitahy (1999; 2002; 2012), Sérgio Pato (2006) e Vera Pallamin (2000). Onde abordam em suas pesquisas o conceito histórico sobre Grafite, Arte urbana e temáticas vinculadas como Muralismo, Hip Hop e outras formas de intervenções artísticas urbanas. As discussões sobre o ambiente escolar, os processos de ensino e aprendizagem e as articulações com a educação são quase inexistentes.

Sabemos que o olhar aqui é bastante rasteiro, contudo, dá margem para futuras propostas que buscam aprofundar a temática e que, primam por investigações que interligam a Arte Urbana como o contexto educacional.

Considerações Finais

Ao objetivarmos realizar um estado do conhecimento sobre Arte Urbana e suas diferentes formas de expressões nas dissertações e teses disponíveis no repositório da CAPES entre os períodos de 2010 a 2019 evidenciamos que existem distintas articulações teórico/metodológicas

apresentadas nas investigações de diferentes áreas do conhecimento, mas com pouca ênfase no ambiente escolar e nos processos educacionais.

A organização da análise em categorias: Arte urbana e a interlocução com a produção artística; Arte urbana e a interlocução com a construção/ocupação espacial; Arte Urbana e interlocução com a educação e Arte Urbana e a interlocução com o feminino nos mostra um panorama da diversidade investigativa presente nos estudos brasileiros sobre Arte Urbana. Em relação ao contexto escolar percebemos que na região norte do Brasil esta proposta é pouco investigada sendo apresentados apenas 3 pesquisas vinculadas a essa região, mais especificamente em Belém-PA. O foco firma-se na região Sudeste do Brasil.

Esta falta de investigações na região norte instiga o olhar para as ações que vem sendo desenvolvidas principalmente no que tange a categoria Arte Urbana e interlocução com a educação onde percebemos trabalhos que expõem a relevância da arte urbana e dos processos educacionais no contexto escolar, abordando que sua prática inserida junto à didática escolar possibilita maior interação entre aluno, professor, sociedade e arte, proporcionando interesse artístico nos alunos, bem como a possibilidade de compreender a prática de arte urbana.

Sua integração ao ambiente escolar também influencia na criatividade e incentivo a expressão de sentimentos e opiniões através do próprio espaço escolar.

Diante de todas estas questões apontadas, evidenciamos que há sim uma longa trajetória investigativa para com a região norte brasileira na especificidade da Arte Urbana e da educação. Contudo, esse material sinaliza para importantes propostas e direcionamentos que passarão a ser desenvolvidos.

Referências

ALOP. **Las relaciones entre movimientos sociales, ongs y partidos políticos en america latina.** 2006-2007. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1510/1510.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

- AMARAL, Cintia. **Curadoria Educativa e Mediação: Práticas Em Arte Urbana**; Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, São Paulo, 2015.
- ARAÚJO, Maria Carolina Da Silva. **Entre O Autoral E A Escrita Coletiva: Identidades, Discursos E Performances Nas Pixações Urbanas**. Universidade Federal de Ouro Preto / Letras: Estudos Da Linguagem, São Paulo – 2017.
- BAASCH, Mariani Santos. **O Grafite E A Pichação: O Que Dizem Os Muros Da Escola**. Universidade Federal De Santa Catarina / Educação, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BOCCILE, C.V. Intervenções Urbanas: a convergência da arte e comunicação em ambientes espaciais e culturais, sob um olhar estético e de significação. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste** – Campo Grande - MS – 4 a 6/6/2015.
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio Público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003;
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. **Revista USP**, São Paulo, n 102, p.83-100, Jun/Jul/Agos 2014.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Revista da ADUNICAMP**, Campinas São Paulo, ano 1, n^o 01, jun.1999.
- CHAGAS, Juliana Almeida. **Pixação e as Linguagens Visuais no Bairro Benfica: Uma Análise Dos Modos De Ocupação De Pixos E Graffiti E De Suas Relações Entre Si**. Universidade Federal Do Ceará / Sociologia, Ceará, 2015.
- COUTINHO, Rejane G. A formação de professores de Arte. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CRUZ, Evanilton Goncalves Gois. **Grafite: Uma Etnografia Dos Produtores Da Escrita Urbana De Salvador**. Universidade Federal Da Bahia / Língua E Cultura, Bahia – 2017.

DUARTE, Pedro Russi. **Estética comunicativa das pichações. XVIII Encontro da Com-pós**, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

FREITAS, Silvia Santos Pinheiro Cruz. **Arte permanente nos Espaços Externos da Cidade: O Caráter artístico e suas manifestações no contexto cultural de Uberlândia.** Universidade Federal De Uberlândia / Artes, Minas Gerais – 2014.

FUNCÍA, C. B. Grafiti y arte urbano. 37 f. **Trabalho de conclusão de curso.** Departamento de História del Arte y Música. Universidad del País Vasco, Espanha, 2015.

GITAHY, Celso. **O que é Graffiti.** São Paulo: Brasiliense, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/157954673/Celso-Gitahy-O-que-e-grafite-Livro>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

HENCKEMAIER, Luciane Izabel Ferreira. **Práticas Sociais integradas ao ensino das Artes Visuais: Uma escola de Lages e o Grafite como atividade pedagógica.** Universidade Do Estado De Santa Catarina / Artes Visuais, 2016.

JACOB, Jorcy Foerste. **Os Filhos de Malinche: As Representações sobre os Indígenas na ótica de Diego Rivera (1920-1940).** Universidade Federal Do Espírito Santo / História, Espírito Santo – 2014.

LAZZARIN, Luis Fernando. Grafite e o ensino de arte. **Revista Educação e Realidade.** Nº 32/1, jan-jun, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/ufrr/Downloads/6660-20669-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de abr. 2019.

LEAL, Gabriela Pereira De Oliveira. **Cidade: Modos de ler, usar e se apropriar - uma etnografia das práticas de graffiti de São Paulo.** Universidade De São Paulo / Ciência Social (Antropologia Social) – São Paulo, 2018.

LIMA, Fabio Rogerio Batista. **O Graffiti Como Patrimônio Cultural Material.** Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Marília) / Ciência Da Informação, São Paulo – 2018.

LIMA, Mariana De Araújo. **Meninas Spray: Um olhar sobre o processo de criação da grafiteira Kika e o Coletivo DasMina.** Universidade Federal Do Espírito Santo / Artes, 2015.

- LOCH, Claudia. **Do Graffiti À Ciberintervenção Urbana Interativa**. Universidade De Brasília / Artes – 2014.
- MAGRO, Viviane Mendonça Melo. **Meninas do Graffiti: Educação, Adolescência, Identidade e Gênero nas Culturas Juvenis Contemporâneas**. 224 f. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003
- MANDEL, C.. Muralismo Mexicano: arte público/identidade/memoria colectiva. **Revisa Escena** 30 (61). 2007.
- MENDES, Fernanda Brasil. **Entre o graffiti e o pós-graffiti: A construção das identidades estéticas e profissionais de grafiteiros no âmbito da arte urbana em Porto Alegre**. Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos / Ciências Sociais, Porto Alegre – 2018.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. **Pichação “abaixo a ditadura”** (1968), s.d. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/>> Acesso em: 10 set. 2019.
- MONTEIRO, Artur Sgambatti. **Rio: Resistência pela arte urbana na região portuária**. Universidade Federal Do Rio De Janeiro / Urbanismo, Rio de Janeiro – 2015.
- MACÊDO, Erika Sabino. **Leitura de imagem, dialogismo e graffiti: Contribuições para o ensino da arte**. Universidade Federal Do Espírito Santo / Educação, Espírito Santo – 2015.
- MACHADO, Karina Costa Torres. **Bora dá um rolê? O grafite como possibilidade didática nas aulas de língua portuguesa**. Universidade Federal Do Rio De Janeiro / Letras, 2018.
- NEVES, Carlos Alexandre. **O Graffiti de mundano e a paisagem urbana: Um debate social e artístico na circulação do objeto**. Universidade Federal De São Paulo, São Paulo – 2016.
- OLIVEIRA, Aline Rayane De Souza. **Mural Etnias – Entre significações e representações: Um marco na revitalização do porto maravilha**. Universidade Federal Do Rio De Janeiro / Artes Visuais, Rio de Janeiro – 2017.
- OLIVEIRA, Joao Yukio Nakacima Amendola. **Os trabalhos de José Resende no âmbito de arte/cidade: Da produção do artista ao projeto de Intervenções Urbanas**. Universidade Estadual De Campinas / Artes Visuais, São Paulo – 2017.

PALLAMIN, V. M. **Arte Urbana**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

PIRES, Ericson. **Cidade ocupada**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

REZENDE, Carolina. **Graffiti**: reivindicação de cidadania. Rio de Janeiro: [s.n], 2006.

RANGEL, Arthur Nogueira. **As ações dos grafiteiros e a produção da nova paisagem urbana de campos dos goytacazes**. Universidade Federal Fluminense / Geografia, Rio de Janeiro – 2018.

RAMOS, C. P. **Grafite, arte callejero**. Argentina, 2014.

RINK, Anita. **No Rastro da Arte Urbana**: Os desafios dos artistas de rua. Universidade Salgado De Oliveira / Psicologia, Brasília – 2017.

RODRIGUES, Livia Nunes Borges. **Caligrafia Marginal**: Pichação, Performance e Patrimônio. Universidade Federal De Goiás / Antropologia Social, Goiás – 2015.

RODRIGUES, Bruno Ramos. **O Encontro das ruas pelos muros da cidade de Joinville (2006-2013)**. Universidade Do Estado De Santa Catarina / História, Florianópolis – 2016.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora “**As Pesquisas denominadas do tipo "Estado Da Arte"** EM EDUCAÇÃO Revista Diálogo Educacional, vol. 6, núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, pp. 37-50 Pontificia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

SANTIAGO, Maycom Pinho. **México Mural**: Rivera, Siqueiros e Orozco em perspectiva decolonial. Universidade De Brasília / Estudos Comparados Sobre As Américas, Brasília – 2018.

SILVA, Milene Dutra. **Ciência e Arte na sala de aula**: Mediações possíveis entre Arte Urbana, Joseph Wright e o ensino de Óptica Geométrica. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná / Formação Científica, Educacional E Tecnológica, 2015.

SILVA, Elisa Simoni. **Sobre mulheres e muros**: O protagonismo negro feminino no grafite. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro / Educação, Cultura E Comunicação, 2018.

SCHULTZ, Valdemar. **Pichação e grafite: reverberações educacionais.** Trabalho apresentado na 33ª Reunião Annual da ANPED (Associação de Pós-Graduação em Educação), no GT 24 Educação e Arte. Caxambu (MG): 2010. Texto disponível em <<https://docplayer.com.br/7710300-Pichacao-e-grafite-reverberacoes-educacionais-valdemar-schultz-ufrgs-1-arte-urbana.html>>. Acesso em: 20 de mar. 2019.

SOARES, D. **Educomunicação: o que é isso?** 2006. Disponível em: <http://www.portal-gens.com.br/baixararquivos/textos/educucomunicacao_o_que_e_isto.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

SOUZA, A. M. O Muralismo de Rivera e Portinari: a arte como possibilidade de reflexão crítica e mediação com a realidade social. 2012. 60 f. **Trabalho de conclusão de curso** (Artes Visuais, habilitação em Licenciatura) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SERPA, Angelo. **Lugar e mídia.** São Paulo: Contexto, 2011;

TORROW, S.. **El poder en movimiento: Los movimientos sociales, las acción colectiva y política.** Madrid: Alianza Editorial, 1997.

VASCONCELLOS, C. M. Visões da Revolução Mexicana: Arte e política nos murais do museu nacional de história da cidade do México. In: **Encontro do ANPHLAC VI**, 2004, Maringá/PR, Anais eletrônicos do VI Encontro do ANPHLAC, 2015, p. 1-11.

XAVIER, A.S. **Do hip hop à literatura, da literatura ao hip hop: vozes da resistência em Ninguém é inocente em São Paulo**, de Ferréz. 2012. 62 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org